

JOÃO MARTINS PEREIRA

**AS VOLTAS QUE
O CAPITALISMO
(NÃO) DEU**

EDIÇÕES COMBATE



AS VOLTAS QUE O CAPITALISMO (NÃO) DEU

AS VOLTAS QUE O CAPITALISMO (NÃO) DEU

João Martins Pereira

PREFÁCIO: Francisco Louçã

EDIÇÃO GRÁFICA: Luís Branco

FOTO DA CAPA:

Dulce Fernandes / Arquivo jornal PÚBLICO

Edições Combate

Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa, Portugal.

www.combate.info

ISBN: 978-989-96052-0-6

Depósito Legal n.º 286475/08

Tiragem: 800 exemplares

Impresso em Novembro de 2008 por Rainho & Neves, Sta. Maria da Feira

AS VOLTAS QUE O CAPITALISMO (NÃO) DEU

Textos de

João Martins Pereira

publicados na revista Combate entre 1988 e 1999

Prefácio de Francisco Louçã

PREFÁCIO

UM MARXISTA CRÍTICO COMO NENHUM OUTRO

Um jornalista escreveu que era um «radical sensato». Ou «um radical que gostava de compreender as coisas». Outro disse que era o engenheiro que «nacionalizou a indústria». As palavras foram medidas e sentidas, mas nenhuma dá conta da grandeza: João Martins Pereira, que morreu em meados de Novembro deste ano de 2008, com 76 anos de idade e uma vida cheia, foi somente o mais importante intelectual marxista no pensamento político português das últimas décadas.

Nestas páginas, quero evocar o seu contributo, os seus debates, a sua acção, a sua personalidade. E cabe à leitora ou ao leitor, ao folhear estes artigos escritos desde há vinte anos para o Combate, descobrir quem foi João Martins Pereira e o que nos disse.

1. Livros

A história recordará outros, por certo. Álvaro Cunhal, pela organização política. Ou Francisco Martins Rodrigues, pela tenacidade. Mas nenhum deles demonstrou o conhecimento que Martins Pereira tinha do pensamento crítico contemporâneo, nem a sua profundidade na análise da evolução da sociedade portuguesa, nem a sua capacidade de pensar a esquerda e as suas raízes.

Em quatro livros marcantes, Martins Pereira estabeleceu os fundamentos desse pensamento crítico. O primeiro foi «Pensar Portugal Hoje», um conjunto de ensaios publicado em 1971.

O autor tinha sido um aluno brilhante no Instituto Superior Técnico onde se formou em engenharia química, foi docente universitário por breves anos, mas, sobretudo, dedicou-se ao ensaio nos tempos livres da

sua profissão (e lutou pelo tempo: nos últimos anos da sua actividade profissional, negociou transformar os ajustamentos salariais em menos horas de escritório, para ter mais tempo livre). E foi com o livro de 1971 que se tornou mais conhecido: foi um sucesso editorial.

Em cinco ensaios, Martins Pereira discutia as opções europeias da ditadura, as características da sociedade e do projecto de industrialização então em voga, o sindicalismo e a «liberalização» da comunicação social.

O segundo destes livros entrou na gráfica (da Afrontamento) no dia 22 de Abril de 1974. Uma «nota prévia», acrescentada à pressa, dá conta de que as condições de leitura de «Indústria, Ideologia e Quotidiano (ensaio sobre o capitalismo em Portugal)» tinham sido alteradas pelo 25 de Abril. Assim era. Mas o livro permanece como um dos poucos estudos sobre as condições da perequação da taxa de lucro na economia portuguesa, discutindo, através de dados empíricos e de um estudo cuidadoso, a evolução da composição orgânica de capital e da extracção de mais-valia sector a sector. Não existe, ainda hoje, nada de comparável nos estudos sobre a economia portuguesa.

O terceiro livro foi igualmente muito discutido – e foi publicado em 1976, já depois da saída de Martins Pereira do 4o governo Provisório, em que tinha sido Secretário de Estado da Indústria. Nele inclui extractos da sua carta de demissão (16 de Julho de 1975). O livro é, no entanto, o texto mais teórico que Martins Pereira escrevera até então, porque analisa todo o debate soviético sobre a transição para o socialismo, incluindo a discussão detalhada dos contributos dos «excomungados» (Trotsky, Bukharine, Preobrajensky) mas também de Rosa Luxemburgo e Gramsci ou, de uma geração mais recente, de Che Guevara.

Ou seja, Martins Pereira levou estes anos a escrever, ao mesmo tempo que participava em grandes combates políticos, como foi a campanha presidencial de Otelo ou, mais tarde, de Maria de Lourdes Pintasilgo. Pelo caminho, dirigiu o melhor jornal que a esquerda publicou em Portugal, a «Gazeta da Semana», depois seguido por uma mais efémera «Gazeta do Mês».

O quarto livro é o mais elaborado, mas também o mais ignorado. «Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socia-

lismo como sistema global» foi publicado em 1980 pelo Instituto Gulbenkian da Ciência. É um estudo sobre os debates mais actuais sobre o «socialismo de mercado» e outras alternativas, nomeadamente as críticas de János Kornai contra a economia neoclássica do equilíbrio. É um inventário incontornável sobre a crise das economias e dos sistemas de planificação autoritária, e isto uns bons vinte anos antes da queda do Muro de Berlim. Infelizmente, como este livro foi publicado por uma editora especializada, não chegou às livrarias e quase não foi conhecido (e, para mal dos seus pecados, ainda foi vítima de uma inundação que destruiu grande parte do seu stock).

2. Pensamento crítico

Mas Martins Pereira escreveu muito mais. Em 1983, publicou um dos seus mais saborosos panfletos: «No Reino dos Falsos Avestruzes – um olhar sobre a política». O livro, como nos explica no prefácio, nasceu de uma indignação: quando escreveu uma carta aberta a um deputado anónimo a propósito da recusa de alterar a lei do aborto, e quando a publicação dessa carta foi recusada tanto pelo «Expresso» como pelo «Jornal», Martins Pereira escreveu no livro tudo o que lhe apetecia dizer sobre a política nacional. E inventariou todos os avestruzes do regime: Manuel de Lucena, Graça Moura, Vasco Pulido Valente, António José Saraiva e tantos outros.

Mais tarde, em 1989, publicou uns cadernos, entre as reflexões e o diário, «O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987». É o livro mais «montaigniano» de Martins Pereira, com as suas reflexões sobre o quotidiano. Foi o menos lido, mas não era pouco importante.

Aliás, parte dos textos que publicamos neste livro, e que nunca foram reunidos até hoje porque foram sendo divulgados nas edições dispersas do «Combate», corresponde ao mesmo período (e a muito depois dele) e à mesma reflexão. De facto, estes artigos são, por isso, os últimos escritos e ensaios sobre política que Martins Pereira escreveu (mais recentemente, em livro só publicou um estudo sobre a Siderurgia, «Para a História de Indústria em Portugal 1941-1965», 2003, e tinha sido co-editor de um volume «À Esquerda do Possível», 1993, que juntava precisamente uma colecção de artigos do «Combate»).

Os textos deste livro – e que o João ainda conseguiu ver nos últimos dias da sua vida – foram reunidos quando nada se sabia da sua doença. Os editores desta colecção tinham decidido fazer um volume com alguns dos muitos textos que Martins Pereira escreveu desde 1985 no «Combate», de cuja redacção fez parte desde então. E o volume estava a ser concluído quando se soube da doença. O livro tornou-se assim no que não queria ser: uma homenagem, da melhor forma que um autor pode ser homenageado, que é divulgando o que pensou e escreveu.

Entre estes artigos, o leitor ou a leitora encontrarão análises sobre a Europa, sobre as ideologias, sobre o cavaquismo, sobre as privatizações, sobre o modernidade, sobre o imperialismo humanitário, sobre os ócios e os negócios, sobre Chiapas e sobre o Iraque, sobre o pintor Paul Gauguin e a sua avó Flora Tristan, ou ainda um debate com Boaventura de Sousa Santos sobre o seu livro «Pela Mão de Alice». Em todos os textos, encontrarão a lucidez, a clareza, a argumentação estudada e informada de Martins Pereira. São por isso textos que não ficam presos no seu tempo. Falam-nos de manias, de tiques, de subterfúgios, de ideologias de sempre. Podíamos ter ouvido ontem, no telejornal, as frases dos «falsos avestruzes» que Martins Pereira desfaz.

3. Sempre à esquerda

Martins Pereira contou, numa excelente entrevista a Maria João Seixas, sua amiga e cúmplice, como a sua vida profissional o tinha levado a estágios na Alemanha e em França, onde descobriu Sartre e os debates dos anos sessenta. «Sartre poupou-me o psicanalista», dizia ele. Com o existencialismo e com a revolta contra a guerra da Argélia, poupou-se também do PCP e da ortodoxia soviética. E conseguiu assim fazer o seu próprio percurso intelectual. Livre.

Assim o conheci em 1973, em reuniões no Centro Nacional de Cultura. E, depois, nos seus livros. E, finalmente, na redacção do «Combate», a que aceitou pertencer desde a segunda metade dos anos oitenta – vai para mais de vinte anos. Com Eduarda Dionísio, Jorge Silva Melo, João Mesquita e muitos jovens jornalistas e activistas (o Heitor de Sousa, o João Carlos Louçã, o Manuel Videira, o Jorge Costa, o Luís Branco e

tantos outros ao longo do tempo), o «Combate» foi então um caso único na imprensa política portuguesa: iconoclasta e agressivo, estudioso e reflexivo, foi uma plataforma de pensamento e também de acção. Martins Pereira esteve presente, sempre: na redacção dos programas das campanhas eleitorais do PSR e em tantas outras das suas actividades, acabando por funcionar a redacção do jornal em sua casa, onde os serões se prolongavam na conversa solta.

Com a mesma coerência, participou na fundação do Bloco de Esquerda em 1999, foi convidado a discursar no seu congresso inaugural – e lá foi dizer o que pensava da economia e da política da esquerda – e continuou sempre a acompanhar o movimento com a mesma atenção.

Dizia-me um jornalista que escreveu uma comovida evocação, José Vítor Malheiros (no «Público») que à sua volta quase nenhum dos colegas sabia quem era o Martins Pereira. É natural. Ele não ia a colóquios desde que «não lhe apetecesse». Não era convidado para a televisão e, na verdade, não gostava nada da exposição pública. E pouca gente lê livros, hoje em dia, muito menos se eles já desapareceram das livrarias e não estão na FNAC.

Mas Martins Pereira não tinha com isso nenhuma infelicidade. Gostava da vida, da parceria com a Manuela, dos verões em Odeceixe, de ler e de pensar, das notícias do seu neto e da sua filha Marta.

Não sei, por isso, como se pode fazer uma homenagem a um homem bom e que tinha a grandeza da sua simplicidade, sendo tão incomparavelmente melhor do que todos os que mandam no país.

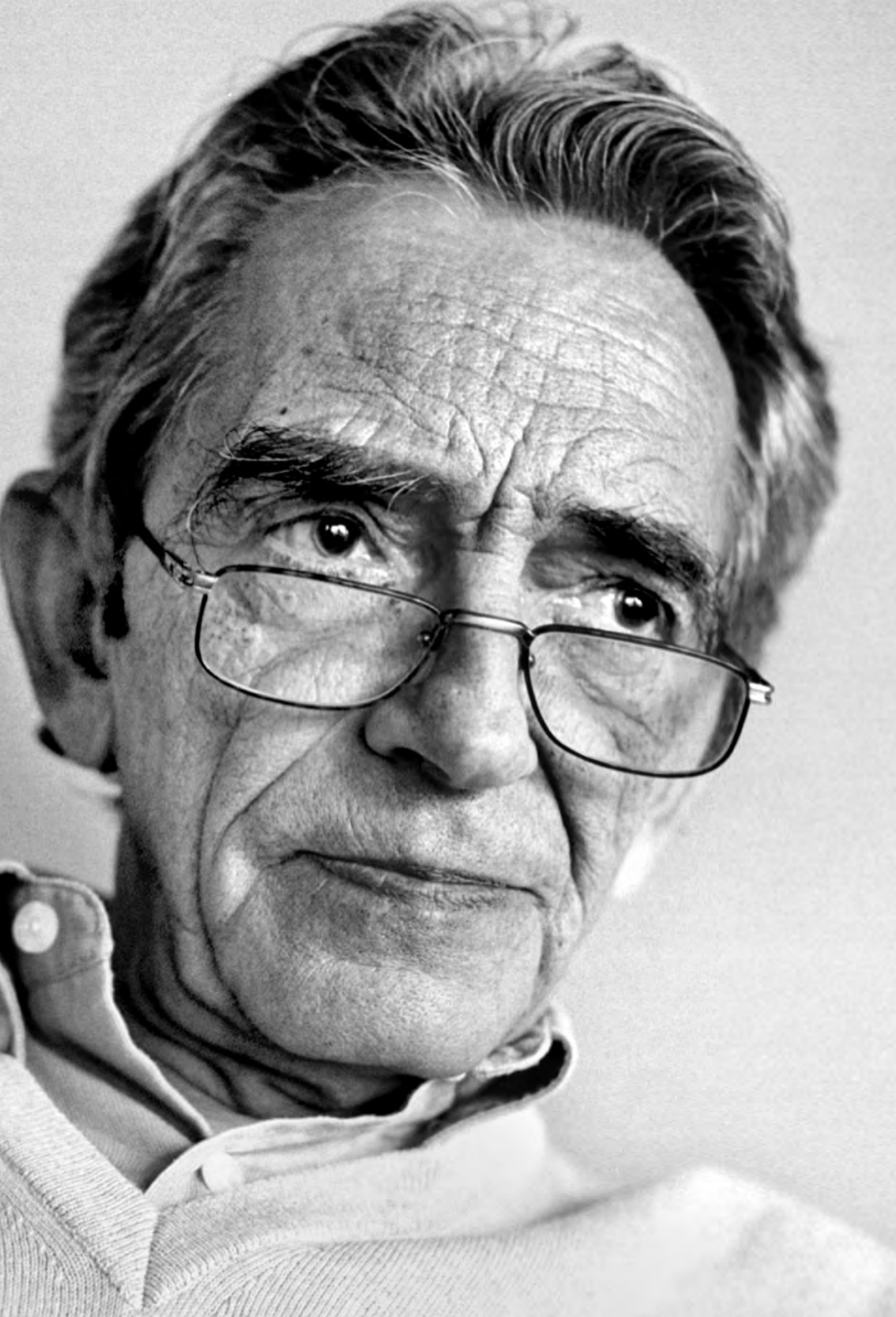
Foi um amigo, um camarada. Foi um intelectual e foi um lutador. Foi um privilégio e uma honra ter conhecido, convivido e aprendido com Martins Pereira.

Quando abrir as próximas páginas, ouça a voz sorridente do João.

Francisco Louçã

Novembro 2008





**O QUE MUDA
E O QUE
NÃO MUDA**

É bem conhecida a frase do aristocrata siciliano do romance (e do filme) «O Leopardo», no meio do tumulto ameaçador da revolta liberal: «É preciso que algo mude para que tudo fique na mesma». Temos aí a expressão mais feliz do que entende a direita quando fala de «mudança». Entende – porque o «discurso da mudança» foi coisa que deu à direita só em tempos bem recentes. Antes, assumia-se como conservadora, no limite reformista, e isso ia-lhe chegando para ganhar eleições – ou para as ignorar. Só quando sábios «cientistas políticos» decidiram que tinha chegado o fim das ideologias e que a grande massa indiferenciada do «eleitorado médio» deixara de se motivar por questões ideológicas para apenas se reger por critérios de pragmatismo e «utilidade», a direita «mudou» o seu discurso: mudança, modernização, desenvolvimento, reformas estruturais passaram a fazer parte do seu vocabulário.

Em Portugal, depois de uma fase de direita pura e dura, e de outra em que a direita reclamava o socialismo e a sociedade sem classes, as coisas «foram ao sítio»; e hoje podemos vangloriar-nos de ter, com o cavaquismo, o modelo acabado de uma direita que diz estar a «revolucionar» o país. Aliás, na óptica conservadora, a integração da ideia de mudança (a que a esquerda, na esteira de Marx, sempre preferiu «transformação») faz-se de uma forma curiosa: no fim de contas, não «esteve tudo sempre, e estará, naturalmente, a mudar»? assinalável descoberta, ainda que tardia. É também o que nos vem lembrar E. P. Coelho em entrevista-recente: «Até Álvaro Cunhal mudou, e Francisco Louçã, e etc.»

Estaremos todos a falar da mesma coisa? Quando se instaura a promiscuidade das palavras (disfarçadas de ideias ou de conceitos) só nos resta a interrogação do concreto. Quando a esquerda fala de «mudar» a sociedade, não se está obviamente a referir à construção de mais um troço de auto-estrada, à introdução de novos produtos no mercado, ou à passagem de uma figura pública do Sporting para o Benfica – e em tudo isso houve mudança, a diferentes níveis. Mas mesmo a nível individual, terá igual importância alguém mudar de barbeiro ou mudar radicalmente o seu grupo de amigos mais próxi-

mos? Alguém mudar de casa ou passar-se do MRPP para o Governo? Alguém conseguir, enfim, comprar uma máquina de lavar ou passar a ter dois ou três apartamentos e uma moradia ao fim de poucos anos como gestor público ou alto funcionário?

O que muda? Quem muda? Como muda? Até que ponto muda? Em que sentido muda? O que esteve na origem da mudança? Quem é afectado por ela? Tudo isto são questões que não podemos evitar, caso a caso. «Muda» (melhora) o Sistema de Saúde ao pôr-se, agora, a tónica no Seguro de Saúde privado? «Mudam» (melhoram) as condições sociais de acesso à universidade com o aumento das propinas? «Muda» (melhora) a qualidade dos serviços públicos, com o despedimento maciço de funcionários? O que seguramente muda, se juntarmos os cordelinhos, é que o Estado passa a dispor de mais fundos para poder beneficiar dos dinheiros comunitários (o que, eleitoralmente, é vital ao partido de governo) além de o ajudar a cumprir zelosamente as «metas de Maastricht» (que ainda nem está em vigor!), hoje o critério supremo dos nossos governantes. Essas são de facto as mudanças que lhes interessam para que tudo – incluindo o seu próprio poder – fique na mesma.

E a mudança para os pescadores, que podem pescar o que quiserem mas são pagos para devolver o peixe ao mar? E para os agricultores, que terão de semear, e serão pagos na medida em que não colherem os produtos? Argumenta-se com as leis do mercado: nada disso é competitivo no plano europeu. E é verdade. Simplesmente só a direita pode adoptar esse critério simplista. A direita que, no entanto, em nome da racionalidade económica, criticava acerbamente a existência de trabalhadores excedentários nas empresas soviéticas, que eram «pagos pelo Estado para não fazer nada» – os nossos vão ser pagos pela CEE, em nome da mesma racionalidade...

Mas não haverá ao menos certas mudanças parcelares que vão no bom sentido? Ao nível dos direitos civis, dos direitos sociais? Por certo que sim. Numa perspectiva histórica, é óbvio que as sociedades actuais, mais especificamente as do «Norte», incluindo Portugal, tiveram, nesse campo, com avanços e recuos, uma evolução positiva. Mas

julgo não exagerar se disser que essa evolução nunca teria existido sem a pressão constante de uma esquerda combativa e, tantas vezes, ameaçadora. Não é por acaso que os três grandes «saltos em frente» na área social se deram na sequência imediata de acontecimentos que abalaram profundamente o «sistema» e deram uma força imensa às classes trabalhadoras, aliás as que mais sofreram com eles: a I Guerra, a Grande Depressão, a II Guerra. E é justo referir, embora esteja fora de moda, que muito disso tudo não teria acontecido se não tivesse havido a Revolução Russa. Qualquer historiador, economista ou político, sabe isso, por muito que lhe custe reconhecê-lo.

Mas é claro que todo esse «progresso social» foi sempre travado e desvirtuado quando os poderes de direita se sentiram com força suficiente para isso: os benefícios do chamado Estado-Providência foram respeitados enquanto serviram como instrumentos anti-crise; hoje são contestados, quando não em parte abandonados, por já não cumprirem essa função – ou seja, por serem considerados «meros» benefícios sociais. Isto mostra que só aqueles que exigiram tais medidas lhes poderiam dar o seu legítimo sentido. Nas mãos da direita, a «mudança» pode ser sempre posta em causa, de acordo com os seus interesses e na medida do seu poder.

É essa a questão central. É quem quer a mudança que decide que mudança. A Direita muda o que entende convir-lhe, e já vimos o que é, ou aquilo a que se vê politicamente forçada – até ver. As mudanças que a Esquerda propõe ou exige, só a ela cabe decidi-las ou julgá-las. Sendo certo que «só mudará tudo, se não ficar tudo na mesma». Isto é, terão que mudar coisas essenciais.

Revista Combate, Março 1995

**GRANDES
PRINCÍPIOS
E IDEOLOGIAS**

O Grande Inquisidor de um romance famoso defendia que era necessária uma mão de ferro sobre o rebanho dos crentes, pois no dia em que morresse a ideia de Deus, tudo seria permitido – ou seja, seria o caos. Hoje, mais de um século depois, já poucos acreditam nisso. Mas as questões da ordem e do caos, da liberdade, da razão e da fé, da moral e dos princípios, por outras palavras, do como e do porquê de agirmos, em nome de quê e com que limites, mantêm-se (e manter-se-ão sempre) como incontornáveis interrogações do indivíduo face à sua relação com os outros.

É isso (também) que está em causa na questão das ideologias e das utopias. Dentro da lógica daquele discurso inicial, poderia pensar-se que o desaparecimento das ideologias (que alguns levemente assimilam a formas de «fé») traria o caos. Mas não: é na «ordem» liberal – justamente a que decretou o «fim das ideologias» – que se exerce hoje sobre o rebanho (agora) dos consumidores, eleitores, telespectadores, etc., a mão de ferro das várias centrais multinacionais da economia, da política, dos média, da cultura. Em nome de um «mercado» tão abstracto e invisível (disse-o Adam Smith) como o Deus dos crentes, mascarado de «liberdade» e «democracia» para as grandes ocasiões.

Para os liberais, o caos só poderia resultar dos «delírios utópicos» de uma ideologia (de Esquerda) que, recorde-se, dizem ter morrido. A contradição explica-se facilmente: é que a ideia da «morte das ideologias» faz parte integrante da... ideologia de Direita.

Exemplifico. Li há tempos, num artigo sobre a situação na Europa de Leste, que «a ordem artificial do totalitarismo comunista cedeu o passo à desordem sangrenta dos nacionalismos» e que «as terríveis dificuldades por que passam os antigos países comunistas não são uma fatalidade irremediável nem o mero produto da incompetência política dos novos governantes. São sobretudo o preço doloroso de um passado que a ordem totalitária quis congelar para sempre». Ora, os que assim pensam são os mesmos que, no caso português, não atribuem à anterior «ordem totalitária» (de Direita) as «dificuldades por que passou Portugal» na sequência do 25 de Abril, nem tão pouco os problemas com que se depararam os processos de descolonização. Se-

gundo eles, no nosso caso, pelo contrário, tudo isso foi obra da «mão dos comunistas», aqui como nos países africanos.

Pura má-fé? Sim, em muitos casos, quando os que assim se pronunciam eram na altura (pós-25 de Abril) «fervorosos revolucionários» ou participavam empenhadamente em governos de Vasco Gonçalves – Pacheco Pereira será um bom exemplo dos primeiros; Graça Moura dos segundos. Nos outros, teremos tão-só um reflexo ideológico óbvio, estando a má-fé no facto de o não admitirem.

Mas não se colocará a Esquerda em idêntica posição, vendo as coisas precisamente ao contrário: tudo o que se passou em Portugal (e nas ex-colónias) decorreu dos erros e crimes do fascismo, a que depois se juntaram as «manobras» do capitalismo internacional, e tudo o que hoje acontece no Leste do furor liberal e do capitalismo nascente?

Em primeiro lugar, a Esquerda não-estalinista não aceita considerar que em Portugal tenha havido «o caos» ou sequer «algo para esquecer», mas antes um processo de viva confrontação política, em que fermentaram práticas e ideias emancipadoras que deixaram marcas ainda hoje (apesar de tudo) reconhecíveis. E quanto às dificuldades e problemas em ambos os casos, admite juntar àqueles factores (muito reais e mesmo determinantes) as consideráveis responsabilidades dos respectivos partidos estalinistas.

Depois, e talvez mais importante, a Esquerda não-estalinista assume-se como Esquerda, não se refugiando, como a Direita «moderna», em supostos «princípios universais» (Liberdade, Direitos Humanos, Democracia, tudo com maiúscula), mas exercendo a sua razão crítica sobre esses mesmos ditos «princípios» e sobre a prática política que lhes está associada.

Quer queiramos, quer não, a nossa atitude em relação a tudo o que nos rodeia resulta justamente, e antes de mais, do facto de sermos de Esquerda, isto é, de uma «visão do mundo» essa, sim, livre. Como também a Direita, embora o não assuma, escolhe, opina e age em função da sua própria «visão do mundo» – que sucede ser a que se identifica com os interesses dos senhores da «nova ordem mundial»,

e por isso não é livre. Só mesmo por brincadeira a Direita pode pretender, em nome do anti-comunismo, dar lições de liberdade seja a quem for.

Estas questões são fundamentais e há que ter sobre elas as ideias claras, sobretudo porque, ao «modemizar-se», a Direita parece ter-se apropriado de «valores» tradicionalmente atribuídos à Esquerda. Mas ainda que usando as mesmas palavras, não falamos do mesmo. Nem poderíamos falar. Simplesmente porque as ideologias não morreram. Nem o capitalismo será o «fim da História».

Revista Combate, Junho 1993

**TRÊS NOTAS
SOBRE O
PORTUGAL EUROPEU**

1 Suspeito que se ainda houvesse cafés em Lisboa (os últimos estão a morrer às mãos dos BCP e BCI), as «grandes questões europeias» estariam ausentes das pachorrentas conversas de amigos, como o estarão por certo das tertúlias que ainda vão subsistindo por esse país fora. E tenho boas razões para suspeitar, quando vejo que os próprios meios de comunicação de âmbito nacional pouco se ocupam com tais debates. Limitam-se a ir dando notícias sobre coisas pouco acessíveis aos leigos («Maastricht», «Pacote Delors 2», «UEM», ou mesmo a «Presidência Portuguesa»), a ir publicando (ou emitindo) um ou outro editorial pouco esclarecedor, uma ou outra «coluna de opinião», uma ou outra mesa-redonda com deputados europeus – tudo isso numa linguagem para entendidos, muito mais para mostrar que o são, o que nem sempre é verdade.

E, no entanto, subrepticamente, quase clandestinamente, muita gente em Portugal já teve o seu quinhão de «seiva europeia» (leia-se «dinheiro»), que nos tem chegado com alguma abundância. Nesta espécie de «estado de graça» que tem sido o período de transição até à quase plena integração em fins deste ano, uns muito largos milhões de contos terão sido distribuídos por empresas públicas e privadas (em subsídios ou contratos), agricultores, autarquias, universidades, gabinetes e monitores de formação profissional, consultores, etc., quer directamente vindos de Bruxelas, quer indirectamente por verbas orçamentais libertas pelas anteriores.

Foi assim que muitas vilas e aldeias tiveram finalmente o seu acesso asfaltado, a sua ponte ou os seus esgotos eternamente adiados, que muitas regiões tiveram a sua via rápida, outras mesmo o seu troço de auto-estrada, que umas quantas cidades tiveram hospital ou escola superior, muitas empresas a sua máquina nova, muitos empresários o seu carro último modelo, muitos trabalhadores e desempregados o seu cursozito de formação, verdadeiro ou fictício. Isto sem falar naquelas «pequenas coisas» que enchem o coração de muito mais gente do que se possa imaginar: a bandeira azul na «sua» praia, a placa «europeia» no automóvel, o passaporte europeu. Daí que as sondagens mostrem as elevadas convicções europeias «dos portugueses».

Daí que os inquiridos a empresários dêem sempre uma larga maioria de respostas favoráveis à integração europeia. Daí que o cavaquismo, que tem a mesma idade que a integração, lhe deva uma boa parte dos seus trunfos, e triunfos, eleitorais.

Deve a Europa comunitária «aprofundar» o seu processo de União interna antes de se «alargar» a outros países, e quais, ou deve fazer o inverso, ou ambas as coisas em simultâneo?

Deve a Europa comunitária caminhar decididamente para um federalismo (um Estado europeu, um poder supranacional), ou manterem-se ainda por largo tempo a maioria dos poderes soberanos nos Estados-membros? Pode a Europa comunitária fazer alguma coisa, e o quê, para ser mais competitiva nos mercados mundiais? E para, de algum modo, «diluir» a inevitável hegemonia alemã? E para deter os movimentos xenófobos e racistas em crescendo, sabendo-se que, por meras razões económicas (se outras não houvesse!), uma Europa em franco envelhecimento necessitará de fortes influxos de imigração? E a adopção de uma moeda única, que efeitos irá trazer? E a reforma da Política Agrícola Comum? Enfim: o que deve e pode fazer a Europa Comunitária pelos esfomeados do 3.º Mundo, a começar pelos do continente africano que, de uma ponta à outra, colonizou e espoliou?

Muitas destas grandes questões (para além de tantas outras) afectarão por certo bem mais Portugal do que os dinheiros que continuarão a vir, mesmo depois de 1992. E são essas que ninguém discute. Mas, vistas bem as coisas, haverá para isso, em definitivo, uma excelente razão: quem acredita que Portugal, onde já se interiorizou a dependência e o espírito de «assistido», a começar pelos governantes, pode verdadeiramente influenciar as decisões de fundo sobre cada uma dessas matérias? Já não será mau se se obtiver mais uns 15 anos para ir dando dinheiro aos têxteis, outros tantos para ir calando os agricultores, etc. Depois se verá!

2. Peguemos agora numa questão muito concreta: a da «convergência», uma das palavras-chave da reunião de Maastricht. Segundo um

reputado jornal britânico, esse conceito significa que, ao longo da década, os países se aproximarão por forma a constituir um «grupo de 12 economias ricas, fortemente integradas, com altas taxas de crescimento, baixa inflação e orçamentos praticamente equilibrados». Na realidade, não é bem isso. Os cinco «indicadores de convergência» adoptados têm em vista, no essencial, avaliar (em 1986, depois em 1999) quais os países que, nessas datas, estarão em condições de adoptar a moeda única. São critérios monetário-financeiros: baixa inflação, baixas taxas de juro, baixo défice orçamental (menos de 3% do PIB), baixa dívida pública (menos de 60% do PIB), estabilidade monetária. Competirá aos governos aplicar políticas visando esses objectivos, mas é óbvio que nem todos os países conseguirão atingi-los sem elevados custos económico-sociais, sobretudo os mais «desequilibrados» (Portugal, Grécia, Espanha e Itália). Daí que se tenha igualmente proclamado a «coesão», ou seja a transferência de fundos dos países mais ricos para os mais necessitados, de forma a que as «acções estruturais» compensem tais custos.

Vejamos o caso português. Depois da Grécia, é o país com mais altas taxas de inflação e de juros. Quanto à política cambial, o Banco de Portugal praticamente perdeu o seu controlo com o afluxo de capitais estrangeiros que forçaram a valorização do escudo (penalizando fortemente a nossa competitividade industrial: caso dos têxteis, por exemplo). Sucede que os objectivos de inflação e de taxas de juro são contraditórios, se se quiser, como até agora, combater a inflação restando a procura, através de baixos salários e alto custo do capital. É por isso que os vultosos fundos vindos da Comunidade pouco efeito tiveram na modernização industrial. Os investidores, nacionais e estrangeiros, continuarão a preferir indústrias intensivas em mão-de-obra barata, aliás as mais ajustadas ao nosso baixo perfil educacional e de formação. Por outro lado, a evolução quer na agricultura, quer nas indústrias tradicionais (em particular nos têxteis), tenderá a «desocupar» mão-de-obra pouco qualificada, logo a aumentar o desemprego (indicador que não consta da «convergência», pelo que poderá aumentar sem limites), o que ajudará a man-

ter baixos níveis salariais. Isto é, as condições de não-modernização ver-se-ão reforçadas.

Mas restam algumas importantes incógnitas. Com a liberalização dos movimentos de capitais, poder-se-á obter crédito mais barato no estrangeiro, o que contrariará a «batalha» contra a inflação, o mesmo sucedendo se, com a liberalização dos movimentos de pessoas, houver uma nova vaga de emigração de trabalhadores, pressionando no sentido de salários mais altos. Poderiam ser factores de «modernização», mas ameaçariam a «convergência». Outras incógnitas que poderão perturbar todos os cálculos: haverá um novo surto de emigração para Angola e Moçambique se as coisas por lá correrem bem? Haverá um retorno maciço de portugueses da África do Sul se as coisas por lá correrem mal? E imigração proveniente do Norte de África (Marrocos, por exemplo)?

Se as incógnitas são muitas, algumas coisas são certas. A primeira será que *não é apenas* com dinheiro que a estrutura económica de um país se conserta em meia dúzia de anos, embora o dinheiro possa continuar a calar muitas bocas.

A segunda será a de que a probabilidade de cumprir até 1999 as metas da «convergência» são escassas, mas *ainda que isso fosse possível*, não será uma «economia rica» que lá vai chegar, mas apenas, e como sempre, uma economia débil e dependente — que, quando muito, se terá aproximado dos elevados níveis de desemprego da Comunidade. Nada sugere que uma modernização sensível seja possível — e, de qualquer modo, nem é coisa que, no essencial possa ser feito pelos empresários nacionais. Pelo contrário, não é de excluir que as condições em Angola e Moçambique venham dar um novo alento às exportações de produtos tradicionais locais — o que significaria um reforço dos sectores menos «modernos» da indústria portuguesa. Tal como os nossos emigrantes vão ocupar na Europa postos de trabalho que os europeus rejeitam, assim também Portugal continuaria a ser o produtor de bens de baixa qualidade e sofisticação que a Europa já não produz: uma espécie de «reserva índia» da CEE, folclórica, simpática e baratíssima para os turistas. Os arautos da nossa «vocação atlântica» teriam novos argumentos pelo seu lado...

3. A «gestão político-ideológica» da integração europeia segue os passos da «convergência», isto é, só se preocupa com o superficial, com as aparências. A «filosofia» é simples: Portugal «não se vai deixar ficar para trás», «já ultrapassou a Grécia e está a crescer mais rápido do que a Europa», «se fomos capazes de descobrir meio mundo, também o seremos de apanhar os países mais desenvolvidos», «estamos a viver a época de ouro do nosso desenvolvimento económico», etc. Pode a respeitável revista «Exame» calcular que, a manter-se este ritmo de recuperação (e era preciso que se mantivesse...) «Portugal deverá atingir o rendimento médio das Comunidades europeias cerca do ano 2040». Poderá constatar-se que o rendimento do trabalho tem vindo regularmente a decrescer em percentagem do rendimento nacional. Que os indicadores de nível de vida se mantêm a anos-luz dos europeus, como o nível educacional, o da qualificação da mão-de-obra, o da investigação científica e tecnológica — coisas que não se alteram radicalmente em meia dúzia de anos. Poderá a nossa dependência estar a crescer a ritmo ainda maior do que o produto (e não apenas na área económica). Que importa? Tal como Sines devia ter sido o símbolo da «modernização» marcelista — acabou, como se sabe, vazio de indústrias -, o cavaquismo inventou o Centro Cultural de Belém para servir de símbolo do «Portugal europeu», moderno e empreendedor (e também ele anda vazio das reuniões para que supostamente foi feito, arrisca-se a ficar vazio de «cultura», ou não seja, simbolicamente, seu gestor um antigo censor marcelista, e seu patrono o governo mais «inculto» que teremos tido).

Ser moderno e europeu é então isso: o primeiro-ministro ter os seus «estaleiros» (como, em França, os de Mitterrand), Lisboa ser capital cultural europeia (como este ano é Madrid) e ter a sua Exposição Internacional (como este ano tem Sevilha) e por aí adiante, incluindo talvez um campeonato da Europa de futebol. Julgávamos que era uma melhoria substancial nas condições de vida, acabar com bairros de lata, pobreza e trabalho infantil, melhor educação, melhor saúde, factores produtivos mais sólidos e serviços mais eficazes — mas não, em tudo isso continuaremos na cauda, taco a taco com os gregos.

Quem se terá, aliás, dado ao trabalho de apreciar o caso da Irlanda, já com vinte anos de integração europeia, e que praticamente ainda não conseguiu aproximar-se do «pelotão da frente» desde então: segundo dados do Banco Mundial, o seu produto *per capita* aproximou-se muito ligeiramente do inglês, mas afastou-se em igual proporção do francês, do alemão e do conjunto dos 19 países mais industrializados do mundo. Não lhe adiantou nada ter sido já duas ou três vezes «presidente da Comunidade», como Portugal é agora... nem também o facto de já cumprir neste momento com 3 dos 5 critérios de convergência», o que prova bem o pouco que tem que ver com a «economia real».

A fechar: andam por aí uns sociólogos a dizer que a «sociedade portuguesa» acusa claros sinais de modernização nos últimos anos. Que a juventude portuguesa vai muito mais ao estrangeiro e que veste como qualquer jovem europeu, mesmo a de Viseu ou Bragança – o que é verdade. Que esses mesmos jovens são muito mais competitivos do que eram os seus pais, e já nem sequer passam os pontos aos amigos nos exames – o que também talvez seja, mas é capaz de ter sobretudo que ver com o *numerus clausus*. Que o crescimento do sector de Serviços é um óbvio sinal no bom sentido – do que já duvido. Chamem-me marxista empedernido, mas continuo a considerar que são os sectores produtivos os que verdadeiramente geram «riqueza». E aí, limitamo-nos a aguardar os investimentos estrangeiros (quando não a pagar fortunas para que por cá se instalem). O mais recente e badalado foi uma grande fábrica de batatas fritas. Pouco encorajante. Ainda não é desta que vamos competir com os japoneses...

Revista Combate, Março 1992

**ÓCIOS E NEGÓCIOS:
UMA HISTÓRIA
TRIBULADA**

Será o ócio simplesmente o «tempo em que não se trabalha»? Não: as horas que se passam nos transportes, nas refeições ou no sono não são tempos de ócio. Será o tempo em que se está desocupado? Tão-pouco: senão, que sentido faria a expressão «em que ocupas os teus ócios»? Será o tempo «livre de obrigações»? Estamos mais próximos, mas teremos então de perguntar ainda: que liberdade? Que obrigações? E aí nos surgem, desde logo, as implicações sociais dos ócios.

Só poderemos falar de ócios se lhes associarmos a ideia de escolha: posso escolher a leitura para ocupar os meus ócios se souber ler e tiver acesso a livros e jornais, ou meios para os comprar; posso escolher, ou não, um cinema ou uma viagem; posso escolher um curso por correspondência para me valorizar ou mudar de emprego, e mesmo essa escolha pode ser motivada pela ambição de uma carreira ou pela insuficiência do salário.

Tais escolhas têm, pois, muito que ver com o meio social em que se vive, com o lugar em que se habita, com o nível de rendimentos, com a educação que se teve – tudo isto, como se sabe, muito ligado entre si. Por aí, passa a liberdade, tanto maior quanto mais amplo o leque de escolhas possíveis.

Quanto às obrigações, elas não são incompatíveis com o ócio se, justamente, forem «escolhidas»: posso ocupar os tempos de ócio militando num partido, «trabalhando» num clube ou numa colectividade de recreio, fazendo teatro ou dedicando-me às «boas obras» da paróquia mais próxima. Mas já não trazendo trabalho-extra para casa\ para ganhar mais uns cobres, ou simplesmente indo tratar de mil burocracias às repartições, buscar os putos à escola ou pagar a conta do telefone. Inversamente, pode não haver quaisquer obrigações e, ainda assim, o «tempo livre» não ser de ócio: um desempregado está ocioso sem o querer, sem o ter escolhido. Só por humor negro se poderia falar dos seus ócios.

Esta ideia de ócios, esta divisão entre tempo de trabalho e tempo de ócio, mesmo esta ligação entre ócio e liberdade (socialmente en-

tendida), são coisas que nasceram com a burguesia e com a sua fulgurante ascensão há mais de dois séculos. E nasceram ao contrário: as revoluções burguesas foram feitas contra o ócio «anti-social» da alta aristocracia, que se passeava o ano inteiro entre a corte, os salões galantes e as suas propriedades. O provérbio «a ociosidade é mãe de todos os vícios» deve ter sido inventado por essa burguesia a quem revoltava a vida fácil e improdutiva de uma nobreza cujos luxos (e o poder) tinha de pagar com a sua «indústria». Nela pensava por certo Rousseau quando dizia «todo o cidadão ocioso é um ladrão».

Tão virtuoso empenho nos negócios (etimologicamente: a negação dos ócios) tinha de dar mau resultado. Cinquenta anos após a Grande Revolução, a burguesia industrial europeia fazia trabalhar nas suas minas e nas suas fábricas 15 horas por dia os filhos e os netos dos antigos camponeses que, durante séculos, haviam conhecido os «ócios» que a natureza a seu bel-prazer lhes concedia.

O proletariado nasceu sem ócios e mesmo para comer e dormir mal chegava o tempo. Pais, mães e filhos de tenra idade destruíam no vão-vém casa-fábrica o pouco tempo que tinham para viver: sabendo-se que, a meio do século passado, a esperança média de vida à nascença era de 35-40 anos em Inglaterra e em França, é fácil imaginar que não chegaria aos 30 para os trabalhadores das minas e da indústria.

Nessa altura, já os mais bem sucedidos industriais e homens de negócios começavam, pelo seu lado, a instruir-se e a instruir os filhos, a frequentar teatros, a ler jornais, a comprar casas de campo e a fazer férias, a frequentar cafés, a interessar-se pela política, a frequentar serões em casa de amigos – numa palavra, a descobrir os ócios. E aspiravam a um título de visconde ou marquês...

Os ócios e os não-ócios, tal como hoje os entendemos, nascem, pois, com o «horário de trabalho», uma invenção da revolução industrial. A conquista do ócio foi (e ainda é) a longuíssima batalha pela redução do horário de trabalho e, mais tarde, do tempo anual de trabalho – luta indissociável das que paralelamente se travaram pelo direito de associação, pelo sufrágio universal, pelo direito à educação e à saúde.

Em 1900, ainda o número médio de horas semanais de trabalho na indústria era de 65 horas em França e 55 horas nos Estados Unidos. E já então cinco homens tinham sido executados, catorze anos antes, em Chicago, por se terem batido, com muitos milhares de outros, pelas 8 horas de trabalho diário. Mas 1900 é também a mítica data em torno da qual gira a tão famosa «Belle Époque»: já então a burguesia próspera e endinheirada, juntamente com uma aristocracia que, em boa parte, se fizera negociante e financeira (mantendo auras, e propriedades, antigas), davam o espectáculo dos seus ócios dispendiosos, com que os primeiros fotógrafos «sociais» recheavam as revistas familiares e lhes alimentavam os sonhos: mesmo entre nós, onde tudo isto chega sempre atrasado, a «Ilustração Portuguesa» desse tempo documenta *garden parties*, os passeios, os *sports* e os banhos de praia dos que tinham ócios para isso.

As oito horas de trabalho diário, essas, tiveram que aguardar o fim da Grande Guerra. Os ventos revolucionários vindos de Leste, a crescente força sindical, as incertezas políticas de um pós-guerra agitado – tudo isso convergiu para que, finalmente, as oito horas se impusessem pela Europa fora. Alguns ócios começam, pois, a desenhar-se nesses anos 20, os mesmos que vêm aparecer o cinema (mais do que isso: o *star system*), a rádio, o desporto-espectáculo, e em que o automóvel começa a invadir as grandes cidades, a evolução técnico-científica e o «espírito empresarial», por um lado, as novas condições sociais, por outro, criavam, pela primeira vez, um «mercado dos ócios».

Enfim, na década seguinte, os ócios ganham definitivamente direito de cidade. Ilustram-no dois factos radicalmente opostos. Em primeiro lugar, na França da Frente Popular, em Junho de 36, a conquista do direito a «férias pagas»: são já clássicas as fotografias de famílias operárias partindo de tandem para as suas primeiras férias, quase sempre para visitar a família na província, após longos anos de separação, mas por vezes também para as praias, onde os novos intrusos eram desdenhosamente designados pelos veraneantes habituais por *congés payés*.

Mas surgem também, por essa altura, as primeiras tentações de controlo político dos ócios, em particular nos Estados totalitários: em 1934, Hitler cria a organização *Kraft durch Freude*, «Força através da Alegria», inspiradora da futura FNAT portuguesa, visando orientar os tempos livres dos trabalhadores para actividades físicas e patrióticas, revigoradoras da raça e da nação alemãs. De novo se pretendia evitar que a ociosidade fosse mãe de todos os vícios (políticos, revolucionários, é claro).

É esta, pois, a pré-história dos ócios «modernos». Depois da II Guerra, e até hoje, o tempo médio real de trabalho semanal não tem sofrido grandes variações (42 a 45 horas, segundo os períodos), ainda que, legalmente, se tenha generalizado a semana de 40 horas. Mas alargou-se a prática da «semana-inglesa» a muitas categorias de trabalhadores e foi gradualmente aumentado o período de férias pagas. Com o crescente desemprego, é hoje intensa, a nível europeu, a luta pelas 35 horas e pelo aumento das férias para 5-6 semanas anuais.

O tempo de não-trabalho aumentou, portanto, aparentemente. Mas aumentaram os ócios? Enriqueceu-se a vida (e é nos tempos de ócio que se vive, convém não esquecer!)? Reforçou-se a liberdade de escolha? Estão os ócios equitativamente repartidos? A resposta a estas questões coloca muitas outras, vamos ver porquê.

Antes de mais, interessa observar que se criou um fabuloso mercado para as «indústrias de ócio». Na Europa dos Doze as despesas das famílias com «ócios, espectáculos, ensino e cultura» (assim aparece nas estatísticas) atingem, em média, nos países mais desenvolvidos, 6 a 9% das suas despesas totais, (nos outros, 3-4%), o que não parece tanto como isso mas representa um valor anual da ordem dos 30 mil milhões de contos, ou seja, mais de cinco vezes o Produto Interno Português. É isso que é vendido, em cada ano, aos famosos 320 milhões de consumidores comunitários, em: aluguer de hotéis, pensões ou casas de férias; passagens de avião ou outros meios de transporte; roulottes; bilhetes de espectáculo (cinema, teatro, festivais de *rock*, futebol, etc., etc.); entradas em museus, castelos, *cabarets*, parques de diversões; material de campismo; livros e revistas; gelados; jogos

electrónicos ou de matraquilhos; equipamento desportivo; barcos de recreio (desde os pneumáticos aos iates de luxo); discos e cassetes; cadeias de alta-fidelidade, televisores, gravadores de vídeo; aparelhos fotográficos, rolos, revelações e álbuns; material para *hobbies* diversos (madeira, metal, plásticos, ferramentas portáteis, para *bricolage*; selos, moedas, livros antigos, quadros, e tudo o mais que dê para coleccionar, desde caixas de fósforos a latas de cerveja), etc., etc. Mas, é claro, a repartição destas despesas está longe de ser homogénea: segundo um recente estudo francês, uma família de quadro superior gasta 4 vezes mais em férias do que uma família operária, e 3 vezes mais em espectáculos e jornais. E, no conjunto da comunidade, cerca de metade dos cidadãos não «partem para férias», isto é, fazem-nas em casa.

Em todo o caso, dir-se-ia que se diversificou a escolha e se enriqueceu a vida, o que é verdade... até certo ponto. Sucede que, condicionados pela televisão, passámos a associar (os que podemos, claro) os ócios simplesmente a produtos e serviços pagos, a ter a obsessão de os conseguir, logo, a precisar de mais dinheiro para... comprar os ócios. Disse há tempos um sociólogo americano que «o sonho Americano se mantém, no essencial, intacto; tomou-se foi mais caro». E então perdem algum sentido as próprias estatísticas sobre o tempo de trabalho: para obter mais rendimentos para gastar com os ócios (o barco pneumático, o vídeo, as férias), vão-se arranjanado biscates, «trabalho por fora», ou fazendo horas-extra, e reduzindo assim o tempo livre diário. É o que se está a passar em grande escala nos Estados Unidos, onde o tempo livre do cidadão-médio diminuiu de 37% desde 1973, contrariando radicalmente uma previsão oficial de 1967, segundo a qual em 1985 a semana de trabalho teria descido a 25 horas e seria a reforma aos 38 anos.

Por outro lado, enquanto o tempo de não-trabalho cada vez mais é absorvido pelos transportes (o local de residência é cada vez mais distante do de trabalho e o trânsito cada vez mais denso), o tempo de trabalho em sociedades muito «competitivas», adquiriu um ritmo e uma tensão sempre crescentes, envenenando os ócios e transferindo para eles preocupações profissionais ou mesmo a insegurança quanto à es-

tabilidade do emprego. Falar então de descontração, de distração, de «enriquecimento da vida» é, pois, em muitos casos, puro lirismo. Nas próprias férias, passa-se uma semana a «desligar» do trabalho, outra (a última) a pensar de novo nele. Há inquiridos americanos que declaram que «as suas vidas são como um dia de trabalho contínuo».

Para isto caminha a Europa, logo, «nós» também. Ócios e negócios deixaram de se negar: os **nossos** ócios (como o nosso trabalho) são negócios **deles**.

Mas não nos enganemos de luta. Não se trata de **recusar** os ócios que nos vendem, trata-se de desmistificá-los. Trata-se de alargar os ócios, de os generalizar, de os **escolher**, de os conquistar enquanto **vida própria**, sobre a qual só nós podemos decidir – e não a publicidade. E muitos deles até nem custam dinheiro.

Revista Combate, Julho 1989

**EMPRESAS,
SOCIEDADE &
PODER POLÍTICO**

«*É-nos hoje difícil conceber uma sociedade, uma economia em que não existissem empresas, ou em que tivessem, pelo menos, uma importância secundária. Empoleirados (ainda que em precário equilíbrio) no comboio para o século XXI, a noção de empresa aparece-nos como natural, mesmo que vaga e imprecisa, ou até por isso. Perdemos, em relação a ela, a perspectiva histórica. Ora ainda há dois séculos, o que não é nada à escala da História, as sociedades mais avançadas desconheciam empresas tal como hoje se nos apresentam, e aquelas (empresas) que entretanto iam começando a desenvolver-se tinham, em globo, um papel insignificante nas respectivas economias. Estas assentavam ainda essencialmente na agricultura, enquanto que aquilo a que agora chamamos bens de consumo industriais estavam quase por completo entregues a uma actividade de tipo artesanal, integrada numa estrutura por ofícios, de raiz medieval, necessariamente pouco diferenciada: tal diferenciação correspondia a uma divisão social do trabalho, mas a divisão «técnica» do mesmo só então começava a despontar, para vir depois a intensificar-se de maneira espectacular, com a introdução da máquina e a destruição de um sistema feudal em plena decomposição».*

Retomo estas palavras de um velho artigo que escrevi há vinte anos para «O Tempo e o Modo». Acho que não começaria hoje de outra maneira melhor um texto sobre este tema.

A empresa moderna é, na realidade, uma criação da Revolução Industrial, e não só teve um papel estruturante na evolução posterior das sociedades de «raiz» europeia, como esteve ligada à maioria das grandes questões políticas e sociais dos últimos 150 anos.

Ao trazer para a produção a organização de tipo militar, com uma hierarquia de chefes, subchefes e subordinados, regulamentos, estímulos e punições, disciplina e (quando possível) «espírito de corpo», a empresa capitalista não só conseguiu rendimentos antes desconhecidos, como forneceu o modelo que viria a ser copiado por todas as empresas mesmo fora do sector industrial, e também, com variantes, por mil outros tipos de «organismos» ou «associações», por vezes até de voluntários, por vezes visando até combater o próprio poder empresarial, como os sindicatos.

Isto hoje nem nos surpreende muito: passamos a vida a ouvir dizer que tal organismo público, tal clube desportivo, devem ter uma gestão «de tipo empresarial». Os heróis do dia chamam-se, por cá, Amorins e Belmiros, a Bolsa (raqúitica embora) continua a encher páginas e páginas de jornal, e, lá fora, ao que parece é com empresas destas que sonham muitos cidadãos dos países de Leste, e vão tê-las até à indigestão (em lugar das que já tinham, parecidas na forma, mas mais exigentes em docilidade política do que em produtividade).

Mas nem sempre o mundo empresarial foi tão «popular», a não ser nos Estados Unidos, feitos por pioneiros sem nome e sem história, onde cada americano (exagerando!) imagina vir um dia a ser um Ford ou um Rockefeller. Pelo contrário, na Europa, as empresas raramente foram vistas com bons olhos, e se foram determinantes nos acontecimentos históricos e na «modelação» das sociedades, foram-no, em boa parte, por terem, elas próprias, gerado «anticorpos» sociais que se bateram sem quartel contra o sistema que elas representavam.

Com efeito, é nas empresas mineiras e industriais do capitalismo nascente que surge, por inerência, digamos assim, uma nova classe social a que veio a chamar-se «proletariado». O mesmo é dizer que à existência de empresas estão associadas coisas como o sindicalismo, as ideias socialistas, Marx, as lutas intermináveis pelo horário e condições de trabalho, pelas férias pagas ou pela segurança social, a Comuna, os partidos socialistas, sociais-democratas e comunistas, as grandes revoluções do século XX, e tantas outras mais. Os trabalhadores da indústria, sem os quais não existiriam empresas nem produção, estiveram, para além disso, em todas as lutas pela liberdade, ontem na Guerra de Espanha, hoje nos países de Leste. É, pois, por via desta luta contra o «poder empresarial» e o que social e politicamente ele representa, que a esse mesmo sistema se pode, paradoxalmente, imputar o alargamento das liberdades civis e políticas, coisa que, como se sabe, nunca foi a prioridade de quaisquer chefes de empresa, a não ser que tal não interferisse com o «bom andamento dos negócios».

Pelo contrário, os grandes chefes de empresa estiveram presentes, como actores preponderantes, em quase todas as grandes tragédias

político-militares deste século, apoiaram (e apoiam) todos os ditadores (excepto Estaline, porque nele viam o que ele próprio afirmava ser: o líder máximo do proletariado mundial). Sabe-se o papel do *Comité des Forges* francês e dos industriais do aço alemães no desencadear da Grande Guerra. Sabe-se como o patronato espanhol apoiou Franco, o português Salazar, o alemão (e boa parte do francês) Hitler. O colonialismo, com ou sem colónias, o Katanga ou o Chile, que sentido fariam sem grandes empresas ou grupos multinacionais directamente envolvidos, vorazes de matérias-primas, de mão-de-obra barata e de mercados?

Já ouço indignados argumentos contrários. Que «sem empresas, nunca teria havido um tal progresso tecnológico, um tal crescimento dos níveis de vida, uma tal abundância e diversidade de produtos. Que ainda não se inventou outra forma mais «racional» de fabricar todos os bens e de prestar todos os serviços que conhecemos, e de que não prescindimos. E, obviamente, que os próprios trabalhadores dos países de Leste só desejam aceder a essa mesma prosperidade, pela mão das empresas capitalistas ocidentais.

Tudo isso é *aproximadamente* verdade. Mas tais questões, longe de negarem o que antes se disse, apenas impõem que se precise um pouco mais a observação. Com efeito, quando falamos de «sistemas», nomeadamente do «sistema empresarial», haverá que ter presente que os agentes decisivos no seu funcionamento e evolução raramente são «maiorias activas». É sabido que, no século passado, foram sectores como as minas, os transportes, a produção de aço, a metalomecânica pesada ou o têxtil que estiveram no centro dos grandes conflitos sociais: foi, no essencial, em grandes e médias empresas desses sectores que se caldeou a combatividade e se estruturou a organização do movimento operário (sem esquecer o papel de certos grupos profissionais de forte tradição autonómica: relojoeiros, tipógrafos, estivadores, etc.), e foram os respectivos patrões quem mais interveio politicamente, por interpostos partidos, governos, forças militares ou de segurança. Mais tarde, foi a indústria automóvel e as novas formas de organização do trabalho, foi o poder político imenso da indústria petrolífera,

e por aí adiante. Isto é, a massa das pequenas empresas, embora vitais para o sistema, foram sempre arrastadas pelos acontecimentos: quase sempre as primeiras vítimas das grandes crises, quase sempre os seus trabalhadores os primeiros desempregados. Muitas vezes mais autoritário e despótico *dentro* da empresa, tem-se visto muito o pequeno patrão bater-se contra ditaduras por se ver asfixiado pelos grandes grupos que as apoiam.

A «racionalidade» económica tem sido a fonte de enormes desigualdades e dramas sociais, já que, neste caso, só é «racional» o que vence. A fome ou a miséria é apenas prova de irracionalidade: a função de um FMI é justamente a de trazer à «razão» os países tresmalhados.

Quanto ao progresso tecnológico e aos seus virtuosos efeitos nos níveis de vida, na abundância e diversidade de produtos, na própria evolução «civilizacional», a questão está longe de ser pacífica, pelo menos em termos teóricos. De facto, o progresso tecnológico que conhecemos é o que tem servido os estritos interesses empresariais; redução de custos, eliminação de mão-de-obra, aumento de produtividade, substituição de produtos em declínio, novas oportunidades de negócio, conquista de posições estratégicas. Só passam ao estágio de desenvolvimento industrial as descobertas ou invenções que originem produtos para os quais existam «mercados», isto é, consumidores ou compradores *que tenham meios para os pagar*. Está por demonstrar se «outro» progresso tecnológico não teria sido (ou será) possível, tirando partido de pistas científicas e técnicas nunca exploradas por não responderem a nenhum daqueles objectivos, mas talvez de bem maior utilidade social e de bem menores custos e desperdícios. É, pelo menos, uma questão em aberto. Tal como o é a de saber se esta «abundância» de produtos (e, mesmo essa, reservada ao hemisfério Norte), se esta constante insatisfação que se fomenta no consumidor, se esse espírito de competição na aquisição de bens artificialmente promovidos e diferenciados, não constituirão afinal apenas o modelo de comportamento que melhor se ajusta às conveniências da produção – nada tendo que ver com racionalidade, com justiça social, ou mesmo com a vontade de consumidores que livremente se manifestassem. Resta

que é por esta via que mais directamente as empresas disseminam, à escala mundial, um modelo de consumo e uma «cultura de massa» cada vez mais homogéneos, aquilo a que os economistas têm vindo a chamar de «globalização dos mercados». A integração no sistema dos países de Leste é, nesta óptica, apenas uma integração dos respectivos mercados: é nisso que estão interessadas as empresas ocidentais que, muito mais do que agentes e garantes da «liberdade» (como pensarão muitos cidadãos daqueles países), apenas se preocupam com a liberdade de negócio, sejam quais forem os acidentes de percurso que a liberdade política possa vir a sofrer.

E em Portugal? Que temos a ver com tudo isto? Diria que tudo. Simplesmente esse tudo chegou sempre atrasado umas décadas, e pela mão de estrangeiros. Não nasceram cá a empresa capitalista, nem o movimento sindical, nem o cooperativismo, nem as ideias socialistas, nem o *taylorismo*, nem os *yuppies* – nada. As empresas portuguesas não estiveram nos bastidores de guerras, nada tiveram a ver com o progresso tecnológico, e a própria exploração colonial só bem tarde a descobriram, já há muito os ingleses andavam por Angola e Moçambique. As nossas empresas, como as de qualquer país periférico, pouco mais têm sido do que meras correias de transmissão de produtos e de «modos de vida».

Isso não impede que sejam elas o suporte de lutas políticas e sociais que, sendo «nossas», são as mesmas que em toda a parte – pois é assim mesmo que «o mundo pula e avança». Não impede que seja nelas que passam o melhor dos seus dias perto de 3 milhões de portugueses. Que seja através delas que vão sendo conhecidas as formas de organização, as «novas tecnologias», os fatos, os tiques e as falas (*timings*, *briefings*, *drafts*, *task forces*, etc.) dos «novos» empresários e gestores – tudo como lá fora. Isto, é claro, nas empresas modernaças, as que catrapiscam a CEE (como noutros tempos os ingleses ou a paternal ditadura), sempre à espera de uns subsídios ou de um bom parceiro estrangeiro. Porque, atenção, mais de 50% das empresas portuguesas são minúsculas (menos de 5 trabalhadores) e muitas vezes bem pouco diferem das empresas pré-capitalistas. Estas constituem, à nossa

escala, a tal massa de manobra que se limita a «ir atrás» dos acontecimentos. Mas talvez sejam elas, no fim de contas, que dão alguma «cor local» a este tão internacionalizado panorama. Que dão a isto um bonacheirão ar terceiro-mundista, que tanto exaspera os nossos altos dirigentes políticos, todos muito «a caminho do século XXI»...

Voltando ao princípio: será concebível uma sociedade sem empresas? Concebível é quase tudo o que desejamos. Disso são feitas as utopias. Como esta: a de uma sociedade em que as empresas se transformassem em meras «unidades produtivas» ao serviço de objectivos livre e participadamente decididos pelos cidadãos – o que, como se viu, está longe de acontecer nos dias de hoje. Isso seria dar à «política» o mais nobre dos sentidos. Mas, utilizando um chavão antigo, manda a lógica admitir que tal nunca seria (será) possível «num só país».

Revista Combate, Maio 1990

**NACIONALIZADAS
&
PRIVATIZADAS**

Não são apenas as ditaduras que se comprazem a reescrever a História, ainda que possam ser nesse domínio particularmente empenhadas e exímias, até porque o fazem sob censura. Também as democracias não estão isentas de tais tentações: muita da propaganda política não é feita disso mesmo? O que sucede é que cada partido, cada ideologia, reescreve a História segundo os seus interesses e sua visão própria dos acontecimentos passados. O «eleitor», sem disso se dar conta, ao votar em tal partido está a ratificar essa versão do passado, a ajudar a fixar em números a audiência que ela tem na sociedade.

Este fenómeno é tanto mais grave quanto a democracia se restringe, como vem sucedendo na maioria dos países europeus, a uma escolha entre um reduzido número de forças políticas, duas no limite, cujas orientações ideológicas são suficientemente próximas para que se distingam mal não só as suas propostas políticas mas, mais ainda, as leituras da História que lhes estão subjacentes. Esta surgem então sob a forma de formulações simples, aparentemente indiscutíveis, «consensuais» – poderíamos chamar-lhes «mitos democráticos», ou «ideias-força», ou qualquer outra coisa que sugira a inerência dinâmica que as associa ao conceito e à prática dominante desta democracia.

Nacionalizações e privatizações são, entre outros, um bom exemplo deste mecanismo. À luz da ideologia hoje dominante que é a de um neoliberalismo ora mais radical ora mais social-democratizante – coexistindo ambos nos principais partidos -, as nacionalizações foram um «mal», as privatizações são um «bem». Pelas primeiras temos que responsabilizar os «revolucionários» pós-11 de Março, pelas segundas nem agradecemos suficientemente aos dirigentes democráticos de hoje. Nunca é dito exactamente assim, mas fica subentendido que não fossem as nacionalizações, a economia portuguesa estaria hoje bem mais sólida e desenvolvida. De facto, chega-se a afirmar que o que mais falta hoje na economia são os grandes grupos económicos que, antes do 25 de Abril, eram «decisores estratégicos» fundamentais e teriam sabido conduzir a transformação de uma economia «protegida»

para uma economia de «mercado livre» sem os sobressaltos que esse processo de transição tem conhecido (e continuará) no caminho da integração europeia.

Pode ler-se a História como se entender, mas tais leituras simplistas indiscutivelmente escamoteiam alguns factos incontrovertidos, em relação aos quais se poderá «argumentar», mas não ignorá-los ou fugir a uma explicação plausível:

Os principais grupos económicos em Portugal cresceram e consolidaram-se precisamente à custa de protecctionismos, exclusividades e benesses públicas, e todos estes tinham interesses poderosos nas colónias africanas. Aliás, todos eles eram muito pouco exportadores e detinham em Portugal ao monopólio (ou eram parte de oligopólios) de algumas produções industriais básicas: adubos, cimentos, aço de construção, etc. A sua «cultura empresarial», como hoje se diz, não era muito aberta nem muito liberal, o que, só por si, muito lhes teria dificultado a reconversão para uma economia de mercado. Apenas um exemplo: para o industrial Champallimaud, ainda hoje o seu «fantasma» é a dupla Rogério Martins – Torres Campos que, durante o marcelismo, decidiram «liberalizar» a indústria cimenteira, retirando-lhe o monopólio de facto de que gozava: ele era o tipo de industrial habituado, desde jovem, a ganhar dinheiro sem concorrência. Como se iria tornar alguma vez um «convicto europeu»?

Mas, independentemente desse comportamento atavicamente protecctionista, é interessante examinar os «grandes projectos» que estes grupos lançaram ou tinham em mãos nos últimos anos do «antigo regime». Os nomes são conhecidos: Petrosul (refinaria de Sines), CNP (Petroquímica de base), Lisnave (Construção naval), Setenave (Construção naval). Nestes projectos, todos concluídos (embora alguns deles já após nacionalização), o grupo CUF aparentemente «modernizava» o seu perfil. Na realidade, associava-se ao sector monopolizado dos petróleos (Sacor, Sonap) e procurava dominar quase totalmente a área da construção/reparação naval (metálica), para o que, entretanto, também tomou participação nos estaleiros de Viana. Quanto a Champallimaud, esse continuava, ainda em fins de 1974, a

bater-se por um grande projecto de expansão da «sua» «siderurgia» e, para além disso, limitava-se a ir comprando empresas (Cometna, Sécherone, papelarias) e a tentar, ingloriamente, «conquistar» o Banco Português do Atlântico (daí que também não possa ouvir falar em Marcelo Caetano, que lho impediu). Basta ver todos esses projectos para imaginar o enorme «buraco» em que estes ilustres industriais se teriam visto, caso as suas empresas não tivessem sido nacionalizadas: face à conjuntura internacional seguinte à crise do Suez, teriam eles podido «segurar» estaleiros, petroquímicas e siderurgia sem o generoso apoio financeiro do Estado (que é, aliás, bem provável que lhes tivesse faltado)? Sabemos hoje que tais projectos vieram num momento errado, isto é, as grandes dificuldades por que todos passaram nada têm que ver com as nacionalizações (basta ver o que se passou na Europa em cada um destes sectores, em particular com os estaleiros e a siderurgia).

As nacionalizações não foram (nunca são) um «mal» nem um «bem». São simplesmente actos políticos, tal como o são igualmente as privatizações, quer o poder que toma tais decisões invoque razões ideológicas, ou de «racionalidade económica», ou outras. De resto, é bem sabido que não é possível identificar «nacionalizações» com poder da esquerda e «privatizações» com poder da direita: os fascismos, e também De Gaulle em 1945, tal como Mitterrand em 1982 (claramente suportado pelo voto popular), nacionalizaram. Os conservadores ingleses, depois de Atle, não privatizaram, os socialistas franceses hoje privatizam. É sempre útil recordá-lo, embora no caso português tenha sido efectivamente um poder de esquerda a nacionalizar e hoje um poder de direita a privatizar (até que o Partido Socialista ganhe umas eleições...).

Em Portugal, as nacionalizações foram feitas numa noite (Banca e Seguros) e em alguns, poucos, meses as dos sectores produtivos, transportes e comunicação social. As privatizações, essas, fala-se delas há 16 anos, desde que o dr. Soares meteu o socialismo na gaveta, e começaram, em passo de caracol, apenas há uns três anos (dos 6 que já levamos de cavaquismo). Até agora, do sector industrial, apenas

foram privatizadas as cervejas. Quanto ao sector petroquímico, ele foi apenas «transnacionalizado»: passou da tutela do Estado português para a tutela do Estado finlandês (a quem pertence a Neste). Porquê estes diferentes ritmos? No caso das nacionalizações, justamente porque o próprio «ritmo político» em Portugal era esse, em 1975 (e por razões práticas, é claro: para evitar a fuga de capitais). As nacionalizações foram assumidas como acto político: trata-se de submeter inequivocamente o poder económico ao poder político, de «racionalizar» a gestão económica dos grandes sectores de base e «decapitar» os grandes grupos económicos. E as privatizações? Essas não são claramente assumidas como acto político que são – e é por o serem que seguem ritmos tão vagarosos. Na realidade, convém ter presente que, mudadas as circunstâncias políticas, as nacionalizações podem hoje ser vistas como a mais agradável (ainda que involuntária) das heranças que o poder «revolucionário» deixou ao poder «democrático». Ideologicamente, as empresas públicas em má situação (referimo-nos sobretudo às industriais, pois é esse sobretudo o nosso tema) serviram para mostrar como é aberrante, prejudicial e anti-económico o Estado gerir empresas (leia-se o Estado português, pois, como se viu, o finlandês é outra coisa...), quando se sabe que, em mãos privadas, não estariam em melhor situação. Financeiramente, as empresas públicas serviram para o Estado se endividar (indirectamente) no «período louco» da AD. Politicamente, serviram para rodar quadros partidários pelos Conselhos de Gerência, o que, se terá contribuído para lhes agravar a situação, terá vindo reforçar o argumento «ideológico». Enfim, de novo financeiramente, o processo de privatizações (que não existiria se não tem havido nacionalizações, já o diria Monsieur de La Palisse) tem vindo a produzir um «encaixe» anual de centenas de milhões de contos, que o orçamento (e as campanhas eleitorais) agradece.

Mas porque estão ainda incólumes, com as duas excepções apontadas, justamente as empresas industriais? Não é fácil a resposta. Aqui saímos do domínio dos factos para o das hipóteses.

Vejamos. Bancos ou seguradoras são sempre «imateriais», isto é, empresas onde apenas circula dinheiro. No seu conjunto, detêm um

considerável poder sobre a economia mas, de qualquer modo, estão sempre limitados por «regras» do Estado (ou de um futuro Banco Central Europeu) e pela concorrência entre si. Podem nacionalizar-se ou privatizar-se «numa noite»: basta pôr lá outro Conselho de Gerência. E o mesmo para reestruturações, concentrações, etc., que estão para vir. O sector produtivo (normalmente industrial), tenha-se ou não sido marxista e quantos privatizadores o foram! –, é indiscutivelmente o único em que na verdade se «gera riqueza». As empresas são estruturas muito complexas em que a gestão da produção e a do *marketing* cada vez mais se interpenetram, em que questões como a produtividade e a qualidade têm um sentido «material» inequívoco, em que os problemas da concorrência externa são cada vez mais dominantes (daí as ligações e associações aos parceiros estrangeiros), enfim, *last but not least*, onde capital e trabalho por um lado «convergem», por outro claramente se defrontam nas especificidades das suas funções não só económicas mas também políticas e sociais. Talvez seja por tudo isso que é nas (grandes) empresas industriais, e não em outro lado, que reside verdadeiramente o poder económico. Por muito democrático e liberal que seja o Estado – no caso, o governo – é natural que «sinta» que é ao privatizar as empresas industriais que está de facto a perder poder. Não será por acaso que já foi anunciado que, em várias das empresas a privatizar, o Estado manterá uma «minoridade de controlo». Que outra coisa melhor sublinhará o facto de que as privatizações são, antes de tudo, actos políticos?

Revista Combate, Junho 1992

**CAPITALISMO
E
TERCEIRAS VIAS**

A final em alguma coisa, e não tão insignificante, o marxismo terá tido razão. Acusaram-no de «determinismo económico» por defender que a instância económica era, em última análise, condicionante das estruturas política, social e cultural das sociedades, bem como da sua dinâmica interna aparentemente autónoma, com particular destaque para o modo de produção capitalista. Ora, hoje isso surge simplesmente como uma evidência, tanto mais quanto aquela «determinação» se apresenta agora quase sem intermediação.

Os efeitos políticos e sociais da especulação financeira à escala mundial, o ilimitado poderio das transnacionais, a difusão planetária de padrões de consumo uniformes ou, a nível europeu, a colocação sob tutela de um Banco Central não democraticamente legitimado nem controlado pelos governos da agora chamada Eurolândia – eis apenas alguns exemplos claros de como no capitalismo globalizado é a instância económico-financeira que determina não apenas as escolhas políticas como a evolução das condições e das estruturas sociais e até mesmo os modos de comportamento individual. Basta ver, aliás, até que ponto se instalou um clima de apreensão quanto às expectativas de crescimento, ou de recessão, no plano internacional, pelo simples facto de um governador brasileiro ter declarado uma moratória de pagamento de dívidas ao Estado federal. As nossas próprias condições de vida nos próximos anos aparecem-nos assim, de um momento para o outro, dependentes, sem que nada possamos fazer, da evolução da economia brasileira, ou mais precisamente do estado das finanças públicas nesse país, ou mais ainda do juízo que delas façam as Bolsas e os investidores e especuladores financeiros por esse mundo.

A ideologia dominante é, pois, a do mercado como regulador único, inevitável e desejável da evolução das sociedades, ou seja aquilo a que se tem vindo a chamar de pensamento único. Na verdade, ela apresenta-se como não-ideologia, já que o dito pensamento anuncia a morte das ideologias e o capitalismo como fim da História. Isso não impede, contudo, que face às inquietações crescentes das populações (no caso europeias) quanto à garantia de emprego, à precariedade do trabalho e à exclusão social, hoje se fale muito de «terceiras vias».

Expressão curiosa, que pressupõe a existência de uma 2ª via, alternativa ao capitalismo, a qual é aliás identificada sem rodeios: seria a de uma esquerda petrificada, sonhando ainda com um modelo soviético de planificação central e de esmagamento da democracia. Mas vale a pena ir um pouco atrás.

A primeira «terceira via» surgiu em princípio dos anos 70. Ela deu o título a um livro de um economista checoslovaco, Ota Sik, que fora ministro do curto governo de Dubcek e se exilara após a ocupação do país pelo exército vermelho. Nessa altura, tudo era mais claro, já que aparentemente havia apenas dois sistemas em confronto à escala mundial: o capitalismo ocidental e o «socialismo» dito real, de inspiração soviética. Aquele economista defendia uma combinação de planificação indicativa e de mercado ou, se se preferir, um sistema de capitalismo controlado. Na verdade, anos depois, a Hungria veio a ensaiar alguns passos nesse sentido, chamando-lhe então «socialismo de mercado». Mas este era o tempo em que prosperavam as «economias mistas» do keynesianismo na política económica e do fordismo nas relações sociais de produção/distribuição dos rendimentos, em que até alguns investigadores americanos, estudiosos das «economias de Leste», previam vir a verificar-se a longo prazo a «convergência dos sistemas»...

Como se sabe, não foi isso que se passou. A queda do Muro precipitou o desmoronamento político do sistema soviético, dando azo à «reconstrução» capitalista dos antigos países de Leste, a partir da reconversão acelerada das respectivas economias: também aqui o económico a determinar o político, neste caso frágeis regimes formalmente democráticos, cuja função fundamental não tem sido outra a não ser criar as condições necessárias para as «reformas económicas», leia-se o funcionamento dos mercados, para além de gerir o imenso desencanto de populações que vieram a conhecer o desemprego e assistem ao enriquecimento fácil, quantas vezes mafioso, de muitos e aos fabulosos negócios de empresas estrangeiras em busca de mão-de-obra barata e de novos mercados.

É inegável que este facto histórico, que teve como consequência o triunfalismo do sistema capitalista, colocou a esquerda na defensiva.

Mas na realidade foram os partidos comunistas e as organizações a eles ligados os mais duramente afectados, pela sua longa e mais ou menos entusiástica fidelidade às concepções e práticas estalinistas, ao ponto de, em muitos casos, se terem desagregado ou desaparecido.

Subsiste, porém, e com crescente influência, a esquerda enquanto projecto de transformação das sociedades, a dos valores (de liberdade, de participação, de solidariedade, de democracia alargada), a da primazia ao político e ao social sobre o económico (pôr a economia ao serviço da sociedade e do progresso social, e não o inverso), a da crítica substancial ao capitalismo: enquanto gerador de insuportáveis desigualdades, de desemprego e de exclusão social; enquanto agente de subdesenvolvimento, de fome e de miséria em continentes inteiros; enquanto municionador de guerras de extermínio sem fim entre os países mais desmunidos, quantas vezes em defesa dos interesses económicos de empresas ávidas nas suas riquezas; enquanto suporte de ditadores e de políticos corruptos; enquanto promotor da competição desenfreada, a todos os níveis e em todos os campos da actividade social, seja a que preço for. Está neste campo, porventura, talvez sem o saber, todo aquele que se arrepiia quando sabe que as Bolsas sobem cada vez que as multinacionais anunciam despedimentos em massa.

Esta esquerda desconfia muito de «terceiras vias». A começar por aquela que surgiu mais recentemente associada ao governo trabalhista inglês, obviamente fascinado pelo «modelo americano» e pelos «sucessos económicos» do partido democrata (que pelos vistos, seria ele próprio um agente da dita via!). Segundo um comentador recente, aliás simpatizante (Sérgio Sousa Pinto, no «Expresso») esta terceira via «prescinde de regular a selva (leia-se o capitalismo selvagem) e conta com o sistema educativo para formar bons ‘tarzans’ competitivos, aptos a sobreviverem nas mais duras condições do mercado do trabalho». Não é preciso dizer mais: em vez de lutar contra as «mais duras condições de trabalho», que se aceitam como naturais e inevitáveis, integrar o melhor possível as futuras gerações nesse inferno que as espera. Trata-se, na verdade, de reforçar a posição eleitoral do

partido trabalhista junto do eleitorado de direita, obviamente não de uma «viragem à esquerda».

Na realidade, com ou sem terceiras vias (até porque o caso inglês é sempre muito peculiar), aquilo a que hoje se assiste na Europa é a uma espécie de rendição final da social-democracia, que entrou o século marxista, a meio foi keynesiana, e hoje é convictamente neo-liberal (pelo menos leal gestora do neo-liberalismo). Fez suas as receitas que compõem qualquer «reforma estrutural» imposta pelo FMI e que desde Maastricht presidiram à chamada «convergência nominal» em direcção à moeda única: privatizações, desregulação dos mercados, prioridade absoluta ao equilíbrio orçamental, «flexibilização do mercado de trabalho», guerra aos sistemas de protecção social. Tudo traduzido em duas palavras-chave: confiança (que é preciso dar aos mercados financeiros, hoje globalizados) e competitividade (à custa, entre outras coisas, de «re-engenharias» empresariais que já deram origem a milhões de desempregados). E tudo coroado por um Pacto de Estabilidade que manieta os governos e os deixa impotentes, em particular, mas não só, face a flutuações conjunturais mais ou menos graves.

E, no entanto, a chegada ao poder sucessivamente nos últimos anos de partidos socialistas e sociais-democratas, em numerosos e poderosos países europeus, terá sido um sinal de que a caminhada para o euro foi duramente «sentida» pelos cidadãos europeus, que por essa forma terão manifestado um desejo de «mudança». No fim de contas, todos esses partidos traziam na lapela a palavra «desemprego», mas no coração sobretudo a disciplina férrea do Banco Central Europeu (ou, antes, do Banco central alemão). Independentemente das «boas-intenções» de alguns e de algumas medidas parcelares que possam ter sido tomadas, a verdade é que, face às políticas destes partidos, a «terceira via» de Ota Sik se afiguraria hoje como de um esquerdismo radical.

E, no entanto, isto não tem que ser assim. Têm sido feitas nos últimos tempos (vindas em certos casos de sectores insuspeitos de «anti-capitalismo») numerosas propostas de medidas que, se apoiadas numa

revigorada dinâmica social e adoptadas de forma articulada em espaços regionais, como a Europa, permitiriam de algum modo inverter a marcha. Todas elas vão no sentido de travar a especulação, relançar o emprego, redistribuir rendimentos e combater a exclusão social. Um primeiro passo, fundamental, para dar «ao político» suficiente margem de manobra e, por uma vez, dar confiança aos cidadãos (não aos «mercados»), pondo o acento no desenvolvimento social. Uma recessão prolongada (ou mesmo uma depressão) nos próximos anos, que muitos temem, com as consequências que se adivinham, seria certamente a pior maneira de reforçar a instância política: embora as condições sejam muito distintas, é sempre bom lembrar os anos 30 deste século.

Revista Combate, Fevereiro 1999

**PAGAR
DUAS
VEZES**

A Esquerda tem fama de proteccionista, a Direita de liberal, quando se trata de economia. O facto é que há um protecționismo de esquerda e um protecționismo de direita, quer no âmbito, quer nos objectivos.

Para a Esquerda, a economia não é um fim em si, o crescimento económico é apenas um meio de desenvolvimento da sociedade. Ora o liberalismo económico, como se sabe, tende a agravar as desigualdades, quer entre países, quer entre classes sociais no interior de cada país. A abertura dos mercados privilegia sempre aqueles (países ou indivíduos) que já detêm maior poder económico: são eles que têm meios para investir, que podem alargar os seus mercados, que se apropriam da parte de leão dos novos rendimentos gerados. Por isso mesmo, o protecționismo de esquerda não faz sentido se não for acompanhado de uma política social e de distribuição de rendimentos vigorosa. É pois crucial a questão do poder político, que deverá ter uma intervenção determinante nas áreas económica e social. De outro modo, o protecționismo não fará mais do que acentuar a concentração do capital, e da riqueza em geral, nas mãos dos que já o possuem.

A Direita, essa procura, naturalmente, manter ou aumentar os privilégios sociais das classes de maior poder económico e, para isso, é proteccionista ou liberal, conforme as circunstâncias. Tende a ser mais proteccionista na versão ideológica ultranacionalista, nas fases de recessão económica, nos países economicamente mais débeis, naqueles em que os sistema eleitoral responsabiliza os deputados perante os seus eleitores e, inversamente, naqueles em que existe uma simbiose não-democrática (ou falsamente democrática) entre Estado e grandes grupos económicos. Pertencem, de resto, a este último modelo os casos de maior «sucesso capitalista» das décadas mais recentes: Japão e os chamados «dragões asiáticos» (Coreia, Taiwan, Singapura, etc.).

Vem isto a propósito, embora não pareça, das nacionalizações e privatizações em Portugal. Vejamos então:

Coube-nos em sorte o protecționismo salazarista, isto é, de direita ultranacionalista. Inspirado nos fascismos da época, o discurso corpo-

rativo manifestava-se «anticapitalista» e buscava uma «convergência de classes». Apenas discurso. Na realidade, o sistema instituído englobava, para além da protecção pautal (proteccionismo em sentido restrito), vários outros instrumentos: o condicionamento industrial, acordos de fixação de preços, subsídios, controlo do crédito, proibição da acção sindical, etc. Tratava-se, pois, de criar e consolidar, ao abrigo de qualquer risco, uma classe empresarial forte, sustentáculo político e social do regime, a que não poderia negar um inequívoco apoio. E, diga-se, nunca o negou.

Foi assim, sob protecção total, que aprenderam a viver os chamados «grupos económicos» portugueses, e não poderiam, nem saberiam, viver de outro modo. Garantida a «paz social», logo os baixos salários, garantidos os preços, garantidos os monopólios (ou a concorrência limitada: aos empresários era pedido parecer sobre a entrada de novas empresas nos seus sectores de actividade!), protegidos da concorrência externa, restava-lhes acumular lucros e constituir pequenos impérios industriais e financeiros. E prestar vassalagem sempre necessário.

O proteccionismo tem custos, sabe-se. Mas os benefícios políticos e sociais poderão compensá-los. No caso do «proteccionismo selvagem», como o que tivemos, quase só há custos (para a larga maioria da população). Recorde-se que em Portugal só factores excepcionais, e não o proteccionismo instituído, acabaram por conduzir ao pleno emprego na década de 60: a mobilização para a guerra colonial, a emigração maciça e a abertura inevitável à EFTA.

Pois bem, não está contabilizado, que eu saiba, o montante que, ao longo dos anos, os portugueses pagaram para sustentar a prosperidade daqueles gigantes de pés de barro. Mas creio que seria largamente suficiente, só por si, para justificar as nacionalizações (independentemente dos seus objectivos políticos). Tratava-se, muito simplesmente, de restituir à colectividade aquilo que, em seu nome e com o seu dinheiro, fora oferecido a esses grupos – e sem o que, por certo, nunca teriam existido. Aliás, só por oportunismo político na altura foram incluídas as cláusulas de indemnização nos

decretos de nacionalização: na realidade, indemnizar era pagar duas vezes.

Entretanto, os velhos patrões levaram para o estrangeiro, sabe Deus como, a riqueza em boa parte saída dos nossos bolsos, multiplicaram-na (sabe Deus como, também), e regressaram, de novo com ares de «grandes senhores». Perceberam que os tempos ideológicos voltaram a ser-lhes favoráveis: não lhes reconheceu há tempos o governo «direitos históricos»? Reclamam privilégios (não foi sempre essa a sua principal fonte de rendimentos?) no acesso às privatizações, movem processos e influências para obter indemnizações «suplementares», falam de alto – e preparam-se para cobrar de novo. Lá vamos nós pagar outra vez.

Com protecçõismos ou sem protecçõismos, a Direita reconhece-se pelos «amigos» que tem. Champalimaud odiava Marcelo Caetano, porque lhe acabou com o monopólio dos cimentos e não o deixou comprar o Banco Português do Atlântico: apenas uma «birra» em família. Mas confia em Cavaco, que sonha com «grandes grupos económicos» e tem (tido) dinheiro para esbanjar. Só mais um pouco de «paz social»... e temos homem. Ele, e os outros todos.

Revista Combate, Outubro 1993

**OS FALSOS AVESTRUZES
DA «CONSTRUÇÃO
EUROPEIA»**

A linguagem serve para comunicar, mas também para distinguir. Isso é óbvio entre classes sociais, entre cidadãos e rurais, entre os membros de um grupo ou de uma «corporação» (médicos, advogados, cientistas, etc.) e os «outros». Neste sentido, e sem mais eruditas considerações, é igualmente claro que a linguagem «transporta consigo» poder (ou in-poder). Por mais forte razão, todas as burocracias de poder criaram os seus próprios códigos de expressão. Chamou-se-lhes em tempos «língua-de-pau» (Edgar Morin) e o exemplo-tipo foi, naturalmente o da burocracia dirigente soviética. Mas em tais casos, tão importantes como o efeito «discriminação» são por certo os de «propaganda» e de «encobrimento» (da realidade, da História).

A burocracia de Bruxelas (como as suas satélites em cada Estado-membro) não podia constituir excepção. Já sem rival a Leste, temos nela hoje o modelo mais perfeito de «língua-de-pau». Interessa-nos aqui sobretudo o seu efeito de «encobrimento», por ser aquele de que, por falta de informação, menos nos damos conta. Dou apenas alguns exemplos.

Vejam os tão falado «Mercado Único». Porquê um Mercado Único se já há 30 anos se falava correntemente de «Mercado Comum», ao ponto de o identificar com a própria Comunidade, quando se trata de expressões sinónimas (não é o mercado português o «mercado comum a todos os portugueses»)? É que, na realidade, nunca existiu um «mercado comum», mas apenas uma união aduaneira, aliás, sempre imperfeita (com as novas adesões), e uma pauta exterior comum. Com excepção da agricultura, cada país continuou a seguir as políticas que entendeu e a proteger-se dos outros como pôde. Encobriu-se esse facto durante todos esses anos, e ao mudar-lhe o nome em 1987, pretendeu-se fingir que se vai arrancar para «outra coisa»: na realidade, é agora que se vai tentar realizar o dito mercado comum, ou único, como lhe queiram chamar.

Decidiu-se então que o «Mercado Único» seria alcançado em 5 anos(!), calcularam-se ao tostão todos os imensos benefícios que daí adviriam (o relatório com essas contas passou a ser uma espécie de

Bíblia dos eurocratas), e desatou-se a elaborar umas centenas de medidas cuja aplicação a ele inevitavelmente conduziriam. A 1 de Janeiro de 1993, o «Mercado Único» estaria plenamente realizado. E assim se passou a dizer.

De novo se constata que cada país puxa brasa à sua sardinha (sobretudo os mais fortes), que grande parte das medidas não estão sequer regulamentadas (pois se nem foi possível chegar a acordo sobre a normalização das fichas e tomadas eléctricas!), e mesmo quando estão, ou não são aplicadas ou são simplesmente ignoradas ou violadas. Mesmo assim, isso não impede que os documentos e relatórios estejam povoados de referências aos benefícios conseguidos com o «Mercado Único», que não são mais do que os calculados no tal relatório, sem que ninguém se tenha dado ao trabalho de os verificar ou avaliar. Uma vez mais, é a «língua-de-pau» a funcionar, encobrendo aquilo que toda a própria eurocracia sabe.

Concretizemos. Por exemplo, o «Mercado Único» impõe que os Estados-membros abram à concorrência de todos os outros os seus concursos para obras ou fornecimentos acima de um certo montante. Nos corredores de Bruxelas toda a gente sabe que isto não teve qualquer efeito e que cada país descobre os processos mais imaginativos para favorecer as empresas nacionais: quem vai ganhar um concurso em Itália contra a rede de empreiteiros da Mafia (tão falados ultimamente)? Que empresa portuguesa vai ganhar a construção de uma auto-estrada ou o fornecimento de uma central eléctrica na Alemanha ou em França?

Mas continua a falar-se dos enormes benefícios que se espera da «abertura dos mercados públicos», fazendo de conta de que as coisas estão a mudar, quando não estão, nem estarão.

Outra ideia notável: «Se isto é um Mercado Único – como se fosse o de um único país – não faz sentido continuar a haver controlos fronteiriços da circulação de mercadorias, nem sequer continuar a falar de exportações e de importações». E assim se fez. Aqui de facto não ficou tudo como dantes. Passou a chamar-se «expedições» às

exportações e «entregas» às importações, o que não é grave, mas tão só sintomático dos falantes-de-pau, que gostam de mudar as palavras quando não conseguem mudar as realidades. O pior foi que, na ausência desses controlos, cada país deixou simplesmente de saber quanto exporta e quanto importa, pois passaram a ser as empresas a declarar. Se de facto cada país tivesse realmente passado a ser uma mera região do país «Europa», também não seria grave: ninguém se lembra de contabilizar as mercadorias que saem do Algarve para o Alentejo, e vice-versa. Mas sucede que, contrariamente ao que fazem de conta os eurocratas, cada país continua a ter contas próprias, políticas económicas e fiscais próprias, moeda própria, preços próprios, etc.

Em Portugal, por exemplo, isto criou uma completa barafunda. Não só deixou de se saber quanto se exporta e importa, como até o sentido do erro não é claro: quando se esperaria resultados inferiores aos reais, por falta de declarações, parece que se regista um excesso nas exportações, pois parece que muitas empresas resolveram fingir (também estão no seu direito) que exportavam para não pagar IVA e vender produtos mais baratos no mercado «paralelo».

Na realidade, só pode haver um «mercado único» onde haja uma moeda única, e mais: um país único, com políticas únicas. Os eurocratas já o sabiam há muito, mas fingem só o ter descoberto agora. Por isso mesmo o «Mercado Único» de 1995, como já vimos, é uma mera ficção, e foi preciso Maastricht, a nova palavra-chave da língua-de-pau. Não está em causa qualquer convergência das «economias reais», mas apenas a constituição de uma potência económica – o «país» Europa – que possa competir em pé de igualdade com os Estados Unidos e o Japão à escala mundial. Mas agora as resistências são obviamente bem maiores: já se viu nos poucos países que submeteram o Tratado a referendo. E a recessão veio pô-lo ainda em maior evidência.

E de novo assistimos ao mesmo mecanismo de encobrimento. No momento em que todos sabem que a entrada em vigor do Tratado, em Dezembro passado, não passou de uma acção mediática pouco convincente; em que o desemprego atinge em todos os países números alarmantes e cada um busca «soluções» próprias que tentem evitar

previsíveis crises sociais e políticas; em que o Sistema Monetário europeu está de pantanas e os projectos de União Monetária e de «convergência» nominal estão congelados até ver; que cada vez mais se desenha uma Europa a duas ou três «velocidades» sob hegemonia alemã – neste preciso momento, governantes, dirigentes comunitários e altos funcionários falam e actuam publicamente como se desconhecessem isto mesmo e a simples «retoma» económica pudesse pôr tudo nos carris (continuando embora, na prática, cada país a «safar-se» como pode e a violar, como sempre, as «regras comuns» acordadas por vezes em «dramáticas» madrugadas).

Todos os exemplos apontados nos remetem para um comportamento a que em tempos chamei de «falsos avestruzes», ou seja, daqueles que, sabendo muito bem o que se passa à sua volta, fazem de conta que não sabem. Aqueles que passam o seu tempo a enganar-nos. Neste caso, os falsos avestruzes comunitários.

Podemos gostar do real, ou não, e querer transformá-lo. Mas é dele que temos de partir. E antes de mais há que desmontar o mundo de ficção criado pela língua-de-pau que os nossos políticos, feitos papagaios de Bruxelas e por interesse próprio, diariamente nos querem impingir, com a colaboração prestável da comunicação social.

Aliás, sobre a posição de Portugal no meio disto tudo (que não era o tema deste artigo), não resisto a citar um recente editorial do «Le Monde», a propósito dos países da orla sul da Comunidade. Depois de passar em revista as situações difíceis dos outros três (Espanha, Itália e Grécia), diz de Portugal o seguinte: «Perfeito no papel de aluno exemplar da classe, mas que nunca quis, ou pôde, pesar um pouco que fosse sobre as decisões europeias». Papagaio, apenas. A quem os donos vão dando o necessário para que mantenha um ar apresentável.

Revista Combate, Junho 1994

**PORTUGAL:
PAÍS
MODERNO?**

Por alturas das famosas «comemorações» dos 20 anos de Abril, muitos afirmaram com orgulho (os mais próximos do poder) ou reconheceram (os mais afastados) ser hoje Portugal um país totalmente diferente do que era há vinte anos atrás. E muitos deles explicitaram: mais moderno. De uma coisa não decorre a outra. Vejamos porquê.

É óbvio que há vinte anos ainda não tinham chegado televisões a cores, vídeos, computadores domésticos, telefones móveis, automóveis com ar condicionado, *air-bags* e electrónicas várias.

Mas recordo que, na minha infância, pelos anos 40, o meu pai já usava *gillettes*, a minha tia tinha um *kodak*, as lâmpadas e os rádios eram *Philips*, os carros que por aí andavam eram *Ford*, *Citröen* ou *Fiat* (logo depois *Volkswagen*), um pouco mais tarde o nosso primeiro frigorífico foi *Siemens*. Vinte anos depois, em plena pasmaceira salazarista, e sem que ninguém por cá tivesse mexido um dedo, as *gillettes*, os *kodaks*, os automóveis ou os frigoríficos eram diferentes, os rádios estavam a encolher a olhos vistos, as grafonolas tornaram-se gira-discos, os próprios discos eram agora de 33 ou 45 rotações, tinha chegado a televisão, começavam a usar-se telexes e máquinas de calcular electrónicas. Alguém poderia ter dito que o país estava totalmente diferente do de há vinte anos atrás. E o mesmo vinte anos depois. Até hoje. Acresce que, ao longo destas várias décadas, mais gente foi gradualmente podendo consumir tudo isto, porque houve algum crescimento económico (sobretudo a partir dos anos 60), porque tivemos o 25 de Abril (convém não esquecer), mas talvez principalmente porque os preços desses produtos foram baixando, tornando-os mais acessíveis.

Chegará isto para dizer que «o país se modernizou»? É claro que não. Apenas poderemos concluir inequivocamente que se modernizaram os grandes produtores internacionais de bens de consumo: se os meus aparelhos *Philips* de hoje são muito diferentes dos de há 30 ou 40 anos é porque a *Philips* faz hoje rádios diferentes, e vídeos, que então não fazia, etc., não porque eu me tenha «modernizado». Foram, com efeito, esses produtores que desenvolveram e introduziram no mercado novos produtos, e retiraram outros; eles que, apoiados numa

rápida evolução tecnológica, impuseram novas «necessidades» a um ritmo acelerado e as tornaram prementes através de uma publicidade potenciada pelo meio televisivo; eles que constantemente associaram a sua satisfação à manutenção ou à elevação do «estatuto social» do consumidor: o seu vizinho já tem o «último modelo» (isto nunca dito tão à bruta, claro).

Naturalmente que quando todos se querem «distinguir» comprando o mesmo produto, o efeito é o contrário. Uniformiza-se o padrão de consumo, e atinge-se aquilo que se designa por «consumo de massa», o objectivo dos produtores ávidos de mercados.

Os consumidores portugueses, enquanto tal, não só não se distinguem uns dos outros, como não se distinguem também daqueles que, no Senegal, na Tailândia ou no Brasil dispõem de rendimentos equivalentes. O que nada diz sobre os níveis de desenvolvimento, ou sobre o carácter «moderno» ou não («atrasado»? «tradicional»?), das respectivas sociedades.

Ora a «modernização» (conceito aliás vago e discutível, não ideologicamente neutro) radica necessariamente na produção, no sentido mais geral – o que, e como, se faz -, e não no consumo. Em primeiro lugar, porque é na produção que convergem as capacidades intelectuais e criativas de uma comunidade: o nível de educação; o espírito de descoberta, de inovação, de criação; o culto da experimentação e da investigação; o gosto pelo trabalho colectivo, etc. Estas capacidades, umas mais do que outras, conforme os casos, são determinantes não só para a produção de bens e serviços, na área económica e social, mas também para a criação literária e artística, e para a definição de objectivos e de políticas de forma democrática, logo participada. Em contrapartida, é evidente que nada disso é necessário para consumir cegamente o que diariamente somos induzidos a desejar.

Em segundo lugar, porque é na «produção» (sempre em sentido alargado) que se geram os rendimentos que possibilitam não apenas a compra de bens e serviços, mas também a disponibilidade de tempo e a disposição psicológica para a aquisição de novos conhecimentos,

para o empenho na vida colectiva, para a reflexão e para a afectividade. É este o «círculo vicioso» do desenvolvimento e da «modernização» que os países das periferias e semiperiferias nunca conseguiram atingir. Em boa parte porque os centros internacionais da produção capitalista, do poder financeiro e do saber (não só tecnológico) lhes destinaram o lugar da dependência e da subalternidade.

De resto, quando, pelos anos 50, se introduziu a noção de Produto Nacional (ou de Produto Interno, hoje mais usada) e se procurou calcular o Produto *per capita* para diferenciar os «níveis de desenvolvimento» dos diferentes países, e por mais tosco e redutor que seja tal indicador, era de algum modo isso mesmo que se estava a assumir (ainda que nos limites da área económica): que é da produção que vem a «riqueza das nações»... Marx viu mais longe, ao chamar ao capitalismo (bem como aos sistemas que o precederam) um «modo de produção», englobando nesse conceito toda a organização social e económica que decorre da forma como os indivíduos e as classes sociais se «relacionam» em função da posição que ocupam na esfera produtiva.

Ora justamente os que mais falam da «modernização» portuguesa é gente que não pode ignorar que, ao longo deste século, Portugal praticamente não se aproximou dos países industriais dominantes, e nem sequer o conseguiu nestes últimos 20 anos, ou nos oito que leva de integração europeia – isto considerando estritamente a relação dos respectivos Produtos *per capita*. Portugal apenas não se distanciou, «modernizando-se» por um mero efeito de «arrastamento», e não pela bondade dos governos ou pelas generosidades de Bruxelas. Mas enquanto o seu nível educacional ou tecnológico se manteve sempre 20 ou 30 anos atrasado em comparação com aqueles países, até hoje, o seu padrão de consumo (no sentido de «aquilo que consome», não nas «estruturas de consumo») é muito próximo, como vimos, do desses países. Daí a «ilusão da modernização», que tantos nos apregoam, sabendo embora que não passa disso mesmo.

Portugal, como tantos outros países do mundo é hoje, de facto, «muito diferente» do que era há vinte anos. Mais moderno??

Fica por abordar, no fim de contas, o essencial: a questão do próprio conceito, e as que lhe estão associadas. O objectivo primeiro de uma sociedade é «ser moderna» (e isso o que é)? Ou não será sobretudo ser mais justa, mais criativa, mais «autodeterminada», mais «solidária» (e isso o que é)? Quem decide sobre estas coisas? Como? Estas são, como sempre foram, questões sem resposta, porque simplesmente nunca são colocadas. Não interessa aos que nos «governam», muito menos aos que, de fora, os governam a eles.

Revista Combate, Setembro 1994

**O «NOVO»
DEBATE
REGIONAL**

Tomo o título deste artigo ao texto introdutório de um livro recentemente traduzido e editado em Portugal: «As regiões ganhadoras – Distritos e Redes, os novos paradigmas da geografia económica» (Ed. Celta), uma interessante colectânea de contribuições universitárias. Aquele texto, escrito pelos organizadores do volume, passa em revista a evolução do debate nas últimas décadas e as perspectivas resultantes das investigações em curso (nomeadamente as dos autores seleccionados). Na realidade o debate está longe de ser «novo» e é sobre as questões que coloca, hoje como ontem, que importa reflectir, tanto mais que ele nos tem vindo a ser ocultado pelas questiúnculas caseiras a propósito da «regionalização», que são dele apenas uma mera caricatura para usos políticos, partidários e eleitorais.

O «debate regional» é, no âmbito de um país (ou de um conjunto específico de países, como seja a União Europeia), uma espécie de miniatura daquilo que há duas ou três décadas se designava por «desenvolvimento desigual», à escala planetária. A expressão que mais frequência adquiriu entre nós (que não a inventamos) foi a do questionamento das famosas «assimetrias regionais».

Porque se desenvolvem (desenvolveram) certas regiões ou países muito mais, ou muito antes, do que outros? Que razões históricas, económicas, geográficas, políticas, culturais, etc., etc., explicam esse facto? Por que se desertificam certas regiões e outras atraem populações? Por que certas regiões antes prósperas e activas acabam por declinar e outras surgem com uma dinâmica aparentemente inesperada? Por que certas regiões em que se concentram esforços públicos de investimento consideráveis «marcam passo» eternamente enquanto outras se desenvolvem sem esse esforço? E quanto ao debate sobre tudo isto: de onde vêm e porque mudam as «teorias explicativas»? E porque, num dado momento, se defrontam diferentes teorias, todas elas apoiadas em indiscutível «evidência empírica», isto é, em casos concretos que parecem fundamentá-las?

É claro que, dada a estreita ligação, desde vai para dois séculos, entre «desenvolvimento económico» e «indústria», as respostas ao pri-

meiro grupo de questões acima (e só delas vamos poder tratar) têm tido por foco a questão da «localização industrial». Mas o tal «debate regional» só nasceu praticamente após a 2.^a Guerra, com a criação da disciplina de «economia do desenvolvimento», impulsionada pelos processos de descolonização. Qual a lógica de repartição do capital privado quer no interior de um país, quer à escala mundial? E o que podem, tirando partido dela, influenciando-a, ou contra ela, as iniciativas autónomas de governos, regiões e comunidades locais?

Disse que o debate não é novo porque, em última análise, a questão que lhe está subjacente é, de facto, sempre a mesma: o que leva um investidor industrial a instalar a sua empresa neste ou naquele local? E a resposta é, no essencial, também a mesma: onde julga estarem reunidas as melhores condições para a obtenção de lucro (excepto em casos particularíssimos onde intervêm outros factores: o investimento de um emigrante na terra onde nasceu, por exemplo). Mas nem por isso o debate deixa de ser complexo e as conclusões eventualmente divergentes. É que as tais condições são muito diversas e variáveis no tempo: elas dependem de alterações nos processos produtivos (tecnologias, organização industrial), do tipo de produtos e localização dos seus mercados, dos modos e custos de transporte, das fontes de matérias-primas e de energia, das maiores ou menores necessidades de mão-de-obra (e das suas qualificações, dos níveis salariais relativos), da facilidade de comunicações, da proximidade de fornecedores de bens e serviços, de estratégias empresariais ou de grupo, de condicionantes (incentivadoras ou inibidoras) políticas, jurídicas, fiscais, financeiras, etc., etc.. Ora, tudo isto está em permanente evolução.

Vejamos o caso português, o que mais nos interessa, por razões inerentes ao seu atraso, dos mais «transparentes». Nas décadas de 50 e 60, quando verdadeiramente arranca a actividade industrial, com excepção dos lanifícios e das indústrias extractivas, localizadas «por inerência» (onde havia ovelhas e minérios), praticamente toda a indústria de alguma importância se situava no litoral. Ou porque a matéria-prima vinha do mar (conservas de peixe) ou vinha por mar (algodão para os têxteis, fosforites para os adubos, amendoim para os óleos, aço para

as metalomecânicas, petróleo para as refinarias, minério e coque para a siderurgia, etc.). Ou porque buscavam a proximidade dos mercados e a abundância de mão-de-obra, ambos concentrados na faixa litoral: é o caso das indústrias de bens de consumo e de materiais de construção. Ou porque forneciam (ou compravam) a outras indústrias, e era no litoral que estas se iam concentrando também. Ou porque exportavam e se aproximavam dos portos: é o caso curioso da cortiça, que trabalhava boa parte da matéria-prima alentejana próximo de Lisboa (Alcochete, Seixal) ou de Aveiro. A reforçar estes factores, o eixo Lisboa-Porto era ainda, apesar de tudo, o que permitia transportes em melhores condições. O surto exportador dos anos 60 acentua o processo, já que 90% das exportações se faziam (hoje apenas algo menos) por via marítima: as novas celulosas instalam-se no litoral, com uma única excepção, e mesmo o concentrado de tomate não fica distante. Os grandes estaleiros navais, esses não tinham, obviamente, alternativa. E mesmo os estrangeiros que chegam então, só querem é gente barata e proximidade de portos (com poucas excepções). Como os que chegaram mais tarde: gente barata, porto, concentração de mercado – *Renault e Ford/VW* são os grandes exemplos, e mesmo assim fizeram-se pagar caro em dinheiro e outros benefícios.

Política de desenvolvimento regional, nunca houve (nem há). Mas vale a pena recordar dois casos em que se decidiu, de forma voluntarista, investir «no interior». Um deles, caricato, foi o do «complexo do Cachão», em Trás-os-Montes, ideia de um notável local com carreira política de sucesso durante o salazarismo. Lá enterrou um dinheirão, muito dele saído dos nossos bolsos. O «complexo» megalómano vive em falência permanente desde então (se não está já encerrado há muito). O segundo caso foi de outra dimensão e megalomania: Sines. Embora no litoral, devia «mudar a face do Alentejo». O que lá se esbanjou em porto, plataforma industrial, uma cidade construída de raiz, uma auto-estrada ainda hoje sem tráfego, nem se imagina. Não foi para lá uma única indústria, nacional ou estrangeira, para além das que o Estado lá pôs de início, há vinte anos. Foi no que deu em Portugal a teoria dos «pólos de desenvolvimento».

Enfim, a integração europeia, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional! Sucede que Portugal (como a Grécia e a Irlanda) foi considerado na totalidade uma «região atrasada» da Comunidade e, como tal, aquilo que se passou a chamar, para Bruxelas, «Plano de Desenvolvimento Regional» (PDR) – um documento de âmbito nacional, em que as questões do «desenvolvimento desigual» entre regiões no interior do país são obviamente secundarizadas. Na realidade, elas são deixadas ao critério, predominantemente eleitoral, do governo.

Dir-se-á que estradas não têm faltado, e mesmo hospitais, escolas, universidades por esse país fora. Nada contra. Mas entretanto dizima-se a agricultura e continua a não haver indústria para lá da eterna faixa litoral. Ou seja, o interior esvazia-se de população (o último censo demonstra-o, e tudo indica que o processo se agravará), porque haverá «infra-estruturas», mas não há emprego. E não há porque os chamados investidores não vão para onde há novas escolas ou hospitais: continuam a ir para o litoral. Nem mesmo a novidade do intenso comércio ibérico chega para mudar o panorama, pois as regiões espanholas fronteiriças são também as menos desenvolvidas de Espanha. E continuarão a ser, como as nossas, meras zonas «de trânsito» já que o fracasso da «política regional» comunitária (que, ao fim de 30 anos, não conseguiu fazer sair o *Mezzogiorno* italiano do estatuto de «região atrasada» que Bruxelas lhe continua a atribuir) está mais do que demonstrado.

A lógica do capitalismo é inexorável e não parece possível qualquer «desenvolvimento regional» que não seja contra ela, ou à margem dela. Mas para isso seria necessário um voluntarismo político – e uma imaginação – que estão longe de se vislumbrar. Haveria que deixar de acenar com uma mais que improvável industrialização, com miríficos Alquevas ou ainda mais miríficos *Silicon Valleys*, com custosos «centros de apoio ao empresário» (que não existe). Como, então, desenvolver sem indústria (ou com pouca indústria)? Só dando uma volta nas «cabeças»: olhando o desenvolvimento não como um mero problema de números, taxas de crescimento e equilíbrios macroeco-

nómicos, mas de pessoas que aspiram a viver melhor, a intervir no seu próprio futuro, pessoas que podem ser mobilizadas para múltiplas actividades e a que se dá razões suficientes – sociais, culturais e também económicas – para não se forçarem a emigrar para o litoral, ou para o estrangeiro.

Quanto ao debate sobre a «regionalização», o que houve até aqui nada tem a ver com isto: é óbvio, pelo que fica dito, que não é por terem «governo» e «parlamento» próprios que as regiões interiores se vão desenvolver. Apenas se iriam criar mais burocracias e notáveis locais. Mas tal debate já não seria inútil se por «regionalização» se entendesse algo de mais amplo e profundo, capaz de mobilizar todos e não apenas os candidatos a uma carreira política.

Revista Combate, Janeiro 1995

**O 35°
DO
PELOTÃO**

Todas as sociedades ou culturas se julgaram, ou foram julgadas, mais ou menos modernas do que outras do seu tempo, por padrões nunca inocentes, fundados em ideologias ou convicções mal (ou bem) disfarçadas. O famoso «Como se pode ser persa?» de Montesquieu é apenas um exemplo de tais juízos: como se pode viver sem as Luzes da moderna Razão europeia, isto é, viver no atraso, na ignorância, na escuridão? Os sofisticados modelos matemáticos que reputados Institutos internacionais usam hoje para medir e hierarquizar coisas como o «desenvolvimento social» dos países do planeta não fazem mais do que exprimir em números a mesma perplexidade: como se pode ser o (ou viver no) 127º país da escala? A dois séculos de distância, o suposto rigor científico veio substituir o que poderia não passar de uma ironia literária, isto é, apenas o método se modernizou. Falemos então do 35º país de uma dessas listas.

«Nos últimos 30 anos, Portugal tornou-se um Estado moderno, um país moderno»: este é o discurso reconfortante de muitos dirigentes políticos, aliás apoiados em eminentes sociólogos, estes por sua vez escudados em abundantes estatísticas. Os mesmos não se cansam, no entanto, de repetir que o grande problema português é o da «modernização»: é preciso modernizar tudo, as mentalidades, o sistema educativo, o de saúde, o judiciário, as polícias, a indústria, a gestão das florestas, a dos recursos hídricos, a do ambiente, etc. Moderno, então, mas pelos vistos não suficiente.

Com efeito! Moderno, um país onde famílias sem conta, tantas talvez como há 30 anos (embora de peles mais variadas), vivem em bairros terceiro-mundistas, porque acabar com eles renderia infinitamente menos em tempo de antena do que meia dúzia de inaugurações de uns troços de via rápida ou de inúteis mamarrachos «pós-modernistas» que só servem para promover qualquer notável local? Moderno um país em que analfabetismo, iliteracia, trabalho infantil ainda são questões por resolver?

Moderno um país que treme só de pensar que um dia pode acabar o maná dos fundos europeus, que entretanto, justamente em nome da modernização, vão ajudando a encerrar actividades produtivas «atra-

sadas», sem que se vislumbre o que de «moderno» as virá substituir? Moderno um país que, sem nunca o ter sido (seja qual for o padrão utilizado), parece conformar-se com a ideia de que moderno é simplesmente o que está na moda, o que vende, o que dá audiências – e não, por exemplo, o que traz algo de criador, o que desafia, o que provoca, o que sonha, sem obviamente esperar que isso lhe traga prémios ou rendimentos?

Já lá vão os tempos em que o capitalismo, usasse-se ou não a expressão, se «apresentava» inequivocamente como um modo de produção, cujo lugar emblemático era a «fábrica», onde imperavam as técnicas e a organização do trabalho, onde se produziam bens mas também, em simultâneo, a divisão das classes sociais, ou seja, a própria forma de organização conflitual das sociedades «modernas». Ninguém parecia ter dúvidas: que país moderno podia ser digno desse estatuto sem ter as suas «indústrias de base»? Por esse mundo, foi a ilusória corrida às siderurgias e às petroquímicas, os imaginários motores de desenvolvimento e de independência, que nunca chegaram a ser. Portugal também passou por essas e por outras, mas tudo chegou tarde, como sempre, quando «lá fora» se ia já noutras indústrias, noutras produções, noutras tecnologias. O que nos resta dessas coisas tem vindo a ser vendido em saldo a estrangeiros, que as manterão abertas ou as fecharão, segundo as suas estratégias internacionais ou as «ajudas» que consigam dos governantes portugueses. Modernização, esses monumentos ao progresso deixaram pouca.

É que tudo não passou de alguns implantes na superfície de uma sociedade dependente, sem condições para deles tirar algum partido. O desenvolvimento capitalista, ontem como hoje, assenta num processo de tipo «circular»: a produção em grande escala e com altos níveis de produtividade exige níveis elevados de educação, que produzirão mão-de-obra bem preparada, novas gerações de dirigentes políticos e empresariais, e investigadores capazes de constantemente desenvolver novas tecnologias, que finalmente a indústria utilizará para fabricar novos produtos. Mas, ao mesmo tempo, é inevitável que tal processo também produza consciência social, contestação política,

novas ideias e novas obras (filosóficas, literárias, estéticas). Portugal sempre importou tudo, os produtos e as ideias, e sempre na justa medida da sua própria dependência – sempre umas décadas depois de terem aparecido «lá fora».

O país «foi-se modernizando», através do consumo, não da produção. Modernizou-se enquanto mercado, e isso nem poderia tê-lo evitado. Tudo nos foi chegando aos poucos, desde os tempos distantes do telefone ou dos primeiros automóveis, até à televisão, aos *jeans*, aos *McDonalds*, aos telemóveis de agora – o que os vinhos e a cortiça, as malhas e os sapatos, o sol, os emigrantes e os subsídios, uns mais do que outros conforme os tempos, iam dando para comprar. Os ventos externos e as lutas internas foram trazendo também, a custo, aos poucos, e à nossa «escala», a segurança social, as férias pagas e o 14º mês, mais uns hospitais, mais umas escolas e universidades. Tudo isto sem mudar o essencial, mas mudando o suficiente para que não seja preciso ser sociólogo e fazer contas para «descobrir» o que é evidente: que Portugal é hoje um país diferente do que era, há 30 anos.

A ilusão da modernidade tem vindo a ser acentuada pela própria forma como o capitalismo hoje se «apresenta» ao cidadão comum: como um «modo de consumo», como um capitalismo de «negócios», quando na realidade nunca deixou de ser um modo de produção. Cada vez se fabricam mais produtos, mais diversificados (e mais efémeros), com cada vez menos trabalhadores de produção, e estes mais dispersos por numerosos países. E se «produzem» mais serviços, e se fala dos heróis dos negócios e dos mercados financeiros, coisas bem mais *soft*, na aparência, do que a imagem (e a realidade) do mundo fabril de ontem. É aí, enquanto mercado, enquanto local atractivo para todas as cadeias de *boutiques* internacionais, ou para bancos e empresas internacionais de serviços, suas filiais ou associadas, que povoam espampanantes edifícios de escritórios em Lisboa e no Porto – é aí que Portugal por uma vez se aproxima das «sociedades modernas» (ou dos pedaços «modernos» de sociedades de fome e de miséria). Modernizaram-lhe os padrões de consumo, as expectativas de consumo, nem que seja à custa do crescente endividamento das famílias. Moderno, pois, à su-

perfície, como nos tempos das «indústrias de base», mas produzindo cada vez menos, trate-se de produtos ou de ideias.

O que é moderno ou não é, aí está uma questão sempre em aberto: trata-se de um debate ideológico, importante por isso mesmo. Mas, numa perspectiva histórica, talvez importe pouco os juízos que cada geração faz sobre a sua própria modernidade. Quantos consideraram Giotto, ou Maquiavel, modernos no seu tempo? E Van Gogh, como Kafka, não morreram ignorados? E Copérnico, que, por temor, só publicou a sua revolucionária teoria heliocêntrica nas vésperas da morte? De entre o imenso «lixo» supostamente moderno produzido em cada tempo, só o futuro acaba por decidir o que foi verdadeiramente moderno, porque portador das transformações vindouras. Resta-nos pensar que um dia alguém descubra terem germinado neste Portugal dos nossos dias os sinais anunciadores de uma «modernização» que agora nos parece da ordem da utopia. E que neles poderemos ter deixado algum imperceptível vestígio.

Revista Combate, Outubro 1996

**O COMBOIO
DO
SÉCULO XXI**

Não faz qualquer sentido dizer que Portugal «perdeu (ou vai perder) o comboio das novas tecnologias», ou o da «3ª Revolução Industrial» ou o dos «países mais avançados» do planeta. Portugal simplesmente sempre esteve (e está) na estação errada, pelo que nunca poderia apanhar nenhum desses comboios. Não domina a investigação, nem as tecnologias, nem os mercados, nunca apostou seriamente na educação, tem vivido ao longo dos séculos de recursos externos (colónias, emigrantes, investimento estrangeiro, CEE), «assistido», colonizado ele-próprio.

Comboios desses, só os apanharam até hoje países, quase todos asiáticos, de «capitalismo dirigido»: autocracias políticas em simbiose com poderosos grupos (muitas vezes velhos clãs senhoriais), com tradições culturais e religiosas que incitam à disciplina, à obediência, à austeridade. Modelo não só obviamente indesejável como impraticável noutras paragens.

Ao escolher a integração europeia, os governantes portugueses não escolheram, como apregoaram, o imparável arranque para o «desenvolvimento acelerado», mas quando muito o mal menor: a possibilidade, na melhor das hipóteses, de manter pelos anos fora uma aguerrida disputa com a Grécia dos dois últimos lugares na tabela comunitária.

O discurso era (e continua a ser) o da «modernidade», o das «novas tecnologias», o do «Portugal do século XII». Deste último não escaparemos, pois não está nas nossas mãos ficar eternamente no século XX. Mas, mais crise, menos crise, o lugar de Portugal manter-se-á o mesmo.

Foi isso, de resto, o que, do alto da sua erudição, nos veio dizer o célebre professor Porter, após um exame às «vantagens competitivas de Portugal». A aposta no futuro está, segundo ele, no turismo, nos vinhos, no têxteis, no vestuário, nas madeiras, e em mais meia dúzia de sectores «tradicionais», salvo o automóvel – esse sector típico da 2ª (não da 3ª) Revolução Industrial, e que nem sequer «escolhemos», apenas «acolhemos» a peso de ouro. Nenhum desses sectores é hoje «cartão de visita» de qualquer «economia moderna».

De acordo com o processo de divisão internacional do trabalho capitalista, é essa a norma e o destino para pequenas economias integradas no mercado mundial. Quem decide já nem são os países dominantes, mas sim os grandes grupos multinacionais: ainda há pouco o próprio «Le Monde» se queixava de que fatias inteiras da indústria francesa foram nos últimos anos «deslocalizadas» (termo muito na moda) para as Ilhas Maurícias, as Seychelles, Madagáscar, Tunísia, etc., levando consigo dezenas de milhar de «empregos franceses», sem que ninguém pudesse levantar um dedo. Só que, nesse caso, foram justamente as indústrias mais «tradicionais» que partiram... O «modelo» que nos cabe poderia, ao menos, ter a vantagem de manter níveis de desemprego mais baixos do que em outros países europeus, por se tratar de uma «especialização» em actividades chamadas «intensivas em Mo-de-obra». Mas o que se tem vindo a passar neste campo sugere que teremos as duas coisas: as indústrias tradicionais e o desemprego.

Mais ainda, uma economia dominada por actividades deste tipo, ainda que eventualmente «modernizadas», tem limites objectivos, de natureza tecnológica, à chamada «criação de riqueza». Mesmo em países como a França ou a Alemanha, estas indústrias são sempre as de mais baixa produtividade de todo o sector industrial. Isto significa que a tal economia que nelas se «especialize» nunca poderá aspirar aos níveis e condições de vida de uma «economia avançada».

Sendo assim, os governos mentem quando anunciam que Portugal se vai aproximar dos «níveis europeus», que vão combater o desemprego, que vão lançar indústrias novas, que vão «pesar» nas decisões «europeias» – numa palavra, que o «Portugal do século XXI» será outro. Não. Eles vão limitar-se a gerir os fundos próprios e europeus da forma eleitoralmente mais rentável, a decidir onde e quando se farão mais umas estradas e pontes e Centros Culturais (e a inaugurá-los o máximo número de vezes possível), a fazer milhentas reformas da educação, da saúde, da justiça – que deixarão tudo na mesma, ou pior – e a fazer disso anualmente os habituais balanços triunfalistas.

É por isso que uma gestão «capitalista» por parte da Esquerda ins-

titucional cada vez se parecerá mais com a da Direita dita democrática. É por isso também que o combate da Esquerda continuará a ser sempre, e acima de tudo, contra um sistema político-económico que impede os povos de verdadeiramente decidirem os seus destinos. Por exemplo de decidirem preferir (e construir) uma sociedade avançada, em lugar de uma «economia avançada» em que o desenvolvimento é incompatível com o emprego.

Ou seja, preferir uma sociedade em que os indivíduos sejam cidadãos, e não apenas, ou sobretudo, produtores/consumidores, em que a qualidade de vida não signifique a posse (e exibição) de bens ou contas bancárias, mas um diferente relacionamento colectivo, dos seres humanos entre si e com o mundo. Uma sociedade de partilha e não de competição desenfreada, desde os bancos da escola.

Só em outra estação será possível, um dia, apanhar um comboio desses. Procurá-la, isso é tarefa de todos os dias.

Revista Combate, Setembro 1993

**A DEMOCRACIA
DO FACTO
CONSUMADO**

O facto consumado é um inimigo mortal da liberdade individual, da democracia e da esquerda. E nem sempre damos por isso.

Um facto consumado é uma situação que se me depara em que, pela força das circunstâncias ou das decisões de outros, não me é dada, a mim, qualquer margem para decidir, para ponderar, para escolher. Por isso nos revoltamos, mesmo em casos limite, como a morte de um amigo ou uma catástrofe natural, em que não houve sequer a intervenção de «outros».

É claro que não poderemos olhar os múltiplos «pequenos» factos consumados do quotidiano como insuportáveis atentados à nossa liberdade. Não saio de um supermercado à procura de outro, só porque não tem a marca do produto que ia comprar, ou de um autocarro superlotado porque me sinto no direito de ir sentado, ou da pastelaria onde entrei para comer um pastel de nata e constato que já se esgotaram: compro outra marca, vou a pé, engulo um jesuíta – sem excessivas angústias. Na realidade, a minha liberdade começa onde sou capaz de decidir, eu próprio, quais os factos consumados que a violam, que não posso tolerar. Que fazer, então? Desobedecer, ou lutar, ou, se me sentir impotente, ao menos revoltar-me. Não há liberdade sem, ao menos, revolta.

Sabemos que, por viver em sociedade, a nossa liberdade tem sempre por limites – é um lugar comum – a liberdade dos outros. Mas, sendo embora por isso relativa, não existe um aferidor que permita medi-la numa escala de zero a cem. Daí que não possa aceitar que me imponham um qualquer aferidor, mesmo que institucional: por exemplo, uma Constituição. Se assim fosse, a União Soviética com a sua «exemplar» Constituição de 1936, teria sido o paraíso das liberdades civis e políticas... Mas, e nas chamadas democracias? E em Portugal?

Que liberdade de escolha de profissão, de leituras ou diversões, de caminhos, de vida tem um adolescente que se descobre habitante de um bairro de lata, filho de servente ou pequeno funcionário, obrigado

a fugir à escola para encontrar expedientes de sobrevivência? Estas ou outras barreiras de natureza social e económica inibem à partida muitos milhares de cidadãos de decidirem sobre questões essenciais de que depende o seu próprio destino. Dir-nos-ão os mais cínicos que a maioria nem se dá conta dessa imensa privação de liberdade. Mas privação maior é justamente aquela que os leva a aceitar como natural ter de «viver» no interior das fronteiras (sociais) impostas por um facto consumado.

E o suposto cidadão-médio, que se julga consciente e bem informado, que imagina talvez mover-se nesta sociedade como peixe na água? Esse achará, por exemplo, que tem plena liberdade política porque periodicamente escolhe o seu Presidente, os seus deputados, os seus autarcas. Escolhe? De facto vota em programas genéricos que não leu, designa nomes que lhe foram dados e pouco ou nada lhe dizem, mas que serão eleitos por uma ordem preestabelecida: isto é, vota apenas em dois ou três factos consumados. Não escolhe, é escolhido (por um partido que gastou rios de dinheiro justamente para o aliciar).

Depois, entre eleições, o dito cidadão vê-se posto perante os factos consumados, esse mitos concretos, do banco de urgência do hospital, das horas diárias perdidas em transportes, da escola dos filhos sem condições mínimas, do seguro que não paga a indemnização, da justiça que não o atende, da repartição que o envolve numa teia de decretos e artigos, da lei que lhe retira benefícios adquiridos – talvez até da árvore secular que lhe abateram em frente da janela para fazer um parque de estacionamento. Muitos desses cidadãos batem-se então na rua ou onde for preciso contra tudo isso em que não votaram. São enfim livres, por mais impotentes que acabem por ser os seus combates. E chegam a casa a tempo de constatar que, ao contrário do que parece, nem sequer lhes é dado escolher entre três canais de televisão: as leis do mercado, que nos dizem operar só para nosso bem, tornaram-nos todos iguais, ou seja, criaram mais um facto consumado.

Se todos assumíssemos como uma violação da nossa liberdade – que o é – a lógica «democrática» do facto consumado, isso significaria, no mínimo, a desobediência civil e, no máximo, uma revolução. Não

estamos perto disso. Mas este combate tem de fazer parte da pedagogia da esquerda: aceitar os factos consumados é aceitar o que está, o que outros decidiram por nós, uma ordem conformista. Em suma, aceitar a desordem instituída, alvo maior da Esquerda, de hoje e de sempre.

Revista Combate, Fevereiro 1993

**O ADMIRÁVEL
MUNDO
CIVILIZADO**

Nestes tempos em que se vem anunciando a morte das ideologias, e mesmo a da simples distinção entre esquerda e direita, cada dia nos demonstra o contrário. A linguagem, só por si, é por vezes disso um sinal inequívoco. Por exemplo, a expressão «mundo civilizado»: poderá alguém de esquerda deixá-la escapar, mesmo por distração, atribuindo-lhe implicitamente o estatuto de padrão universal dos bons valores e dos bons comportamentos?

Vem isto a propósito da indignação que, segundo um jornalista vindo da esquerda, deverá ter produzido no «mundo civilizado» a entrevista de Xanana, como deplorável espectáculo de um preso forçado a renegar perante as câmaras de televisão aquilo por que sempre se bateu. Ao ler isto, eu indigno-me duplamente: com a entrevista e com essa do «mundo civilizado». Porque a indignação é um direito que se tem ou não, caso a caso. Tem-no, neste caso, o «mundo civilizado»?

O que é o «mundo civilizado»?

Admitamos, numa primeira hipótese, que se trata do «mundo judaico-cristão», ou da por vezes chamada «civilização ocidental», centrada no núcleo Europa-América do Norte, com algumas franjas periféricas. Se nos cingirmos (e nada nos obrigaria a fazê-lo) ao século que agora finda, teremos que reconhecer que foi justamente nesta zona que se produziram as maiores carnificinas da História – duas guerras mundiais, extermínios maciços de civis por razões de raça ou ideologia, a Guerra de Espanha – e nela que nasceram e medraram as mais sofisticadas e incontroláveis organizações de violação dos apregoados «direitos humanos», como sejam as polícias políticas e os serviços ditos de «informação», civis e militares, responsáveis por crimes, tortura, internamentos psiquiátricos e «desaparecimentos» nunca explicados de talvez milhões de cidadãos, à margem de qualquer «justiça democrática». E foi daqui que partiram acções violentas contra países ou regimes que supostamente ameaçavam a dita «civilização ocidental» (que vitimaram os povos da Argélia, Vietname, Iraque, e tantos outros) e, inversamente, acções de apoio a regimes torcionários e criminosos (Chile, Guatemala, e um pouco por toda a parte, em África, na Ásia, na América Latina).

Os marginais. E o tratamento dado pela Inglaterra, a Espanha, a Alemanha, aos seus «inimigos interiores» (Portugal teve há bem pouco os seus «arrependidos», mas nem foi preciso maltratá-los, bastou comprá-los)? E a persistente violência racista e xenófoba que hoje ganha terreno nas maiores «democracias» europeias, essa em total impunidade? E a fome em África, e os milhões de refugiados que palmilham o mundo, sempre escorraçados ou indesejados – não terá o «mundo civilizado» nada a ver com isto? A propósito, a Jugoslávia não pertencerá ao «mundo civilizado»?

Enfim, em plena Europa, neste fim de século, os conflitos e os ódios, espicaçados por interesses mal disfarçados, multiplicam-se sem controlo, e nada já hoje autoriza a afirmar, como há anos pareceria óbvio, que não voltará a produzir-se um conflito generalizado, mais concretamente que «nunca mais a França e a Alemanha se baterão». «Mundo civilizado», este?

Mas admitamos outra hipótese: o «mundo civilizado» não seria definido numa base geográfica, mas antes numa base cultural, designando o conjunto das «pessoas civilizadas». Teríamos então gente civilizada em todos os recantos do mundo, mesmo nos confins reputados mais «bárbaros» ou «primitivos»: os educados, os bem-informados, os bem-instalados-na-vida, os que vivem «à ocidental», os «capazes», ou seja, a gente «com quem se pode falar» (e se possível fazer negócios, claro). Seria então esta espécie de comunidade universal bem-pensante, incapaz de fazer mal a uma mosca, que se indignaria com a entrevista de Xanana, bem como, naturalmente, com tudo aquilo que acima atribuímos à primeira versão do «mundo civilizado». Mas isso era supor que quem dizimou, espoliou, torturou, desencadeou ódios e guerras sem fim, foram os «outros», os «não-civilizados» – desde os papuas da Nova Guiné aos negros americanos e sul-africanos, passando pelas massas fanatizadas da Alemanha nazi ou do Irão fundamentalista, pelos índios de todas as Américas, pelos ciganos, pelos camponeses do Sul de Itália ou pelas velhotas analfabetas das serranias transmontanas, tudo gente obviamente à margem do «mundo civilizado».

O absurdo. Será preciso demonstrar o absurdo desta hipótese? Por definição, as classes dirigentes de qualquer país pertencerão ao conjunto das pessoas indiscutivelmente «civilizadas»: por certo as de todos os países «ocidentais», mas também os sargentos-feitos-generais de qualquer golpe militar africano ou sul-americano, cujo estatuto de governantes os fará entrar de imediato na boa companhia dos restantes, seus aliados naturais e comprovados. Ora são estas classes dirigentes quem, geração após geração, se tornou responsável pela imensa desordem do mundo, acima apenas exemplificada. Poderão elas (isto é, terão elas o direito de) indignar-se com os seus próprios desmandos? Com os enormes proveitos que deles recolhem? Com as prisões e torturas que ordenam?

Com os fanatismos que deliberadamente desencadeiam? Com os Xananas dos outros?

Bastará para isso – novidade recente – passarem a chamar de «humanitárias» às incursões que lhes convém fazer no mundo «não-civilizado»? Não, decididamente nenhuma pessoa de boa-fé, lúcida e atenta ao mundo que o rodeia pode alguma vez usar a expressão «mundo civilizado», sem as aspas e as reservas que se impõem. Já Groucho Marx não aceitava pertencer a um clube que o aceitasse como membro...

Revista Combate, Janeiro 1995

A FORTALEZA PORTUGAL

Marx demonstrou – e nunca foi desmentido – que, no sistema capitalista, a «força de trabalho» é uma mercadoria (não se generalizou a expressão «mercado de trabalho»), aliás a mais valiosa, por ser a única que gera «riqueza». Embora, em rigor teórico, as coisas não coincidam, na prática «força de trabalho» quer dizer «pessoas», mais precisamente «trabalhadores». São estes que se contratam, ou se despedem, conforme se precise ou não da mercadoria que têm para oferecer. Do ponto de vista da produção capitalista, as pessoas são, pois, tratadas do mesmo modo que as restantes mercadorias, segundo idênticas leis de oferta e procura, que têm em conta a sua qualidade (formação, experiência), preço (salário), embalagem (modo de vestir, de falar) e distribuição no espaço geográfico/económico.

Assistimos hoje, em tempos do mais beato liberalismo, a uma clara distorsão deste «modelo», em que de resto assentou a formação e crescimento de numerosos países (a começar pelos Estados Unidos). O ideal apregoado, que por vezes já se toma por realidade, é o de um mercado capitalista mundial, em que as trocas de mercadorias seriam totalmente livres, sendo as práticas proteccionistas vistas como o inimigo número um. E se é certo que tal ainda está longe (vejam-se as acusações mútuas de proteccionismo entre a Europa Comunitária e os Estados Unidos, cada vez que os tempos são de vacas magras, como agora), a tendência histórica tem vindo a ser nesse sentido. Com uma excepção apenas: a mercadoria pessoa-força de trabalho.

Mesmo no interior da Comunidade Europeia, a questão da livre circulação de pessoas levantou muito mais problemas, e está muito mais atrasada, do que a das outras mercadorias: as pessoas-turistas podem circular quase livremente, mas não as pessoas-mercadoria. Podem as batatas ou as conservas portuguesas ficar no «desemprego» (sem comprador), se as batatas ou as conservas espanholas ou francesas aqui forem mais competitivas; mas já não é tão fácil aos trabalhadores portugueses instalarem-se em Espanha ou em França, mesmo que sejam mais «competitivos».

E quanto aos que procuram a Europa vindos de fora, aí as sacrosantas leis do mercado são simplesmente ignoradas e o «proteccionismo» é a lei. Para esta particular mercadoria, a Comunidade instituiu-se em autêntica «fortaleza», esquecendo o que deve aos milhões de imigrantes que, no seu próprio interesse, atraiu nos últimos 20 ou 30 anos. Fáz-lo em nome do «equilíbrio social», mas, na realidade, limita-se a ceder às crescentes pressões dos grupos racistas e xenófobos.

Os governantes portugueses encheram-nos em tempos os ouvidos com a teoria do papel de Portugal como ponte económica e cultural entre a Comunidade (que então «abraçava») e as zonas do 3.º Mundo a que estava ligado por «laços privilegiados», como as ex-colónias africanas e o Brasil. Mas hoje, como pacóvios alunos europeus exemplares, são os mais diligentes a submeter-se, sem um pio, à lógica da «fortaleza Europa» (se não mesmo a gritar mais alto do que os outros).

Tratando-se de «pessoas», a famosa «ponte» só terá um sentido de circulação, será uma espécie de transistor (que só deixa passar a corrente para um dos lados): para lá poderão ir à vontade técnicos, agricultores, homens de negócios, militares, etc., tudo gente que fará aumentar as transacções e será agente de influência política; para cá, cada suspeito de ser «pessoa-mercadoria» será controlado, recambiado ou internado, venha, aliás, ou não dos tais países «nossos-irmãos», já que passámos a ser polícias-de-fronteira de toda a Comunidade.

Dir-se-ia que Portugal (leia-se os governantes portugueses) está a chegar à «idade da razão». Às lamechices da imagem de país de «brandos costumes», de «generoso acolhimento», de «não discriminação racial», clichés de propaganda que, no entanto, reflectiam um certo subdesenvolvimento saudável, a que estava subjacente (pelo meio de clamorosas mentiras e generalizações abusivas) uma lógica dos sentimentos, sucede o frio racionalismo de quem não se pode dar ao luxo de trocar por umas dúzias de angolanos, cabo-verdeanos ou brasileiros os incontáveis milhões com que a «Europa» premeia o «nosso» bom comportamento.

Portugal estará cada vez mais aberto a mercadorias e capitais – e com isso sectores inteiros se irão afundando, mas virão os tais milhões para compensar. Mas, com as fronteiras apertadas para os que queiram sair e quase proibidas aos não-europeus que queiram entrar, o Portugal «das pessoas» – a sociedade portuguesa, afinal – está simplesmente a fechar-se. A tornar-se uma «fortaleza». Ousaríamos chamar a isto um processo (brando, pois claro!) de «depuração étnica»?

Revista Combate, Abril 1993

**O CRIME
JÁ NÃO É
O QUE ERA**

«Quem não se lembra dos repórteres da RTP de máscara em punho, encurralados em quartos de hotel que, à falta de melhor, ficámos a conhecer ao pormenor, durante a Guerra do Golfo? Era a «guerra química» que espreitava a cada instante, a cada *Scud*, no momento em que, segundo as «melhores fontes», Saddam se preparava para também multiplicar atentados químicos pelas grandes metrópoles ocidentais. Ainda hoje por lá devem andar, entre os escombros de aldeias onde milhares de iraquianos civis terão morrido, sábios inspectores internacionais à cata do que possa restar desse temível poderio, químico e nuclear, que na última das grandes epopeias coloniais (pelo controlo dos poços e das rotas do petróleo) fez mobilizar a fina-flor das armas norte-americanas. Tudo isto para, cinco anos depois, descobrirmos que existem arsenais químicos privados no Japão, ponta-de-lança do capitalismo mundial, e nem precisámos de ser avisados por quaisquer fontes, melhores ou piores: soubemos disso pelo acto consumado, em pleno Metro de Tóquio. E pouco tardou para que uma milícia privada americana destruísse um edifício federal no coração do seu próprio país, agora com poderosos explosivos.

Estamos perante uma viragem crucial, de cuja dimensão só agora, tardiamente, nos damos conta: a privatização do «grande crime», isto é, do crime organizado. O que, diga-se de passagem, só pode trazer alegrias a todos os Arrojas deste mundo, que gostariam de privatizar até o ar que respiramos. Para que se entenda bem onde quero chegar, vale a pena recuar um pouco no tempo.

Na década de 90 do século passado, a violência e o crime organizados estão no auge, mas são privilégio dos Estados. Os exércitos e as armadas das grandes potências coloniais espalham o terror pelos confins da África e da Ásia. Nessa década «dourada», nas brilhantes capitais europeias, os Ingleses apoderavam-se do Egito e do Sudão, massacravam no Bengala (Índia) e na África do Sul (iniciava-se a sangrenta «Guerra dos Boers»). Os franceses, por seu lado, exercem uma feroz repressão na Argélia, «pacificam» o Senegal, o Níger, o Dahomé e a Costa do Marfim, «conquistam» Madagáscar, instalam um Governo-Geral na Indochina. Mas não lhes ficam atrás o Império

Otomano, que se «ocupa» de Arménios, Curdos (já então!) e Cretenses; nem o Japão, que invade a Manchúria e anexa a Formosa; nem os Estados Unidos, que «libertam» Cuba do jugo espanhol para ficarem por lá como grandes senhores mais de meio século. Enquanto isso, o Império Russo distingue-se pela sangrenta repressão sobre o seu miserável povo e os das nações subjugadas (*pogroms* anti-semitas, expedições punitivas, prisões, tortura, etc.). Apenas os desastrados italianos, que se armam em conquistadores da Abissínia, perdem lá 12 mil homens e retiram-se «sem glória».

As «bem-pensantes» burguesias ocidentais acham isto natural, orgulham-se dos seus heróis coloniais, aplaudem o crime organizado em seu nome, que terá só naquela década vitimado muitos milhares de «indígenas» por esse mundo. Talvez se indignem, sem exagero, com as «barbaridades» cometidas por turcos ou japoneses, por não serem brancos, cristãos e civilizados. Mas, vejam lá, sentem-se inseguras e clamam por ordem pública. Quem temem elas? «Os agitadores que estão a conduzir o país ao estado de barbárie», elucida-as um jornal francês da época. Que agitadores? Outro jornal apressa-se a explicar: «Os patrões estão ameaçados de ruína pelas exigências crescentes dos seus operários». Aí está: os operários eram então designados por «classes perigosas». Deles e dos anarquistas só havia a esperar desordens, ameaças à propriedade, imoralidade, crimes.

O panorama agrava-se em extremo na primeira metade do século XX. Nem vale a pena recordar o que foi esse período e quantos milhões ficaram pelo caminho em resultado de guerras, genocídios, repressão interna, dominação colonial e imperialista, deslocamentos em massa de populações. Aparelhos repressivos e militares, apoiados na indústria de armamentos, por sua vez servida por cientistas e técnicos capazes de desenvolver armas cada vez mais sofisticadas – tudo isto veio a constituir um poderosíssimo sistema de «crime organizado» ao serviço dos Estados (incluído, é bom não esquecer, o Estado estaliniano), no fim de contas aquilo a que, bem mais tarde, o próprio Eisenhower viria a chamar o «complexo militar-industrial» referindo-se ao seu país. Mas é também nessa fase que surgem dois fenómenos

novos, que prefiguram a evolução posterior, até aos nossos dias. Por um lado, o período da «proibição» nos Estados Unidos, nos anos 20, em que verdadeiramente se desenha o «crime organizado» privado, com o poder crescente das mafias italo-americanas. Por outro, a «revelação» do mundo da especulação financeira, que veio a dar origem aos tremendos dramas sociais dos anos 30, após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929, e, em definitivo, à ascensão hitleriana e à 2.^a Guerra Mundial.

Após 1945, irá caber aos Estados ocidentais a tarefa de salvar o capitalismo (e a ordem), intervindo fortemente na economia e gradualmente «integrando» no sistema as classes trabalhadoras, a troco de concessões sociais, que nem por isso deixaram de constituir outros tantos triunfos dos trabalhadores. Mas não foi sem mais abomináveis crimes e atrocidades (Quênia, Argélia, Vietname, Zaire...) que acabaram por ser forçados a «livrar-se» do famoso «fardo do homem branco», como Kipling há muito chamara ao colonialismo. E, a coberto da Guerra Fria, ambos os lados multiplicaram, até há bem pouco tempo, as «intervenções» em todos os cantos onde «os seus interesses» se sentissem ameaçados.

Mas a crise dos anos 70-80 veio enfim minar o poder económico e regulador dos Estados capitalistas e pôr em voga o neoliberalismo como «nova» receita salvadora: privatização, desregulamentação, Estado mínimo, competição, negócios, dinheiro – estas passam a ser as palavras de ordem. A queda do Muro de Berlim, um momento prenúncio de paz e de mais democracia, não faz mais do que reforçar o que já estava em curso: os grandes grupos transnacionais tomam em mão as rédeas da «economia global» e não se sentem mais coagidos pelos dispositivos do Estado-Providência e do «compromisso fordista», pelas políticas económicas dos governos ou por controlos sobre os movimentos de capitais.

É então que nos damos conta, quebrado o encanto do «progresso sem limites» e do «trabalho para todos numa sociedade livre» (título do livro de Beveridge que inspirou os sistemas de Segurança Social, nos anos 40) e perdidas referências ideológicas (quando não a me-

mória de tanta esperança e de tanta luta), que o «crime organizado» se privatizou, ele próprio: descobrimos que a Máfia governou a Itália nas últimas décadas, e que «governa» a Rússia hoje; assistimos à proliferação dos cartéis da droga, de milhares de seitas poderosas, de fundamentalismos e fanatismos vários (não só religiosos: racistas, nacionalistas, etc.), redes de corrupção nacionais e internacionais, lóbis das indústrias de armamentos – tudo isto actuando à escala planetária, com frequentes e proveitosas ligações a organizações públicas (serviços secretos, militares, polícias) e dirigentes políticos. Ao que convém acrescentar a actividade «criminoso» (ainda que legal) e incontrolável da especulação financeira, que a troco de biliões em meia dúzia de dias, ou mesmo de horas, pode arruinar países e lançar milhares no desemprego e na miséria (lembra-se aqui o recente caso mexicano).

Aos Estados, que preferem hoje cobrir as suas intervenções externas, não apenas militares, com o manto de organizações internacionais (e o FMI é das que mais se aproxima do velho colonialismo), fica reservada a «segurança interna». Aí o «crime organizado» e o «grande capital» prestam-lhe o serviço de alimentar a chama da insegurança colectiva: desemprego, pobreza, exclusão, droga, delinquência urbana – tudo isto mais ou menos interligado, ou assim apresentado. E, agora, a ameaça de atentado químico (amanhã nuclear?), não se sabe onde, nem vindo de onde. Os Estados, enfraquecidos na sua margem de manobra económica e sem vontade de contrariar a maré liberal de que aliás são arautos, querem-se então mais fortes internamente, com mais polícia, mais repressão, mais serviços de «informação», sobretudo mais «controlo de fronteiras». Escusado será dizer-se a que ponto o fomento da insegurança, aliado à demagogia populista, é um jogo altamente perigoso para a democracia: Le Pen pede a expulsão de 3 milhões de estrangeiros e recolhe 15% de votos (27% em meio operário, 35% entre os desempregados, segundo o «Le Monde»).

Este fim de século não se afigura menos violento e criminoso, em definitivo, do que o anterior. Apenas se torna hoje muito mais difícil nomear os responsáveis. Como as sociedades comerciais, o crime tornou-se anónimo. Refiro-me, é claro, ao «grande crime», o único, de

resto, de que aqui me ocupei. Porque o «pequeno», o crime de todos os dias e de todos os tempos, esse alimenta periódicos especializados e muitas vezes a imprensa e a televisão, que sabem vender bem o drama familiar, o desvario passionai, o requinte de crueldade ou a delinquência juvenil (em particular se de africanos ou ciganos, e quase sempre com bairros de lata em pano de fundo). Desses é-nos dado o rosto e nome, como sendo o rosto e o nome da nossa insegurança.

Não consentiremos que algum dia alguém venha a dizer, deste nosso tempo, que foi uma «Belle Époque».

Revista Combate, Maio 1995

**MUROS
E
MÁFIAS**

Houve tempos, não tão distantes, em que académicos americanos, especialistas nas «coisas do Leste», popularizaram nas teses, livros e conferências com que ganhavam o nome, e a vida, a expressão de «economias de direcção central». Preferiam-na à de «economias planificadas», mais corrente, mas que sugeria a adopção de métodos de previsão e controlo cuja validade técnico-científica não reconheciam, e tinha o inconveniente de «soar melhor».

Eram, como se sabe, aquelas em que a burocracia de aparelho de um partido único «comandava» toda a vida económica e – por inerência, ou vice-versa – toda a actividade política, numa cadeia de subordinacões que se estendia à mais insignificante empresa e ao mais longínquo povoado do país. Como se sabe também (já se sabia, não se descobriu agora) tamanha máquina só funcionava à força de favores, privilégios, subserviências, prisões, deportações e purgas – numa palavra, à força de corrupção, intimidação e «lei do silêncio». Em simultâneo, florescia e dava alguma agilidade ao sistema uma vigorosa «economia paralela»: mercados clandestinos, e semiclandestinos com cambiantes vários.

Tudo isso a que, por razões opostas, todos insistiam (do lado de cá e do lado de lá) em chamar «socialismo», se desmoronou em pouco tempo. Para dar lugar, diga-se de passagem, a novas corrupções, favores, etc., e novos, florescentes mercados paralelos, sabe Deus se com os mesmos protagonistas.

Na Europa ocidental, burguesa, civilizada, democrática, capitalista e comunitária, tal situação era quase da ordem do impensável. Viviam-se os anos chamados «gloriosos» da grande prosperidade, a euforia do consumo, dos avanços tecnológicos e dos *mass-media*.

Um país *sui generis*, cujas tradições democráticas nem sequer eram famosas, espantava os seus sisudos parceiros do Norte com taxas de crescimento acima da média, pelo meio de uma incontrolável instabilidade política que tinha, no entanto, uma estranha particularidade: mudavam-se os governos, faziam-se sucessivas eleições, e o partido

no poder era (foi, durante quase 50 anos) o mesmo. Mas quem se ia importar com isso, se as máquinas italianas (pois é de Itália que falamos, claro), os estilistas italianos, o calçado italiano, os arquitectos italianos, os mármoreos italianos, etc., etc., se «vendiam» por todo o lado e davam do país uma imagem de sucesso que apagava (e por isso surpreendia) a que tradicionalmente era a sua: a algazarra, a indisciplina, os *latin lovers*, o *dolce fare niente*. Aí estava um capitalismo ágil, moderno, imaginativo. Se os eleitores escolhiam sempre o mesmo partido, era com eles, estavam no seu direito.

Também isso se desmoronou em poucos meses. E descobre-se agora (mas ignorava-se??) um sistema que, inequivocamente capitalista e formalmente democrático, se reconheceria sem dificuldade nos traços gerais que os ditos académicos atribuíam às «economias de direcção central»: a total promiscuidade entre uma organização poderosa (a Máfia, com as suas variantes locais), o sistema político (a democracia cristã, é claro, mas os restantes partidos também, como de resto sucedia em alguns países de Leste) e o sistema económico (o sector da construção, acima de tudo, mas todos os outros, incluindo os grandes grupos económicos, como se vai vendo a cada dia que passa). E curiosamente quem sai incólume de tudo isto é o ex-partido... comunista.

Encontramos aqui a mesma teia tentacular e hierarquizada de corrupção, de intimidação e de crimes, a mesma «lei do silêncio», a mesma pujança da «economia paralela», coisa que aliás sempre surpreendeu os conhecedores da economia italiana. Talvez até se possa dizer, por extensão, que tudo o que de criativo e imaginativo produzia a Itália era, de algum modo, «paralelo» ao sistema dominante.

A perplexidade, a sensação de alívio, o desencanto dos eleitores, as mudanças de nome de partidos, o surgimento rápido de novos partidos, a ideia (coitados!) de que se vai começar vida nova, etc., etc., têm obviamente muito de comum com o que se passou no Leste após a famosa queda do Muro.

Caíu um muro, no interior do capitalismo, e parece ninguém ter dado por isso. É quem fecha os olhos que decide o momento e o lugar

para o fazer. Capitalismo de direcção central? Que ideia, nunca vi! – dizem os que decidem olhar para o outro lado. Nós não o descobrimos agora: o que é o Japão, a Coreia, «economias de sucesso» e duvidosas democracias de partido único, em que a corrupção, a intimidação e por aí adiante são também de todos os dias? E Pinochet o que era, com sucessos económicos gabados nas revistas académicas do mais ortodoxo capitalismo?

Os muros estão onde estão. Vê quem quiser ver, sejam eles de tijolo ou de ideologia.

Revista Combate, Junho 1993

**QUESTÕES (POUCO
PARADIGMÁTICAS) A UM
SOCIÓLOGO MUITO SINGULAR**

No Portugal de hoje, o que resta de intelectuais foi, na sua maioria, seduzido pelos corredores do poder ou pela banalizada (mas rendosa) intervenção mediática, ou então, na melhor das hipóteses, refugiou-se nas suas especializações universitárias, reservando os seus saberes para docência e para a vertigem dos mestrados, doutoramentos, comunicações a congressos, trocas de *papers*, e outras actividades em circuito fechado. Boaventura de Sousa Santos (adiante familiarmente referido como Boaventura), que há tempos reuniu alguns trabalhos da sua equipa num volume que intitulou «Portugal – um retrato singular», é, ele próprio, um sociólogo singular.

O seu mais recente livro, «Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade», uma «soma» da sua visão do que vai por Portugal e pelo mundo, é disso mesmo um notável exemplo, a confirmar o empenhamento demonstrado em frequentes intervenções cívicas e políticas nos últimos tempos. Neste trabalho estão presentes, por vezes em desconcertante quase sobreposição, o «cientista social» (o académico), o intelectual («pensador») e o cidadão politicamente empenhado.

Diga-se desde já que, infelizmente, devemos ao primeiro a «organização do discurso», o que torna a leitura um duríssimo exercício de persistência através de um sem fim de teses e hipóteses, da constante enumeração de «pilares», «princípios», «racionalidades», «espaços», «características», «implicações», «argumentos», «paradigmas» e «sub-paradigmas», de «procurarei demonstrar», de «heurísticas», «hermenêuticas», «campos gnoseológicos», etc. etc. O que, de resto, põe bem em relevo as dificuldades, apontadas pelo próprio autor, da passagem do «discurso da modernidade», que tão obsessivamente adoptou, ao da «pós-modernidade», a que tão convictamente apela.

Dito isto, o livro apresenta um leque tão rico e variado de ideias e pistas de reflexão que não nos é possível, em poucas páginas do «Combate», discuti-las a todas ou sequer esboçar o que se possa chamar uma «crítica» ao conjunto da obra. Limito-me, pois, neste texto, a alguns comentários a propósito dos capítulos I («Cinco perplexidades/

desafios») e 3 («Onze teses sobre Portugal»), sendo certo que trarei à discussão muitos contributos provenientes dos restantes capítulos.

As cinco perplexidades. Na realidade, são-nos apresentadas como grandes desafios com que, nas condições actuais, se defronta o sociólogo. Permito-me alargar boa parte das preocupações nelas expressas a todos aqueles que se interessam pelo evoluir das sociedades, seja qual for a sua formação e campo de actividade, técnico ou humanístico, universitário ou não.

A abrir o debate, e por estranho que pareça, começo por citar uma passagem do último capítulo do livro: «O que este processo [de globalização da economia] suscita do ponto de vista analítico é a necessidade de pensarmos globalmente as transformações sociais, sem contudo perdermos de vista as especificidades locais e nacionais com que se articulam». Pois bem, todas as perplexidades enunciadas desembocam em interrogações que têm que ver com esta exigência, interrogações a que, a meu ver, o livro com frequência evitou dar resposta – ou deu uma resposta a que coloco reservas.

Com efeito, o dito processo de globalização da economia (simplificando: de mundialização e primazia, na expressão de Boaventura, do «princípio do mercado») está, directa ou indirectamente, presente em todas as «perplexidades».

Interroga-se o autor, por exemplo, se nesse contexto (e em parte devido «às críticas que têm vindo a ser feitas ao marxismo») a «desvalorização do económico» a que se tem assistido na análise das sociedades não significará que se está a «falhar o alvo analítico»? Ou serão, acrescenta, as relações entre o económico, o político e o cultural que exigem «uma reconstrução teórica radical»? Julgo que, embora referindo numerosas vezes o imenso poder das empresas transnacionais ao longo do livro (voltaremos ao tema) o autor opta obviamente pela reconstrução teórica radical, mas em que *o económico surge inequivocamente desvalorizado*, ao ponto de serem meramente episódicas duas ou três menções à palavra «desemprego», quando se sabe que é hoje uma

das expressões estruturais mais visíveis e preocupantes (em particular, mas não só, nas sociedades centrais e semiperiféricas) do complexo jogo de factores subjacentes ao processo de globalização.

Isso é patente também quando, «face [de novo] à dramática intensificação das práticas transnacionais», observa que «no nosso quotidiano raramente somos confrontados com o sistema mundial e, ao contrário, somos obsessivamente confrontados com o papel do Estado». Isto *parece* verdade, mas surpreende que deixe perplexo o autor. Com efeito, no nosso quotidiano – desde uma ida ao hipermercado, ao que vemos na televisão, aos bens que «desejamos», ao trabalho numa empresa, ao concerto de rock a que vão os nossos filhos, ao desemprego de muitos (e de muitos outros que o irão conhecer ainda) – é justamente, sem darmos por isso, com o «sistema mundial», de que o europeu é apenas o elo mais próximo de nós, que estamos confrontados. Os dirigentes políticos (o Estado, em sentido lato) *ocultam-nos* essa realidade, assumindo-se como protagonistas de um processo que não controlam, mas em que diligentemente participam, assegurando-nos terem nas mãos a solução para todos os problemas: disso depende a sua própria sobrevivência.

Boaventura não o ignora, quando, páginas adiante, diz que «em aparente contradição com o processo de ‘revalorização do indivíduo’ nos últimos dez anos, o indivíduo aparece hoje menos individual do que nunca (...) condicionado na sua vida privada, na sua liberdade de expressão e de escolha». E pergunta «se não nos teremos libertado cedo demais do conceito de alienação». Não faltam no seu livro exemplos em que o conceito assentaria como uma luva: que melhor conceito aplicar à crescente transformação das «energias emancipatórias em energias regulatórias», sem que o sujeito se dê conta, que considera um aspecto crucial da fase que atravessamos? Acrescento, pela minha parte: E a luta ecológica transformada em «mercado do ambiente»? E a cultura em indústrias culturais»? E o cultivar girassol (isto é, *trabalhar*) para o deitar fora e receber por isso um rendimento»? Não excluo a hipótese de que a globalização da economia traga consigo a globalização da alienação», desapropriados que somos, cada vez mais,

de tudo o que julgamos ser opções, iniciativas, criatividade, lutas, desejos, sonhos *nossos*.

Passo adiante questões tão importantes, desenvolvidas pelo autor, como o «surpreendente consenso em torno da ideia de democracia» após um século de grandes confrontos ideológicos, mas na realidade coexistindo com crescentes apatia política e défice de participação; ou como a observação pertinente de que «de algum modo se inverteu a previsão de Marx: o capital está hoje, mais do que nunca, unido a nível mundial, enquanto o trabalho está cada vez mais sitiado».

Termino com um comentário à perplexidade suscitada pela actual promoção do liberalismo económico à escala mundial como ideia intimamente associada à de democracia, quando, diz o autor, «historicamente nunca foram bons companheiros». Na verdade, tal promoção é meramente ideológica e não tem nada de surpreendente. O actual movimento maciço das grandes multinacionais em direcção aos países asiáticos privilegia no essencial países de regimes autoritários: China, Coreia, Tailândia, Singapura atraem hoje grande parte do investimento externo dessas empresas. As culturas asiáticas não são, de resto, como se sabe, particularmente permeáveis aos chamados «valores democráticos» de raiz ocidental, e isso não impediu um Japão, só aparentemente democrático, nem os famosos «dragões», de criar um «capitalismo de sucesso». Como é óbvio que as mesmas empresas suspiram por um regime forte na Rússia, desde que imponha «a economia de mercado». O melhor companheiro do capitalismo (que não é apenas «liberalismo económico»!) foi sempre a *ordem*, não a democracia. Trabalhadores ordeiros e consumidores ávidos – é o que já oferecem, em número de muitos milhões, os países asiáticos. O modelo fordista, que parece abandonar os países «centrais», pode vir, mitigado e com os necessários ajustamentos «culturais», a conhecer novo surto por aquelas paragens. A Europa, sim, terá de «repensar tudo» nesta perspectiva. E a Esquerda, sobretudo, que *não pode* cair no choradinho do «*dumping* social», ou dos «nossos ricos empregos que fogem para o Oriente». E passo às «onze teses», que não percorrerei, concentrando-me apenas nas que mais me «desafiaram».

Portugal - País Inteligível. Por que se «sabe pouco» (ou se sabe «mal») sobre Portugal?, interroga-se Boaventura. Para isso tem uma resposta inequívoca: É à «cegueira iluminada das [suas] elites culturais de raiz literária» que temos de pedir contas pela «invisibilidade» do país. Chama-lhes «os analistas mitico-psicanalíticos» e, a dado passo, parece meter no mesmo saco um Jorge Dias, uma Natália Correia ou um Eduardo Lourenço (obviamente o seu alvo principal, ainda que raramente nomeado) e os comentaristas dos *media* que produzem «conhecimento instantâneo e cúmplice dissonante» (os Pacheco Pereira e Cia). Todos têm em comum nunca terem podido, ou poderem, «verificar as suas ideias» ou «ser responsabilizados pelo seu impacto social». E, mais ainda, foi pela sua mão que aprendemos a originalidade do «carácter do homem português» e que assumimos o fatalismo sebastianista de um «destino nunca cumprido».

Não estou longe de subscrever *algumas* destas críticas, e sinto-me à vontade, pois há mais de dez anos que mantive aceso debate, sobre esta temática, com intelectuais desta «escola» de pensamento.

Mas a este tipo de análises vem hoje contrapor Boaventura, em exclusivo, a função verdadeiramente desmistificadora» das ciências sociais, cuja chegada a Portugal situa, muito injustamente, no pós-25 de Abril. Então o GIS e a «Análise Social» desde os anos 60? A geração da «Revista de Economia», do 2.º Plano de Fomento e do Plano Intercalar? Os inquéritos da JUC? Os Cadernos do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra? Os trabalhos do GEBEI? Os do grupo de Desenvolvimento Comunitário de Manuela Silva? Vitorino Magalhães Godinho? São *apenas* alguns exemplos de «fontes de conhecimento» não mitico-psicanalíticas (e excluí deliberadamente os de inspiração marxista), sem as quais não é possível hoje entender o Portugal desses tempos, embora *não cheguem só por si*.

E aí temos a grande questão. Para o autor, só «as ciências sociais estão em condições [se dispuserem dos apoios que lhes têm faltado] de garantir a médio prazo um conhecimento fiável, plural e complexo sobre a sociedade portuguesa». Não posso estar mais em desacordo. Justamente porque uma sociedade não é um «objecto» explicável

em definitivo a partir da mera recolha de materiais empíricos e da sua teorização por isentos investigadores que possam, como diria Boaventura, sujeitar à verificação as suas ideias, coisa que obviamente nunca poderão fazer. Os contributos empíricos são importantes, mas convém não esquecer que os grandes «pensadores sociais» do passado (e muitos são citados neste livro), que não os tinham, nos trouxeram, cada um no seu campo e na sua perspectiva *ideológica* um conhecimento (uma interpretação) sobre as sociedades em que viveram e em que ainda hoje apoiamos muitas das nossas análises e reflexões: como faria o próprio Boaventura a sua teorização da «modernidade»?

Poderemos hoje ir mais longe, por certo, mas, em última análise, o conhecimento que produzimos (enquanto «pensadores», sejamos ou não cientistas sociais) está necessariamente penetrado pela nossa própria experiência, pelo nosso olhar sobre o mundo – numa palavra (aliás muito ausente deste livro), pela nossa ideologia.

Na verdade, quando se coloca na posição do intelectual, ou na do cidadão empenhado, o autor dá-nos plena razão. Não reconhece ele que «as ciências sociais são hoje mais incertas do que eram no tempo de Fourier»? Não propõe ele, para a universidade pós-moderna, «a revalorização dos saberes não-científicos»? Não privilegia ele (na sua leitura da pós-modernidade) «o próximo em detrimento do real»?

Aceito a tese de que Portugal é inteligível, mas através da fecunda imprecisão do debate de ideias, do confronto justamente de inteligências e reflexões, coisas que têm escasseado, em benefício do brilho mediático das não-ideias.

Sociedade Semiperiférica. Parece, à primeira vista, não ser nenhuma novidade. No entanto, a leitura que faz o autor desta posição intermédia portuguesa no sistema mundial (comum a vários outros países, recorde-se) é particularmente estimulante e, por isso mesmo, suscita alguns comentários. Julgo tratar-se de um bom exemplo de «desvalorização do económico» e, em simultâneo, de um ines-

perado «voluntarismo» que pouco tem que ver com o «cientismo» das teses de inteligibilidade.

Constata o autor que à «desterritorialização colonial» se sucedeu uma «reterritorialização» portuguesa no seu canto europeu, iniciando-se uma década depois um novo processo de desterritorialização, desta vez em direcção da Europa comunitária (acrescento: os prenúncios já vinham de muito antes, da EFTA e, sobretudo, da vaga emigratória dos anos 60). Portugal terá agora, nas suas palavras, que «renegociar a sua posição no sistema mundial». Compreendo que a expressão «negociar» não é para ser tomada em sentido literal, mas é em torno dela que me surgem algumas dúvidas.

Vejamos. Boaventura insurge-se contra o facto de que «o modelo de desenvolvimento seguido em Portugal nos últimos 10 anos (...) optou por privilegiar, entre os sectores de exportação, aqueles que se encontram em crescente processo de desvalorização internacional, como, por exemplo, o sector têxtil». E eu pergunto: *Optou*, quem? Na realidade não houve qualquer «opção de desenvolvimento». O sector têxtil já era, de longa data, o maior sector exportador nacional e, quando muito, foi beneficiado na fase FMI pela desvalorização do escudo e pelos juros reais negativos, não havendo então muitas alternativas para reequilibrar as contas externas. De qualquer modo, manteve-se um sector exportador dominante (acompanhado depois pelo calçado), não porque alguém tivesse decidido assim, mas simplesmente porque, nas *condições da divisão internacional do trabalho capitalista* dispunha de fortes «vantagens competitivas», em particular o custo da mão-de-obra, pelo que, de resto, o segmento do vestuário veio a ganhar preponderância crescente. E declinará quando deixar de aster, já se encontrando hoje seriamente ameaçado pela deslocalização das grandes cadeias internacionais para áreas de menores salários – e não poderemos fazer muito, diga Porter o que disser. Exemplifico: libertarmo-nos da subcontratação? As empresas contratantes o irão fazendo aos poucos, deixando apenas desemprego. Impor marcas nacionais no mercado mundial? Era necessário controlar as redes de distribuição internacionais, o que não está na nossa mão.

A dependência económica e tecnológica externa tem destes problemas, que não é fácil resolver por meio de «renegociações», mesmo em sentido lato. Temos, aliás, um exemplo inverso e bem conhecido, de como o «voluntarismo» ignorante das nossas condições de inserção conduz a inevitáveis insucessos. Refiro-me à fase marcelista, quando a tecnocracia «modernizante» nos quis fazer saltar para estádios industriais «mais avançados» e «capital-intensivos»: as petroquímicas, Sines e as suas futuras siderurgias e metalurgias, os grandes estaleiros navais, etc. Tudo isto deu no que se sabe. E temos ainda outro caso, em que houve, aí, alguma visão política: a chegada da indústria automóvel. O facto é que a *Renault* veio porque, feitas as contas (incluindo as protecções e apoios) viu vantagens nisso, como mais tarde a *Ford/VW*, e ir-se-á quando as considerar esgotadas ou a reestruturação internacional do sector lho impuser. Não será, de novo, nada que possamos «negociar», a não ser em aspectos de pormenor. É isto a *condição semi-periférica: uma região de trânsito*, em que a margem de manobra (que existe, mal explorada) é limitada. Escusado será dizer as implicações que estas questões – que têm que ver com níveis salariais e de vida, organização do trabalho, ordenamento regional, emprego/desemprego, mobilidades profissionais e regionais, problemas de educação/formação, pressão sobre os «custos sociais», etc. – têm sobre a análise da sociedade portuguesa (e da sua «democracia»), bem como das oportunidades de actuação sobre ela.

Pensar que a simples «vontade política» pode chegar para «negociar» a nossa inserção no sistema mundial é, a meu ver, sobrevalorizar o político (logo, desvalorizar o económico) e colocarmo-nos numa posição voluntarista face a uma inexorável divisão internacional do trabalho, ainda por cima em fase de rápida evolução. O que não desculpa os governos que, não tendo vontade de mudar seja o que for, nem lhes passa pela cabeça suscitar alternativas em termos nacionais. Caberá à Esquerda imaginá-las e colocá-las na mesa, sem esquecer a tal «margem de manobra», mas também sem se deixar coagir por ela.

De novo, também neste ponto, o autor mostra estar consciente dos problemas que coloquei. Não diz ele a certo passo: «O ‘federalismo

ibérico' está, de facto, já em curso, mas não por via de renascidas crenças em hispanidades míticas. Decorre, outrossim, em boa medida, da actuação das grandes multinacionais, que estabeleceram os seus quartéis-generais em Madrid ou Barcelona e tomam como unidade de acção a península ibérica». Mas, sempre preocupado com o combate aos «mitico-psicanalíticos», passa aqui ao lado do essencial, que é o facto de haver mecanismos próprios de domínio multinacional, através do controlo do investimento e dos circuitos comerciais, do saber tecnológico e da informação.

Ora a análise precisa dos mecanismos que trazem os efeitos desse poder até ao nosso quotidiano, essa parece-me ser tarefa prioritária, de onde todas as propostas e utopias deverão partir. Os mecanismos que, por exemplo, nos irão (nos estão já a) trazer sem apelo desemprego, subemprego e inactividade subsidiada, com as previsíveis consequências nos planos social e individual, a desafiar rasgos de imaginação (sociológica, também) que gostaria de pensar estarem ao nosso alcance, à falta do que, como de costume, lá se imitarão as soluções «pronto a vestir» que vierem de fora.

A propósito disto, não resisto a citar outra passagem exemplar de uma estranha combinação, agora, de «cientismo» e «voluntarismo»: Boaventura diz esperar que uma «ousada inovação teórica» possa «captar a especificidade das nossas práticas sociais, económicas, políticas e culturais de modo a convertê-las em *potencialidades universalizantes* [o itálico é meu] num sistema mundial caracterizado pela competição inter-Estados». É porventura esperar demais do «trabalho teórico» dos cientistas sociais (v. acima) e roçar perigosamente a abordagem «mítica» que leva tantos, tantas vezes, a celebrar o «universalismo» da cultura portuguesa. Sucede que as nossas práticas sociais, económicas, políticas e culturais parecem, isso sim, cada vez mais *universalizadas*, condicionadas pela *dupla* dependência de Bruxelas e do «sistema mundial».

Uma Sociedade Civil forte? O conceito de sociedade civil (como o de «classes médias») nunca foi popular entre os pensadores

de extracção marxista, a começar pelo próprio Marx, que apenas lhe fez brevíssimas referências. Essa imprecisa «agregação competitiva de interesses particulares» (Boaventura) da teoria liberal, diluía o essencial, que a atravessava, isto é, a luta de classes. Só Gramsci se ocupou do tema, reservando a expressão para os «aparelhos ideológicos da hegemonia burguesa». Foi preciso, na última década, o claro movimento de «desindustrialização», o privilégio crescente do confronto institucionalizado («democrático» e «civilizado»), a queda do «socialismo real» (e o correspondente descrédito dos partidos comunistas), para, nos países da Europa continental de mais forte tradição marxista, o conceito ter vindo à ribalta como «pau-para-toda-a-obra».

A discussão apresentada por Boaventura sobre esta questão é, por certo, das mais interessantes do livro (embora esquecendo Gramsci) e não a podendo resumir aqui, vou cingir-me à parte que se refere aos países semiperiféricos, em especial a Portugal. A tese principal do autor é a de que o conceito não é válido entre nós, não já por razões «marxizantes», mas porque, devido ao atraso com que o país chegou à industrialização, o Estado (na realidade, aquilo a que chama o «espaço de cidadania») manteve sempre um ascendente sobre a esfera económica (o «espaço da produção») e sobre os comportamentos da vida privada (o «espaço doméstico»), ascendente esse tecido, em todo o caso, de cumplidades e interdependências mútuas. Nas suas palavras: «Não se sabe onde o Estado acaba e o não-Estado começa».

De acordo. Mas, uma vez mais esquecendo o económico concreto e actual, o autor ignora na sua análise um elemento novo e de capital importância, na minha perspectiva. É que o país sempre foi dependente de fundos externos (especiarias primeiro, açúcar e oiro brasileiros, «protecção» britânica, remessas de emigrantes ou exploração colonial), esses fundos eram até hoje «apropriados» pelo Estado, que fazia Mafras, investia em obras públicas, equilibrava as contas externas, enriquecia-se a ele próprio e às respectivas clientelas. Isto é, o cidadão comum raramente se apercebia disso.

Hoje assistimos a algo de inédito: a disseminação deliberada dos fundos comunitários chega aos interstícios de toda a sociedade, ao

ponto de que cada cidadão, mais directa ou indirectamente, *sente a sua própria vida e condição social dependente da ajuda externa*: o troço de estrada, o edifício paroquial, o centro de formação, os altos e baixos da empresa em que trabalha (segundo o atraso ou a celeridade com que chegam os subsídios, a ela ou aos seus clientes), a actividade sindical, cultural, a dos próprios «novos movimentos sociais», e por aí adiante. Desde fins de 1992 (fim do «1.º Quadro Comunitário de Apoio») até hoje (início do 2.º), boa parte do país – desde as organizações da sociedade civil» até às próprias empresas – tem vivido «à espera», porque o governo preferiu adiar a nova distribuição para mais próximo das eleições. Mas pior: ao ter de sujeitar o seu «projecto» à apreciação de ignotos funcionários, ao ter de ajustá-lo a portarias e decretos, há um processo de «desapropriação».

Em definitivo o projecto vai ser o de quem o aprovou. Nunca a sociedade no seu todo terá estado tão ameaçada na sua criatividade e espontaneidade como no momento actual.

Mesmo as auto-estradas, aparente benefício público (e óbvio trunfo eleitoral) podem ser olhadas de outro modo. Cada viagem é uma mera ligação asséptica entre dois pontos, não permitindo *atravessar e observar* o país na sua diversidade, isto é, reforçando a sua «invisibilidade».

Lisboa-Santarém por auto-estrada nunca nos teria dado as «Viagens na minha terra»... Mas que político ousaria propor o fim dos subsídios, ou a sua estrita limitação a áreas prioritárias, como a educação, a saúde, o ambiente, as pequenas empresas? Ou levantar questões de «visibilidade» do país? Ou temer pelo esmagamento das «forças de transformação» que pudessem emergir no seio da sociedade?

Este parêntese tem que ver também com a conclusão a que chega Boaventura sobre a sociedade civil em Portugal. Por uma espécie de malabarismo pouco convincente, diz ele que se é certo que «a sociedade portuguesa não tem uma tradição de organização formal de interesses sociais e sectoriais bem definidos», e portanto, segundo o conceito corrente, a sociedade civil seria fraca, já se a analisarmos «em termos

das estruturas familiares e das redes de solidariedade constituídas na base do parentesco e da vizinhança, parece muito forte ou, em todo o caso, mais forte do que nas sociedades centrais». Gostaria que isso me fosse «demonstrado», e não apenas repetidamente afirmado. Mas ainda que o fosse, como transformar isso em «poder social» que se possa medir com o poder que exercem sobre a sociedade portuguesa quer o «espaço mundial» (as transnacionais, Bruxelas) quer o Estado predador/protector (expressão de Boaventura)? Tal poder não virá também por certo dos «novos movimentos sociais», que o autor tanto preza (com plena razão), para reconhecer que pouco medraram, como tudo, em Portugal.

A Concluir. Está quase tudo por pensar na esquerda portuguesa. Digo «quase», por contar com o esforço e a inteligência de muitos que não desistiram, incluindo esta obra e o seu autor. Por mais «científico» que o seu trabalho se apresente, a ideologia atravessa-o de uma ponta à outra, recordando-nos que, com base nos mesmos dados e documentação, outros poderiam ter escrito um livro de direita. O Boaventura-intelectual deixa a sua marca ideológica *mesmo em numerosas páginas de enunciação e análise de factos*, e não poderia evitá-lo. Felizmente.

E acabo sem ter dito uma palavra sobre o paradigma da pós-modernidade, presente no título do livro e em páginas sem conta. Já devem ter percebido que a questão de saber se estamos ainda na modernidade ou já na pós-modernidade me diz pouco. Diz-me muito, e disso estou certo, que entrámos numa nova fase do capitalismo. E que importa analisá-la, compreendê-la e contestá-la com os olhos desta interminável semiperiferia.

Revista Combate, Novembro 1994

**AS VOLTAS QUE
O CAPITALISMO
(NÃO) DEU**

Começo por uma citação, longa mas tem de ser, do Manifesto: «A burguesia não pode existir sem constantemente revolucionar os instrumentos de produção, o que quer dizer as condições de produção, ou seja as relações sociais. (...) Esta alteração radical e contínua da produção, este abalo constante de todo o sistema social, esta agitação e esta insegurança perpétua distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (...) Impelida pela necessidade permanente de novos mercados, a burguesia invade o mundo inteiro. É-lhe necessário implantar-se, explorar, estabelecer relações em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia dá um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reaccionários, ela retira à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e estão a sê-lo em cada dia que passa. Elas são suplantadas por novas indústrias, cuja adopção se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas, indústrias que já não utilizam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não só no próprio país, em todos os cantos do mundo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas por produtos nacionais, nascem necessidades novas, reclamando para a sua satisfação produtos de países e climas cada vez mais longínquos. Em vez do antigo isolamento das províncias e das nações bastando-se a si próprias, desenvolvem-se relações universais, uma interdependência universal das nações. (...) Pelo rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o progresso infinito dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais primitivas».

Este texto deixa-nos simplesmente perplexos, tal o rigor com que se aplica às condições que hoje vivemos, essas mesmas que vieram a dar origem apenas há pouco mais de uma década, ao uso imoderado de expressões como «globalização» e «mundialização» dos mercados, dos capitais, da produção, das economias. Expressões com que diariamente a comunicação social (e os «cientistas» da economia, da sociologia, da política) nos anunciam a mutação que já está (e continu-

ará) a revolucionar as nossas vidas, prometendo-nos as inseguranças e os sobressaltos que, pelos vistos, já Marx observava à sua volta em 1848.

Estaria Marx errado, no seu tempo? Fazia tão-só um mero exercício de antecipação, tomando por realidade aquilo que só mais de um século depois viria a acontecer? Um Júlio Verne das «ciências sociais»? Na realidade, só durante o 2.º Império (1851-70) iria a França verdadeiramente forçar o seu desenvolvimento industrial, até então muito dependente de técnicos e equipamentos ingleses; a Alemanha era ainda um conjunto de principados que só depois de 1870, com Bismark, se tornaria numa grande potência industrial; e a partilha colonial só mais para o fim do século se concretizaria na Conferência de Berlim. Mas Marx não estava errado. O exemplo britânico, já com os seus 70 ou 80 anos de revolução industrial, em que obviamente se apoiava, chegava-lhe para apreender a «natureza do capitalismo», e é isso que precisamente está contido na passagem acima. Contrariamente a outras economias que se industrializaram mais tarde (França, Alemanha, e sobretudo os Estados Unidos), o potencial industrial britânico excedia então largamente a dimensão do seu mercado interno, que necessitava de exportar boa parte do que produzia, fossem tecidos de algodão ou máquinas a vapor (e capitais acumulados), e de importar não só matérias-primas mas também, a partir de meados do século, bens alimentares.

Por isso também, era já então, e manteve-se durante um século, o país detentor da maior frota do mundo. A Grã-Bretanha já inundava, pois, numerosos países (não o mundo: os países europeus, alguns sul-americanos, as suas colónias da África do Sul e da Índia, os Estados Unidos, e pouco mais) com os seus produtos e capitais, em muitos deles, sobretudo os menos desenvolvidos, «por troca» com matérias-primas locais. O capitalismo inglês já se encontrava em posição de dar a um observador profundo e arguto como Marx a «prefiguração» das características fundamentais do desenvolvimento e expansão do «modo de produção capitalista», decorrentes da sua lógica interna de incessante produção, circulação e realização de mais-valias.

Imperialismo. Na verdade, a análise do capitalismo enquanto «imperialismo» só virá a ser feita bem mais tarde, a partir de finais do século XIX. Disso dá-nos conta Lenine, quando em 1916 se apoia numa já vasta bibliografia e informação empírica para concluir que na viragem do século se dá a passagem do capitalismo a um estágio superior, com a formação e crescimento dos monopólios e do capital financeiro, com a exportação maciça de capitais e com a partilha colonial do mundo entre as grandes potências europeias (e, em menor escala, os Estados Unidos): «Se fosse necessário definir, tão bem quanto possível, o imperialismo, poderia dizer-se que ele é o estágio monopolista do capitalismo». Mas também Lenine faz teoria e antecipação: o seu trabalho dá-nos os fundamentos do processo de desenvolvimento capitalista até aos nossos dias, atravessado o século pelo meio de sobressaltos vários que, paradoxalmente, foram permitindo evitar que as contradições internas do sistema atingissem o ponto de explosão revolucionária generalizada (contrariamente, neste caso, às antecipações teóricas de Marx e Lenine).

Que sobressaltos foram esses, e que respostas teve o capitalismo em cada caso?

A Grande Guerra (1914-18) foi um conflito claramente imperialista, e com ele se deu forma definitiva à repartição entre os vencedores dos territórios coloniais (a alguns chamando-se agora «protectorados»). Desse conflito decorre, também, a revolução russa de 1917, com a criação de um pólo «não-capitalista» confinado então (e até aos anos 40) a um único país, a Rússia. No campo capitalista, os Estados Unidos vão emergir como potência capaz de desafiar a hegemonia britânica, mas o seu imenso mercado interno, mais a «coutada» latino-americana, permitem-lhe manter uma posição «isolacionista». Mas é lá que, entretanto, se produz a grande revolução tecnológica e organizacional que constitui a «produção de massa», apoiada num impiedoso «taylorismo». Nos anos 20, o capital monopolista volta a conhecer uma fase de vigorosa aceleração: estava-se já em plena 2.^a Revolução Industrial – a da electricidade e do petróleo.

Crises contemporâneas. Novo sobressalto em 1929, com o *crash* da bolsa de Nova Iorque e o início da maior crise capitalista do século. Esta crise vai ter efeitos devastadores nos principais países industrializados e naqueles que com eles mantinham fortes relações comerciais ou financeiras – o que estava ainda longe de ser «o mundo inteiro». Este poderia ter sido o grande momento de ruptura do sistema. Verificou-se, porém, o que não é surpreendente, que as fases de aumento exponencial do desemprego são justamente aquelas em que é mais baixa a combatividade operária: todas as energias são canalizadas para a desesperada busca de um emprego. Se é certo que o jovem movimento comunista internacional cresceu nesse período, o facto é que a sua implantação e capacidade de mobilização eram ainda insuficientes. Não será exagerado dizer que foi Hitler, ele próprio um produto da crise (e das condições draconianas de Versalhes), que veio salvar o sistema. Com efeito, a indústria de armamento vai florescer a partir de 1934-35 em todas as potências capitalistas. E a própria 2.^a Guerra Mundial «resolveu» por inteiro os problemas do desemprego e da escassez de procura. Escusado dizer que os grandes grupos monopolistas estiveram indiscutivelmente entre os seus grandes beneficiários.

Mas o «risco revolucionário» e a emergência no pós-guerra de um «bloco socialista» antagónico vieram produzir, por reacção, reflexos sensíveis no que se poderia chamar a «gestão da luta de classes»: há que conter esta, assegurando «níveis de vida» dissuasores face ao novo bloco e criando condições que atenuem futuras crises (que as haverá sempre, pois são inerentes ao sistema). Vão-se fazer nacionalizações, os Estados vão-se tornar «Estados-Providência», com a generalização de sistemas de segurança e protecção social, e em alguns casos vão-se mesmo instituir sistemas de participação dos trabalhadores na gestão (Alemanha, França). O mundo capitalista avançado vai tornar-se «fordista», na esteira do exemplo americano: o capital aceita uma partilha «razoável» dos ganhos de produtividade, de forma a «reforçar as classes médias» e a alargar os mercados internos. É claro que nada disto foi obtido sem luta e sem uma fortíssima pressão social. No en-

tanto, deve observar-se que, se assim se pode dizer, a restrição da luta de classes ao binómio patronato-sindicatos e o acolhimento dos partidos comunistas no seio das «instituições democráticas» vieram objectivamente reduzir o potencial revolucionário das massas prole-tárias: em momentos mais críticos, o Estado coloca-se como árbitro e promove «grandes acordos» pacificadores (Grenelle, em 1968, como Matignon, já antes, em 1936). Entretanto, a evidência do carácter burocrático e repressivo da União Soviética no interior e no exterior (Budapeste, Varsóvia, Praga) retira-lhe, aos olhos de muitos, a aura de «Pátria dos trabalhadores», ajudando, pelo seu lado, à consolidação do capitalismo.

Nesses anos ainda, o capital monopolista aceita sem problemas a descolonização: só em casos restritos as suas posições anteriores foram seriamente afectadas e, em muitos outros, vieram até a expandir os seus negócios com os investimentos efectuados nos novos países com «auxílio internacional». Quando isso não sucedeu, aliás, estiveram sempre intimamente ligados às acções desencadeadas para substituir governos recalcitrantes, bem como às últimas «guerras coloniais».

Assim se passaram os «30 gloriosos» (anos 45 a 73), em que muito se falou de «empresas/grupos multinacionais» (como antes se falava de *trusts* e cartéis), o que não os prejudicou por aí além. O capital monopolista atravessa esses tempos, ele próprio, gloriosamente, embora as taxas de lucro tendam a decrescer já nos últimos anos. Em cada momento deste período, uma vez mais, a citada descrição do Manifesto, completada com a tese de Lenine, parecia de novo ajustar-se perfeitamente à realidade.

Marx para hoje. E hoje, passada a «crise de ajustamento» de 1973-1985 (os dois «choques petrolíferos» pelo meio)? Hoje é o tempo em que lemos a mesma passagem de Marx e, mais do que nunca, nela reconhecemos por inteiro o «retrato» do que se passa à nossa volta. No entanto, temos a noção (como a tinham os analistas de há um século) de que o sistema capitalista aborda uma nova fase. Referimo-nos à emergência de um novo e vigoroso pólo capitalista

no Extremo-Oriente (liderado pelo Japão), à vaga internacional de fusões, absorções e alianças entre empresas e grupos em muitos casos de diferentes nacionalidades (de «multinacionais», passam agora a «transnacionais», através da dispersão das unidades produtivas e dos aprovisionamentos), à introdução acelerada de tecnologias de informação em todos os domínios de actividade (automação da produção, instantaneidade dos movimentos de capitais, etc.), ao papel cada vez mais preponderante dos Serviços, em detrimento da indústria produtiva. Agora sim, pode falar-se com alguma aproximação de «mundialização», sobretudo a partir do momento em que a «queda do Muro» veio abrir todas as regiões do mundo à penetração capitalista, e quando uma comunicação social omnipresente e cada vez menos «livre» faz chegar diariamente a cada canto do globo a mesma informação e a mesma ideologia. Agora sim, relembrando as expressões de Marx, pode falar-se de «declínio das indústrias nacionais» (nos grandes países industriais), de «uniformização dos padrões de consumo» à escala do planeta, de «total interdependência das nações» (onde governos manietados pelos mercados financeiros e pela lógica implacável da competitividade perdem rapidamente o papel que tiveram no 2.º pós-guerra).

A revolução proletária poderá ter deixado de estar na ordem do dia. Mas o extremar das taxas de desemprego, das desigualdades, da exclusão e marginalização de legiões imensas de seres humanos em todo o mundo anuncia, com alta probabilidade, uma crise sem precedentes, cujos contornos nacionais e internacionais não são fáceis de imaginar. Crise – a última? Revolução – qual? Ou terá sido o «1984» do Orwell apenas retardado algumas décadas? A História, decididamente, não terminou.

Revista Combate, Julho 1997

**A COMUNIDADE
FECHADA
EM CASA**

A ideia de «aldeia» associamos inevitavelmente a de pequena comunidade onde todos se conhecem, logo também a de entreatajuda, a de partilha, a de familiaridade (não apenas aquela que se exprime no «todos são primos e primas» do fraseado popular).

E isto é assim ainda que saibamos do reverso habitual: as carências da ruralidade, os conflitos e dramas que sempre atravessam uma grande família. Porque a aldeia que imaginamos é justamente uma espécie de «grande família», e nada impede que a vejamos como uma «casa comum», onde cada um dá e recebe, comunica e «põe em comum» serviços, objectos, sentimentos.

As expressões «casa comum» ou «aldeia global» aplicadas ao planeta podem, à primeira vista, parecer óbvios contrasensos, dada a escala ser agora totalmente desajustada à do espaço limitado que sugerem as noções de «casa» ou de «aldeia». Mas é claro que se trata de meras metáforas. Diz-se desse modo não ser impensável, ser mesmo provável ou desejável que aquelas virtudes comunitárias possam ser transponíveis para as relações que se estabelecem entre povos e/ou indivíduos à escala mundial.

Vejamos cada uma das versões recentes destas propostas ou antevisões.

Da «casa comum» à «aldeia global». Julgo que foi Gorbachov quem primeiro enunciou a ideia de «casa comum». Com o fim da Guerra Fria, da corrida aos armamentos e da ameaça permanente de guerra nuclear, abria-se, segundo ele, o caminho para um mundo de paz, de convívio e cooperação entre todos os povos, de resolução pacífica e negociada de todos os conflitos, de partilha equilibrada dos recursos mundiais, e de tantas outras maravilhas tão «aldeãs» quanto estas. A ideia de entendimento e cooperação à escala mundial afinal nem era nova: é típica dos pós-guerras, quentes ou frias. Já alguém a tivera em 1918, tendo sido encarregada a Sociedade das Nações de assegurar a paz definitiva para as futuras gerações – mas viu-se no que deu. Alguém a retomou em 1945, mas a ONU

ficou refém das grandes potências, e foi de facto a Guerra Fria que marcou as décadas seguintes até, pela mão do mesmo Gorbachov, acabar por ficar refém de apenas uma – e nisso estamos hoje, como se constata a cada dia que passa. Guerras, genocídios, injustiças, fomes e misérias ter-se-ão mesmo multiplicado e agravado. E como poderia não ser assim? Os actores dominantes continuam a ser as grandes potências e os grandes grupos transnacionais, e a palavra de ordem é a competição a qualquer preço, doa a quem doer, não a cooperação ou a vontade de atenuar ou eliminar as desigualdades de bem-estar e de desenvolvimento. «Globalizou-se» a economia, o mercado – melhor, globalizou-se a actividade dos grandes grupos transnacionais -, mas não a «aldeia» ou a «casa».

Bem mais sofisticada é a versão do mesmo «desígnio» (ou «negócio»?) agora vulgarizada sob a expressão de «aldeia global». Talvez porque entretanto mudaram o tempo e o modo, o que não é pouco. O tempo é hoje o da imparável revolução das tecnologias de informação. O modo, daí decorrente, deixou de ter que ver com povos, interesses colectivos ou vontades políticas para se transferir para a comunicação entre indivíduos através de uma rede planetária de computadores pessoais, de que a expressão mais espectacular é a já famosa *Internet*. Isto tem algo que ver com a ideologia ultraliberal do primado ao indivíduo e da iniciativa individual, prometendo o máximo de sucesso e de competitividade individuais àqueles que dispuserem de mais informação (isto quando a nível empresarial é a concentração, e não a atomização, que diariamente se acentua...).

Não escondo que é aliciante a possibilidade de consultar qualquer publicação (científica, recreativa, informativa, etc.) a que de outro modo não se teria acesso, de «visitar» museus ou filmes esquecidos, de comprar tudo o que se necessite, de colocar questões sobre qualquer tema e receber respostas do Alasca ou de Singapura, de criar (ou aceder a espaços, «realidades» ou imagens virtuais, tudo isto sem sair de casa. No entanto, este indiscutível progresso tecnológico não pode deixar de ser questionado nas suas consequências eventualmente menos alicientes e, é claro, menos propagandeadas e discutidas.

Nem aldeia, nem global. Antes de mais, falta a esse sistema de comunicação um atributo indissociável de qualquer «aldeia»: o conhecimento inter-pessoal.

Através da *Internet* só «conhecemos» mensagens ou informações vindas de anónimos, estando ausente a relação viva entre seres humanos. E esta não é feita só de palavras escritas num écran, mas de gestos, emoções, olhares, humores, silêncios, contactos, não sendo dispensável a presença física (que a memória nos restitui mesmo quando comunicamos à distância, por telefone ou por escrito). Na *Internet*, o que «une» os interlocutores é apenas o facto de todos terem na frente um computador. E se se pode falar de entreatajuda (na resolução de certos problemas técnicos ou científicos, em situações de catástrofe, ou outras) ela será fria, faltar-lhe-á a componente afectiva inerente à vivência de uma pequena comunidade. «Aldeia» é, pois, uma expressão abusiva, ilusória, com meros fins ideológicos.

E «global», sê-lo-á ao menos? É óbvio que nas condições de extrema desigualdade do mundo actual, à escala internacional, mas também à de cada país/sociedade, a *Internet* nunca poderá ser mais do que o «clube» de uma minoria, ainda que de alguns milhões espalhados pelos vários continentes. Dizia recentemente um articulista que «amanhã, não estar à vontade na *Internet* é como hoje não saber falar inglês».

Mas quantos, hoje, sabem falar inglês (entenda-se «o inglês suficiente para os negócios, para a comunicação entre universitários, entre os que ‘fazem mover o mundo’»)? Obviamente uma minoria, mas também nunca ninguém lhes chamou uma «aldeia». E é isso que serão de igual modo os utilizadores da *Internet*: uma «elite intermédia», uma «comunidade virtual», enclausurada e incógnita, que, com excepção dos que já detêm o poder mesmo sem *Internet*, terá apenas uma ilusão de poder, aquele de que julga dispor por ter acesso a catadupas de «informação» que nunca terá tempo nem capacidade para gerir e digerir. Não é, pois, de estranhar o efeito de bomba que o relatório sobre a aliteracia dos portugueses teve num colóquio de bibliotecários reunido precisamente para discutir a *Internet*, dois dias depois da sua publicação.

Interrogava-se, perplexa, uma das participantes: «Vamos continuar a alargar o fosso entre os que dominam a linguagem dos computadores e os restantes?». Isto em Portugal. Estenda-se a reflexão a África, à Ásia, à América Latina – e teremos a imagem da globalização (e agravamento) das desigualdades que promete o futuro próximo. Amanhã.

O autor americano de um livro recente sobre a *Internet*, pergunta-se se «o mundo ligado» não será «apenas um buraco de avestruz para desviar a atenção e os recursos dos problemas sociais». E conclui: «Por maiores que sejam as promessas das comunidades virtuais, é mais importante viver a vida real com uma vizinhança real». Claro que a *Internet* não vai voltar para trás, veio para ficar e seria absurdo estigmatizá-la, atribuindo-lhe uma natureza substancialmente diabólica. Mas também trabalhar numa empresa, e até porventura gostar do que nela se faz, não pode ser obstáculo a que se questione o que se passa à nossa volta. A vida real, e o que a limita e condiciona, por exemplo.

Revista Combate, Dezembro 1995

**PALAVRAS-CHAVE
DA IMPRENSA
PORTUGUESA**

Manchetes. As do «DN», desapaixonadas, contidas, misturando as «Construções na Areia» com o «pacote laboral» ou as últimas inundações no Bangladesh, parecem dizer-nos: ‘Se lês este jornal, não vais em manchetes, és o tipo educado e bem informado, serás capaz de procurar nas páginas interiores o que é importante: ler este jornal (ou trazê-lo debaixo do braço) é um exercício de respeitabilidade’. E não estaria tão mal como isso se realmente lá dentro estivesse o que é importante... As da «Capital», no seu estilo telegráfico, meio hermético, nos seus negro provocantes, parecem desafiar-nos: «Queres perceber alguma coisa? É simples: compra o jornal!». E até vai haver quem o compre de uma vez, talvez a pensar nas economias que pode fazer na tinta e no tempo diariamente gasto a inventar manchetes... As do «Correio da Manhã», desbragadas na sua enormidade e velhacaria, dizem às grandes massas: «Damos-te o que mereces: este jornal e este governo!». E não tem funcionado mal, até ver... As do «Diário», no seu ar de toque de reunir, dizem aos militantes: «Nada está perdido, e quando algo estiver, partiremos para uma nova ‘vitória’: ainda um dia nos bateremos por este pacote contra o próximo – e assim por diante!». Por isso não faltam vitórias do jornal, e do seu partido... As do «Jornal», matreiras, escondem num embrulho atraente o que não nos dizem, mas deveriam dizer: «Não vale a pena comprares, saloio: tudo o que sabemos está já aqui, na 1.^a página. Lá dentro é só palha para os incautos...». Mas vai sempre havendo os que caem na tentação...

As manchetes são um pouco como as embalagens nos supermercados: têm mais a ver com o que se pensa que atrai o leitor do que com a «mercadoria».

Privacidade. Diz-se muito que os cidadãos têm direito à privacidade. Na imprensa, vemos dois casos extremos: o dos cidadãos que bem gostariam de usar desse direito, mas não têm poder para impedir que um jornalista lhes devasse a vida privada, quando têm a má sorte de lhes suceder algo que «é notícia» (até fotografias no interior de casas particulares são feitas sem qualquer autorização); no pólo oposto, o dos cidadãos que têm poder para usar esse direito e, pelo contrário,

fazem gala (e se calhar até pagam para isso) em serem badalados: são os que se passeiam pelas páginas da «Olá» e pelas colunas mundanas. É claro que estes últimos só gostam que se lhes mostre um lado da privacidade (os romances, os casamentos, o copo na mão, a última *toilette*, o passo de dança, o cruzeiro no Atlântico, etc.), mas preferem deixar no escuro os «podres», e também pagam para isso, se for preciso. Outro caso curioso é o dos «obcecados pela privacidade»: continuamos sem saber se o Cunhal tem família, faz *jogging* ou vai ao cinema. Não é que interesse isso: só interessava estar certo de que um comunista pode viver a sua vida sem por isso ser acusado de desvios burgueses. Privacidade é uma coisa. Culto do silêncio (ou da clandestinidade) – outra.

Códigos. As siglas, os nomes «de que se fala» ou «que se cita», os subentendidos, a própria linguagem que se utiliza – tudo isto são óbvios limites ao acesso à informação. Não será tão grave quando se trata de órgãos partidários (ou próximos disso) e não o é por certo quando o jornal se destina a um público especializado (a imprensa desportiva, por exemplo): nesses casos, os leitores dominam o código, e nem querem (ou sabem) sair dele. Nos órgãos de informação geral, dirigidos ao grande público, o uso desses códigos tem uma dupla função: dar a ideia de que só é importante o que gira em torno desses nomes e dessas siglas, ou seja, que o país é isso; por outro lado, alimentar e reforçar aquilo a que se gosta de chamar «opinião pública», e que não é mais do que a opinião dos «já informados». Ou seja, em poucas palavras, trata-se de dividir a sociedade entre os que «são notícia» e os que «não são», e de dividir a informação entre «o que é importante» e o que «não é importante»: o que fazem, dizem e nunca escrevem todos os outros, os que não estão dentro do código e se limitam a viver e a imaginar coisas obviamente pouco interessantes para a «opinião pública». Para estes, a informação é opaca, os códigos são justamente os agentes da ‘opacidade’.

Notícia. Em princípio, é tudo o que um qualquer jornalista acha que é, supondo que o seu Chefe de Redacção e/ou Director também

ache(m). Como há jornalistas de todos os tamanhos e feitios, isto deveria ser suficiente para não escapar nada. Na prática, o que se passa? Os jornais abertamente «ideológicos» tendem a excluir as notícias que se encaixam mal na ideologia. Os outros rejeitam as que se supõe não interessar ao seu público. Os crivos podem ser de vária ordem, e é proibido chamar-lhes censura: manda-se o jornalista investigar todos os pormenores, ouvir «todas as partes», bater a todas as portas, até que a notícia perca força e actualidade; diz-se ao jornalista, com um sorriso misterioso, que sim senhor, é uma notícia de mão cheia, mas que há factos que ele desconhece e que desaconselham a publicação «de imediato»; invoca-se o estatuto editorial; sugere-se que outro jornal já ventilou o assunto, pelo que a notícia perdeu actualidade; inventa-se que o espaço da política nacional (ou outro qualquer) já tem material a mais, pelo que há que seleccionar; ou, se o jornalista é novato ou dos mais encolhidos, diz-se-lhe simplesmente que a notícia não interessava «nem ao Menino Jesus». E por aí adiante. Assim se vai construindo a imagem do jornal e, com o correr do tempo, qualquer jornalista sabe «o que se passa» e o que nem vale a pena tentar: é a «autodisciplina» ou a «contenção» (que até pode ir longe de mais, pois às vezes os chefes são mais estúpidos – ou mais inteligentes... – do que parecem). Como regra geral, quanto mais vasto é o público a que o jornal se dirige, mais a informação é diluída, mais se pretende que «não faça ondas» – políticas, entenda-se. O caso limite, claro, já fora da imprensa escrita, é o dos telejornais: aí, não se diz uma palavra que ponha em causa as Forças Armadas, não se fala do negócio de armas, de corrupção (sobretudo a de alto nível), dos escândalos da Câmara Municipal de Lisboa (ainda se lembram daquele imenso «Luna Parque» que ia haver em Sete-Rios?), dos inquéritos nunca terminados, dos problemas concretos da saúde ou da habitação, do desemprego, da pobreza, do trabalho infantil, dos negócios de Macau, etc., etc. Para a RTP, nada disto «é notícia»! Um dia que se distraíram – entrevista às FP25 – os jornalistas responsáveis da RTP conseguiram, em tribunal, ser consagrados heróis da... liberdade de informação.

Objectividade. Em teoria, é o que diferencia as notícias do texto de opinião. Mas é claro que, ao noticiar diariamente, sem quaisquer

comentários, as deslocações e inaugurações do Cavaco, da Beleza ou do Soares, se está a produzir opressão; como ao noticiar sistematicamente, no tom mais neutro, crimes cometidos por cabo-verdianos, se está a dar opinião; como são opinião os resultados numéricos, aparentemente tão objectivos, da maioria das sondagens feitas não se sabe por quem, nem como, admitindo apenas respostas de «sim» ou «não» a perguntas feitas sabe Deus em que termos; como o são também, praticamente, todas as notícias em jornais... «de opinião», é claro. A opinião pode não estar na notícia: está antes, ou depois, ou à volta. Está na escolha que é feita, nas fontes que se usou, na frequência ou repetição do tipo de notícia, no local em que é paginada, no destaque (ou não) que lhe é dado, etc. Os jornais ditos independentes, ou respeitáveis, são os que melhor sabem isso, pois é disso que vivem: de quererem parecer objectivos.

Editorial. São adoráveis os do «DN», que até tem um corpo de «editorialistas». Anónimos, responsabilizando o jornal, são o modelo de textos justamente «responsáveis»: neles impera o culto da advertativa. Expliquemos. O editorial-tipo arranca com uns parágrafos em que se enuncia o tema e parece dar-se razão a alguém, quase sempre ao «senso comum». Depois, lá mais para diante, vem o «todavia, importa também recordar que», ou o «mas há quem contraponha a isto, com razão, que a Democracia tem regras próprias, etc., etc.». Aparentemente, dá-se as duas posições face a um problema. Mas é a última, inevitavelmente, que fica na memória do leitor: é a opinião, muitas vezes disfarçada, do jornal, que poderia ter começado logo por aí, pois um editorial é, esse sim, um texto de opinião. Por vezes há casos mais bicudos, em que o editorialista mete os pés pelas mãos: num editorial, aqui há tempos, podiam contar-se um «no entanto», um «todavia» e três «mas»!

Cacha. É o «grande achado» jornalístico, a notícia ou revelação de impacto, dada em primeira mão. Há poucas na imprensa portuguesa, não tanto pelos famosos «brandos costumes», mas porque o nosso jornalismo é quase todo, como é hábito dizer, de «corte e costura» (mon-

tagem de notícias de agência, adaptações de imprensa estrangeira), à mistura com reportagens pouco imaginativas: as conferências de imprensa, os passeios ministeriais ou presidenciais, os mil colóquios e distribuições de prémios, a Assembleia, as partidas e chegadas de «Gente» e pouco mais. Por isso as «cachas», as poucas, estão praticamente reservadas a semanários e obviamente, à imprensa desportiva, onde há quase sempre matéria de sensação e as revelações são politicamente inofensivas. Não confundir com as falsas «cachas», que são as notícias em primeira mão de que muitos jornais passam a vida a vangloriar-se, mas que não lhes dão qualquer glória: foram os primeiros a noticiar que tal deputado se ia casar, que o Cavaco adora pastéis de nata, que o Torres Couto viria de férias sem bigode, que o Futre tem um dedo a menos no pé que vale milhões, ou que foi decidido fazer o vigésimo inquérito a Camarate.

Pluralismo. Há dois: o pluralismo de jornais e o pluralismo dentro dos jornais. No caso do primeiro, cada partido (ou grupo económico, ou posição ideológica) terá o seu jornal: os respectivos leitores compram-nos porque seguem esse partido, ou essa ideologia, e portanto, diariamente reforçam as suas convicções ou, por outras palavras, lêem sempre o que já estavam à espera de ler. Teoricamente, será muito democrático. Na prática, e no limite, isto representaria a consolidação de um imobilismo social e comunicacional, sem passagem de informação «ou debate» entre «áreas ideológicas» mantidas estanques. Mas, pior, isso seria o esmagamento (em termos de informação) das minorias, cujos públicos não seriam suficientes para «fazer viver» um jornal, em especial as minorias de esquerda, normalmente sem meios financeiros para suportar os prejuízos de jornais de baixas tiragens. O outro pluralismo é o que advoga a existência de jornais «independentes», que veiculem informação «ouvidas todas as partes», que pratiquem a «objectividade» nas notícias e mantenham uma colaboração variada de cronistas e colunistas provenientes de vários «sectores de opinião». Teoricamente, a ideia é interessante. Na prática, e particularmente em Portugal, das duas uma: ou o jornal é público e por mais Conselhos de Comunicação Social que existam, a independência é sempre muito relativa (ver adiante: «Quarto Po-

der»), ou é privado, e nesse caso é um negócio como outro qualquer e não serão os públicos minoritários que o ajudarão a prosperar. Em resumo: o pluralismo, em qualquer das versões, é apenas, tal como a «objectividade», uma componente da ideologia democrática, mais afirmada do que praticada.

Quarto poder. Diz-se que é isso a Comunicação Social, e em particular a imprensa. Na realidade, só o poderia ser se fosse rigorosamente independente, relativamente, pelo menos, aos partidos que partilham o aparelho dos outros três poderes: Presidente/Governo, Assembleia e Justiça. E também se gozasse de tal prosperidade que os jornalistas fossem, eles próprios, economicamente independentes... de todas as tentações. Não é o que sucede, pelo menos entre nós. Um jornalista que escreve para 40, 50 ou 60 mil leitores e que recebe repetidos telefonemas de deputados, gabinetes de ministros, assessores de gente importante, percebe naturalmente que tem poder. Para ser o quarto, teria de fechar os ouvidos e ignorar todas essas mensagens. Como «um homem não é de pau», em geral mantém-nos bem abertos: deixa de ser quarto poder, para passar a pertencer àqueles que já existem. Transforma-se num porta-voz do poder. Fica aqui a nossa homenagem àqueles, infelizmente não tantos como isso, que sabem fechar os ouvidos (aliás, já ninguém lhes telefona...). Existem, mas pouco se dá por eles: a chefia da redacção, a direcção, a administração não os deixam pôr pé em ramo verde.

Colunistas, cronistas. Não são, em geral, jornalistas (embora os haja), mas infelizmente, escritores, políticos. Dada a pobreza da informação, há jornais que vivem, em boa parte, desses nomes, mais ou menos conhecidos. Têm a vantagem de dizer o que pensam, em jornais que apenas «instilam» o que pensam, sob a capa de uma falsa objectividade. Talvez por isso, são muitas vezes mais populares do que os jornais onde escrevem, do que os jornalistas que neles escrevem. Os colunistas de direita são hoje muito procurados, muitos deles, aliás, vindos da esquerda, mesmo da «revolucionária». Constituem a corte intelectual do cavaquismo, por mais irreverentes que pareçam,

por mais «inteligentes» coisas que escrevam, por mais de «esquerda liberal» que se digam. A Revista do «Expresso» é um caso curioso: culturalmente tão liberal, editorialmente tão «anti-cavaquista», tem sido (e continua a ser) o terreno de eleição para cronistas/columnistas dessa «nova direita». Dela saiu, de resto, o jovem génio que hoje dirige «O Independente»! Esse título, só por si, poderia ter-nos dispensado de escrever todo este «dicionário»: nele está contida toda a enorme farsa da imprensa portuguesa.

Fontes. Há as «fidedignas», as «geralmente bem informadas», as que «pediram para manter o anonimato», as «próximas do primeiro-ministro» (ou do Presidente, ou do Conselho de Gerência da empresa, ou de qualquer outra coisa). Há as declarações *off the record* de políticos importantes, que são uma espécie de «boato oficial», já que se eles dizem é porque querem que se saiba, mas se é *off the record* é porque não querem ser citados, ou seja, querem que o jornalista «ponha a correr» o que disseram, sem propriamente o escrever: aliás, podem sempre desmentir, se for preciso. Muitas destas fontes-fantasma pretendem apenas servir-se dos jornalistas para mandarem recados a outras fontes ou pressioná-las a decidir desta ou daquela maneira. As fases da formação de governos são momentos altos para estas manobras, como se sabe: «Consta que o dr. A terá sido convidado...». O dr. A que é a fonte ansiosa pelo dito convite e quer que se lembrem dele.

Em contrapartida, há as fontes que querem ser nomeadas, citadas, que querem mostrar que estão «por dentro», e daí esperam também tirar os seus dividendos. É raro terem grandes novidades para dar, mas enchem papel – e talvez possam ser úteis, se não mesmo fazer alguns favores. O algarvio dr. José Vitorino é, nesta área, um caso limite de persistência: ex-deputado, ex-secretário de Estado, ex-PSD, esfalfa-se em iniciativas (comissões, congressos, eu sei lá!) para que se continue a falar dele, para se dar ares de algum poder. E consegue... Infelizmente, e os jornalistas bem o sabem, as fontes que têm mesmo informação suculenta, com dados, números, factos, documentos, são as que mais se fecham, as que mais trabalho dão a fazer falar – quando falam. É o temor «de que o chefe venha a saber», o medo de vir a

«ser responsabilizado», «processado», castigado», ou, noutros casos, é o simples facto de que a própria fonte «está na panelinha» e portanto a sua função é trocar as voltas, não descobri-las. E, por fim, há as fontes que não sabem que podiam ser, e que também ninguém procura, dispersas pelo seu dia-a-dia, onde nada de novo parece acontecer.

Onde estará então a «informação democrática», onde metade das fontes fala para conseguir vantagens e a outra metade não fala para evitar prejuízos?

Revista Combate, Setembro 1988

**INFORMAÇÃO,
DEMOCRACIA
E ÍNDIOS MEXICANOS**

A revolta dos índios de Chiapas dá matéria para uma reflexão que nos pode levar bem mais longe do que que poderia sugerir um «episódio» aparentemente tão localizado. Nos mais respeitáveis diários europeus (o «Le Monde» e o «El País» são disso exemplos) o caso teve honras de editorial, coisa que não sucedeu no principal candidato português a tal estatuto (o «Público»). E é compreensível: nesse momento era assunto de maior preocupação a disputa pela Distrital de Lisboa do PSD. Mas esqueçamos isso, e vejamos como tratou a questão o «El País».

Depois de considerações sobre a política mexicana e as insustentáveis condições de miséria dos índios revoltados, o editorialista coloca, por fim, as interrogações em sua opinião essenciais: «Pode surgir só da miséria um grupo de centenas, talvez milhares, de guerreiros uniformizados e armados com espingardas? Quem armou os insurrectos, passados que estão os tempos em que qualquer movimento guerrilheiro podia pedir ajuda cubana, ou, mais longe, soviética?» Esvazia-se assim, por um lado, a própria razão da revolta, que toma o ar de «conspiração externa», urdida por ignotos terceiros. Mas sobretudo dá-se a entender que o problema finalmente existe porque os guerrilheiros conseguiram armas, sabe-se lá onde. Sem armas, tudo se manteria como até aqui: nem revolta, nem notícia, nem editorial. O mundo poderia continuar a dormir descansado, mesmo sem saber também quem armou os sérvios, os croatas, os bósnios, os abkhazes ou os angolanos. Ao editorialista o que parece importar unicamente é a «aparência de ordem», a «aparência de democracia», não a situação destes seres do fim do mundo (a expressão é sua) ou de quaisquer outros, e são milhões, que, para sossego dos amantes da paz, ainda não conseguiram arranjar armas.

Mas alguns comentadores, supostos «especialistas», não se ficaram por aqui. Um deles, por exemplo, dá informações precisas, de raiz histórica, sobre o problema das minorias índias na América Latina e toma Chiapas como um sinal – nem sequer inesperado – de que ele se pode vir a tornar explosivo, não apenas no México. De novo, porém, surge a conclusão sensata e respeitável: é urgente «integrar» estas mi-

norias nos mecanismos democráticos, por forma a que canalizem as suas reivindicações pela via legal, sem necessidade de recurso às armas. Isto é: como «em democracia» é suposto todos terem as mesmas oportunidades, só tem fome ou vive na miséria quem não as quis ou soube aproveitar, e se está descontente, que se exprima pelo voto, organize manifestações ordeiras, promova petições ou abaixo-assinados. Por detrás daquela conclusão pressente-se, aliás, a ideia de que se os índios tiverem os direitos democráticos assegurados, então sim (só então!) será legítimo que as «autoridades democráticas» mandem tropas para os esmagar, caso peguem em armas.

Outro articulista assinala que, nos últimos anos, o governo mexicano lançou diversas obras públicas no Estado de Chiapas, nomeadamente estradas, pontes e linhas eléctricas de alta tensão, visando tirá-lo da situação de crónico sub-desenvolvimento. «Democracia de sucesso», pendurada agora no «mercado comum» norte-americano (como nós na CEE), os «cavaquistas» mexicanos também apregoam que fazer estradas ou pontes é a chave do desenvolvimento (e pensam, mas não o dizem, que sobretudo dá votos). Sucede que, justamente, essas obras só interessam aos senhores da terra e do negócio turístico, ou seja aqueles mesmos que exploram, espoliam e discriminam os indígenas. Os potenciais investidores americanos, tão desejados, já se pronunciaram, pondo tudo em pratos limpos: segundo a «Time», «peritos financeiros americanos insistem em que a rebelião terá pouco efeito nos seus planos para investir no México, já que Chiapas nunca foi visto como área prioritária de desenvolvimento económico».

No entanto, cada vez se torna mais evidente que a aspiração da «democracia» a resolver todos os problemas se defronta com uma realidade que diariamente a desmente. Esta «democracia» expansionista e pretensamente universalista é obviamente impotente face aos problemas internos da miséria, do desemprego, das desigualdades crescentes, das exclusões e discriminações, bem como perante questões externas, chamem-se elas Angola ou Argélia (onde a «comunidade internacional» teve de fechar os olhos, em ambos os casos, ao resultado de eleições que patrocinou), já sem falar no imbróglio jugoslavo.

Quanto ao mercado livre, esse etéreo irmão gémeo das democracias, é ele próprio que gera (em lugar de resolver) insuportáveis desigualdades e desperdícios sem fim, precisamente por não haver sobre os seus mecanismos «invisíveis» qualquer controlo efectivamente democrático. E isto é assim, por mais que a comunicação social se esforce, a «cada Chiapas» que lhe surja pela frente, em demonstrar que tudo se deve a um défice democrático.

Quando, em Chiapas e mil outras regiões do mundo, as populações locais não têm acesso à saúde e à educação, lhes destroem as plantações ou lhes ocupam as terras (por não atingirem um rendimento mínimo fixado pelo governo, por exemplo, como sucede no México), quando são diariamente humilhados por razões raciais, de que lhes servirá o voto? Necessariamente minoritário, se não comprado, esse voto só irá legitimar «democraticamente» a opressão. Quanto a «democratizar» e meter na ordem os opressores, o que poderia ser um passo positivo, quem o irá fazer? Os políticos que eles ajudam, com o seu dinheiro, a manter no poder?

Chiapas contém em si todo o problema do chamado conflito Norte-Sul, que hoje se descobre não ser uma mera expressão da guerra fria. Na realidade estamos cada vez mais a aperceber-nos da existência (e reforço) de uma muralha protectora da «civilização ocidental», tão invisível como o mercado, por cima da qual «generosas almas» se limitam a atirar para o outro lado uns dólares, umas armas, uns helicópteros e umas urnas eleitorais, enquanto continuam a corromper governos, extrair matérias-primas ou explorar analfabetos em fábricas «deslocalizadas», para maior rentabilização das multinacionais – e, é claro, a berrar pelos direitos humanos.

Podemos dormir descansados. Os nossos respeitáveis jornais ir-nos-ão todos os dias servindo, sem desfalecimento, a receita do costume. Os escanzelados da televisão são apenas «espectáculo». Também vamos ver tragédias ao teatro, e isso não nos tira o sono.

Revista Combate, Fevereiro 1994

**A CASA
DO
FRUIR**

Tal como o céu das noites sem néon (ou dos cadernos das crianças), mancha azul polvilhada de pontos luminosos, o Pacífico não passa, olhado numa carta, de outra imensa mancha, azul também ela, onde minúsculos pontos negros dizem de ilhas e recifes sem fim.

Aquele alimenta todas as imaginações, de povos extraterrestres que nunca ninguém viu mas as ficções desenham verdes e azuis, e todos os transportes, místicos ou sensuais, que nele vêem o lugar dos anjos e dos bem-aventurados, ou que a ele crêem ascender por prazeres indizíveis que não podem ser deste mundo. O Pacífico, esse, é ainda o único lugar terreno que sucessivas gerações de sonhadores, até hoje, elegeram como «não sendo deste mundo», por ser lá, paraíso último, que todas as rupturas seriam possíveis, que a liberdade e o êxtase, o desprendimento e a comunhão com a natureza, fariam reencontrar a pureza original. O mito famoso das «ilhas dos mares do Sul».

Ilhas que, nos seus tempos de conquista, os europeus meticulosamente dividiram entre si, traçando a régua e esquadro fronteiras irreais entre os arquipélagos de cada um. Lá descobriram gentes que não se sabe de onde, como e quando vieram, lá fizeram negócios de pérolas, corais, metais raros e pouco mais, lá construíram portos precários onde se abasteciam galeões de passagem. Lá se embebedaram colonos e aventureiros, em novelas exóticas de celebrados ou obscuros escritores.

Só não se conhecem casos de quem as tenha demandado em busca da tal paz, da tal plenitude – e as tenha encontrado. Talvez apenas porque desses ninguém saiba. Mas conhecem-se, isso sim, os de homens que talvez não conhecêssemos se lá não tivessem estado. O de Gauguin é exemplar.

Nesses tempos em que o avião e o turismo de rebanho ainda não tinham banalizado as viagens longínquas, Gauguin já aos três anos era acolhido no Peru pelos ascendentes Tristan (que deixaram rasto nos primórdios do movimento social europeu, com Flora, sua avó). Bem mais tarde, marinheiro adolescente, atravessa o grande mar, em via-

gem de circum-navegação. Nem sonhava pintar. Pelo contrário, aos 24 anos «assenta», emprega-se em Paris numa casa bancária, casa-se com uma dinamarquesa, tem filhos. Conhece então o pintor Camille Pissarro, e começa, quase trintão, a pintar nas horas vagas de burguês endinheirado. Enfim, aos 35 anos, larga o emprego, a família, tudo – a troco de uma vocação em que bem poucos acreditavam.

Anos de errância, depois. Anos de quase miséria, de insucesso, de tertúlias de café, deambulações pela Bretanha, convívio com os impressionistas, e com Van Gogh, com quem estará em Arles quando este corta a orelha. Pelo meio, uma fuga frustrada para a Martinica – mas tão-só porque acredita (segundo Segalen) que «a vida nas colónias é menos cara do que em Paris».

Até que parte, quarenta e três anos feitos, para as «ilhas dos Mares do Sul», para Thaiti: desejo de paz, de outra luz e outras tonalidades, necessidades de subsistência, mas, acima de tudo talvez, desejo de apenas pintar, sem perder tempo – tudo isso (escreve a sua mulher que vai «refugiar-se numa ilha da Oceânia, para aí viver de êxtase, de calma e de arte») o empurra para uma aventura que estará longe de ser paradisíaca. Nesse pequeno mundo colonial, instalado entre os indígenas, rapidamente se torna suspeito. A burocracia não lhe dará sossego, dela fugirá depois para as Marquesas, mas aí será finalmente condenado num estúpido processo judicial, apenas porque um marginal «canibalizado», defensor dos indígenas, não podia ter razão. E disso morreu, são unânimes os biógrafos.

Entretanto, pintou, esculpiu, gravou, criou sem um minuto de descanso. Amou também, e disso se alimentou durante esses dez anos. Mandou para França obras-primas que não se vendiam: das suas mãos, que já antes pintaram o «Cristo amarelo», vão surgir agora paisagens em azul e rosa, corpos maoris alaranjados ou esverdeados (cores de «outras galáxias», já então). Deu forma sua aos mitos e enigmas daquele povo de adopção. Mas o que nos deixou, em definitivo, foi a expressão plástica de enigmas universais. O seu imenso painel «De onde vimos? O que somos? Para onde vamos?» é uma obra de arte máxima justamente porque as interrogações que coloca, inspiradas

embora pelo misterioso destino das gentes polinésias, são as do próprio pintor – em nosso nome.

E no Pacífico não estão por certo as respostas. As ilhas dos Mares do Sul, encontramos-las – ou não – em nós-próprios, à nossa volta, pelo meio da estupidez e da irrazão que já há um século esmagaram Gauguin, mas não a sua obra. Nos mares do Sul. Ali, onde chamou à sua cabana «A casa do Fruir».

Ousaríamos chamar assim à nossa morada?

Revista Combate, Julho 1991

Índice

<i>PREFÁCIO</i>	5
O QUE MUDA E O QUE NÃO MUDA	13
GRANDES PRINCÍPIOS E IDEOLOGIAS	17
TRÊS NOTAS SOBRE O PORTUGAL EUROPEU	21
ÓCIOS E NEGÓCIOS: UMA HISTÓRIA ATRIBULADA	29
EMPRESAS, SOCIEDADE & PODER POLÍTICO	37
NACIONALIZADAS & PRIVATIZADAS	45
CAPITALISMO E TERCEIRAS VIAS	51
PAGAR DUAS VEZES	57
OS FALSOS AVESTRUZES DA «CONSTRUÇÃO EUROPEIA»	61
PORTUGAL: PAÍS MODERNO?	67
O «NOVO» DEBATE REGIONAL	73
O 35° DO PELOTÃO	79
O COMBOIO DO SÉCULO XXI	85
A DEMOCRACIA DO FACTO CONSUMADO	89
O ADMIRÁVEL MUNDO CIVILIZADO	93
A FORTALEZA PORTUGAL	97
O CRIME JÁ NÃO É O QUE ERA	101
MUROS E MÁFIAS	107
QUESTÕES (POUCO PARADIGMÁTICAS)	
A UM SOCIÓLOGO MUITO SINGULAR	111
AS VOLTAS QUE O CAPITALISMO (NÃO) DEU	125
A COMUNIDADE FECHADA EM CASA	133
PALAVRAS-CHAVE DA IMPRENSA PORTUGUESA	139
INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E ÍNDIOS MEXICANOS	149
A CASA DO FRUIR	153

ACOMPANHE AS NOVIDADES DAS EDIÇÕES COMBATE

www.combate.info

Um jornalista escreveu que era um «radical sensato». Ou «um radical que gostava de compreender as coisas». Outro disse que era o engenheiro que «nacionalizou a indústria». As palavras foram medidas e sentidas, mas nenhuma dá conta da grandeza: João Martins Pereira, que morreu em meados de Novembro deste ano de 2008, com 76 anos de idade e uma vida cheia, foi somente o mais importante intelectual marxista no pensamento político português das últimas décadas.

Prefácio de Francisco Louçã

Textos publicados na revista COMBATE - 1988 a 1999

Foto: Dulce Fernandes / Arquivo jornal PÚBLICO